

GAVAGAI

revista interdisciplinar de humanidades

ISSN 2358-0666

• G A
V A G
A I •

Vol 10, n.2 2023



GAVAGAI

ERECHIM

Vol. 10, n. 2, 2023

ISSN 2358-0666

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA/DIRECCIÓN POSTAL/MAILING ADDRESS

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim
Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades
ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal 764,
Erechim - RS
CEP 99700-970

E-mail: gavagairevistainterdisciplinar@gmail.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G281 Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades [recurso eletrônico]. - v.10, n.2. (jul./dez. 2023). - Erechim, RS: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.
1 recurso online: il.

ISSN: 2358-0666
Semestral

1. Humanidades - Periódico 2. Ciências humanas - Periódico I.
Universidade Federal da Fronteira Sul

CDD: 300

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Bibliotecas – UFFS
Franciele Scaglioni da Cruz
CRB - 14/1585

GAVAGAI - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES
Erechim, v10, n2, 2023
ISSN 2358-0666

EDITOR-CHEFE / EDITOR JEFE / EDITOR-IN-CHIEF

Fernando Vojniak

Universidade Federal da Fronteira Sul,
Campus Chapecó (UFFS)

EDITORES EXECUTIVOS / EDITORES EJECUTIVOS / EXECUTIVE EDITORS

Adriana Richit

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim (UFFS)

Alexandre Paulo Loro

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó (UFFS)

Jeferson Santos Araújo

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó (UFFS)

Thiago Ingrassia

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim (UFFS)

CONSELHO EDITORIAL / CONSEJO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

- Gaya Makaran - Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)
María Maneiro - Universidad de Buenos Aires (UBA)
Simone da Silva Ribeiro Gomes - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Atilio Butturi Jr. - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Bianca Salazar Guizzo - Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)
Carla Soares - Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ)
Daniela Marzola Fialho - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Décio Rigatti - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/UNIRITTER
Durval Muniz Albuquerque Junior - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Eliana de Barros Monteiro - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Elio Trusian - Università Degli Studi Di Roma La Sapienza (Itália)
Fábio Luis Lopes da Silva - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Feliz S. Karasek - Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC)
Gizele Zanotto - Universidade de Passo Fundo (UPF)
José Alves de Freitas Neto - Universidade de Campinas (UNICAMP)
Kanavillil Rajagopalan - Universidade de Campinas (UNICAMP)
Margareth Rago - Universidade de Campinas (UNICAMP)
Maria Antonia de Souza - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
Maria Bernadete Ramos Flores - Universidade de General de Santa Catarina (UFSC)
Natália Pietra Méndez - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Nelson G. Gomes - Universidade de Brasília (UnB)
Patrícia Graciela da Rocha - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Patricia Moura Pinho - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Paula Corrêa Henning - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Pedro de Souza - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Rafael José dos Santos - Universidade de Caxias do Sul (UCS)
Rafael Werner Lopes - Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC)
Raul Antelo - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Ricardo André Ferreira Martins - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Rodrigo Santos de Oliveira - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Rosângela Pedralli - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Suzana G. Albornoz - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Viviane Castro Camozzato - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

DIAGRAMAÇÃO E CAPA / DIAGRAMACIÓN Y TAPA / LAYOUT AND COVER

AGEBOX PUBLICIDADE

IMAGEM DE CAPA / IMAGEN DE TAPA / COVER IMAGE

Botellas - Julika Mejía

REVISÃO / REVISIÓN / REVISION

Araceli Pimentel Godinho

SUMÁRIO/ÍNDICE/CONTENTS

INTRODUÇÃO	08
PATERNIDADE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA Ângela Roos Campeol Carolina Duarte de Souza Maria Aparecida Crepaldi	11
PATERNIDADE E EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER NA ESCOLA: SUBSÍDIOS INTERGERACIONAIS Cinthia Lopes da Silva Gisele Maria Schwartz	27
INTERSECÇÕES ENTRE PATERNIDADE E APRENDIZAGEM ESCOLAR: ASPECTOS TEÓRICOS, SOCIOCULTURAIS, EMOCIONAIS E PSICOPEDAGÓGICOS Fernanda Schons Guilherme José Schons	44
REFLEXÕES SOBRE A PATERNIDADE NEGRA: MASCULINIDADES E SUAS CONSTRUÇÕES DO HOMEM COMO PAI Álvaro Albino da Silva Bageston Jeferson Santos Araújo	62
CARACTERIZAÇÃO DOS HOMENS QUE ACOMPANHARAM O PARTO DOMICILIAR PLANEJADO DE SUAS PARCEIRAS NO OESTE CATARINENSE Joice Moreira Schmalfluss Mariéli Aparecida de Melo Ceolin Leticia Zanotelli Lediana Dalla Costa	75
FRAGMENTOS: REFLEXÕES SOBRE A DISCURSIVIDADE DA REDE DE PROTEÇÃO EM DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR Denise Ayres d'Avila Andrea Vieira Zanella	88
POR QUE APROFUNDAR A RELAÇÃO ENTRE ENERGIA, AMBIENTE E SOCIEDADE – ALGUMAS REFLEXÕES DESDE A AMÉRICA LATINA Axel Bastián Poque González	111
AMORES INCONDICIONAIS E CORAÇÕES PARTIDOS EM SITA SINGS THE BLUES Rogério P. Severo	130

Talvez você já seja um pai, só não sabe ainda!

“Paternidade” é um substantivo feminino que designa referência a um estado ou qualidade de pai. Por mais que a sua vivência aponte, culturalmente, para uma relação entre homens e seus filhos, diversas mulheres também incorporam o sentimento de paternidade, pois ser pai ultrapassa questões binárias entre o masculino e o feminino, não se limita a expressões de gênero, nem a um contexto social específico valorizado por uma prática exercida no universo masculino. A paternidade é um estado de ser, de existir e de construções de vivências subjetivas.

Para muitos, a paternidade é um ato de amar, educar, partilhar e vivenciar a expressão do termo “incondicional”. O pai cuida, promove o zelo, a proteção e a prosperidade; e, por se tratar de um evento dinâmico, a construção da paternidade é diária, multifatorial e interdisciplinar.

Na construção da paternidade, aspectos psicológicos, sociais e humanitários desempenham um papel relevante e crucial. As capacidades de estabelecer conexões emocionais profundas, transmitir valores e fornecer apoio emocional são elementos fundamentais, pois vão além da mera presença física: requerem presenças emocional e mental a nutrir o desenvolvimento saudável dos filhos. A compreensão da singularidade de cada criança, suas necessidades individuais e a promoção de um ambiente de confiança são componentes essenciais nesse processo.

Vale salientar que a paternidade contemporânea está em constante evolução, desafiando estereótipos tradicionais. Novos modelos de configurações familiares, diversidade de identidades de gênero e diferentes formas de criar os filhos estão moldando a narrativa da paternidade. Os papéis parentais estão sendo compartilhados de maneira mais equitativa entre pais e mães, desafiando concepções obsoletas sobre os papéis de gênero.

Nesse processo e contexto, dinâmico e interdisciplinar, a paternidade não é apenas uma experiência individual, mas um fenômeno coletivo que reflete a riqueza da condição humana em toda a sua diversidade. A promoção ativa da aceitação e inclusão da paternidade em diferentes contextos não apenas fortalece os laços familiares, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais compassiva e altruísta, em que cada expressão única de paternidade é reconhecida e respeitada. Essa abordagem solidária não apenas enriquece as experiências parentais, mas também cria um ambiente que valoriza a autenticidade e a contribuição de todos os pais, independentemente de suas trajetórias individuais.

É importante ressaltar que a paternidade é um terreno fértil para o crescimento pessoal, pois o enfrentamento de desafios, a superação de obstáculos e o aprendizado com as experiências parentais contribuem para o desenvolvimento individual dos

pais. A capacidade de adaptação e a busca constante por tornar-se um melhor pai são aspectos intrínsecos a esse processo, por isso reverberam ações em contextos múltiplos e interdisciplinares. A paternidade é, assim, uma jornada de autodescoberta e aprimoramento contínuo, moldando não apenas a vida dos filhos, mas também a dos próprios pais e toda a sociedade.

Cada pai, independentemente do gênero, constrói sua própria narrativa única de paternidade, contribuindo para um mosaico diversificado e enriquecedor de experiências. Nesta edição, a Gavagai buscou publicizar experiências, saberes, práticas e reflexões que envolvem o contexto interdisciplinar em torno da paternidade e de seu cuidado, como nos estudos destacados a seguir.

Na jornada multifacetada da paternidade, autores exploraram as dimensões dinâmicas da paternidade: Campeol, Souza e Crepaldi, em uma revisão integrativa da literatura, observaram que existem novos lugares ocupados pelo pai dentro da família e as implicações dessa mudança da postura paterna para o desenvolvimento infantil e para a configuração de novas relações de gênero dentro das famílias.

Silva e Schwartz, com o objetivo de oferecer proposições de atividades intergeracionais, pautadas na educação para e pelo lazer, subsidiando e complementando os ditames da paternidade atenta, participativa e compromissada, por meio de seus dados, reiteram a importância da valorização do lazer como direito social, difundindo a educação para e pelo lazer como forma de minimizar as barreiras sociais do lazer e ressignificar o papel imprescindível da paternidade participativa na criação de hábitos saudáveis.

O artigo de Schons e Schons, com o objetivo de estimular o debate sobre o exercício da paternidade responsável como mecanismo de assegurar condições materiais e garantir suporte emocional para a escolarização, buscou identificar o fluxo de produções acadêmicas, no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros, que contemplem perspectivas e tendências de estudos e pesquisas sobre paternidade e aprendizagem escolar na sociedade contemporânea; em seus resultados, puderam inferir que a presença paterna ativa – efetiva e engajada – influencia positivamente na aprendizagem escolar, estendendo-se a todo o processo de desenvolvimento humano dos filhos.

Bageston e Araújo apresentaram ricas reflexões sobre a paternidade negra, partindo de uma construção sócio-histórica da formação desse sujeito como homem negro, sua masculinidade, sua projeção social; sublinham que o reconhecimento histórico da subjetivação da pessoa negra torna-se importante ponto de análise para a compreensão do negro homem, mas também de como esse negro se vê sendo homem, pai e responsável pela sua família, partindo de uma construção de poder e, assim, corroborando a ideia patriarcal.

Ao apresentarem a caracterização dos homens que acompanharam o parto domiciliar planejado de suas parceiras no oeste catarinense, Schmalfluss, Ceolin, Zanotelli e Costa afirmam que a participação do homem no parto domiciliar planejado de suas parceiras demonstra uma importante transição da figura paterna, possibilitando extrapolar estereótipos e preconceitos ainda arraigados na sociedade.

Em uma pesquisa documental a fim de analisar como o Poder Judiciário vem estabelecendo o veredicto em casos de perda de poder familiar e suas adoções, d'Ávila e Zanella apresentam o modo como a rede de saber-poder, em sua capitalização da vigilância social, opera na reconfiguração de famílias.

À medida que apresentamos este note editorial sobre a paternidade sob diversas perspectivas, é inegável o impacto transcendental e interdisciplinar que os laços parentais exercem sobre o desenvolvimento infantil, a educação, as relações sociais e culturais. Através de uma revisão integrativa da literatura, foram exploradas a riqueza e a complexidade das interações entre paternidade e aprendizagem escolar, ressaltando-se influências teórica, sociocultural, emocional e psicopedagógica respectivas. Além disso, ao adentrarmos o universo da paternidade negra, mergulhando nas construções de masculinidades que moldam a figura paterna, testemunhamos, no oeste catarinense, homens protagonizando o parto domiciliar planejado de suas parceiras. Por fim, ao analisarem-se fragmentos da rede de proteção em situações de destituição do poder familiar, compreende-se a necessidade de diálogo e ações que promovam uma paternidade consciente e acolhedora.

Estas reflexões, como fragmentos de um mosaico intrincado, nos incentivam a avançarmos, com empatia e comprometimento, na jornada contínua de compreender e celebrar a diversidade da paternidade em sua plenitude interdisciplinar.

Dr. Jeferson Santos Araújo

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH

Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – PPGEnf

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3311-8446>

Dr. Marcos Venicio Esper

Université de Limoges: Limoges, Nouvelle-Aquitaine (França)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3017-3266>

PATERNIDADE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ângela Roos Campeol¹
Carolina Duarte de Souza²
Maria Aparecida Crepaldi³

RESUMO: O objetivo deste estudo está em apresentar uma revisão integrativa da literatura de pesquisas empíricas, internacionais e nacionais, acerca da influência paterna para o desenvolvimento infantil, de crianças entre 0 e 12 anos de idade. Delimitou-se a busca por publicações científicas entre 2015 e 2021, consultadas nas bases de dados Scopus, Web of Science e PubMed. Os descritores foram consultados na lista da Terminologia em Psicologia da BVS-Psi, e os termos selecionados foram “*paternity*”, “*father-child relation*” e “*child*”. Ao final, 39 artigos foram analisados integralmente, conforme análise categorial temática de Bardin. Observam-se novos lugares ocupados pelo pai dentro da família e as implicações dessa mudança da postura paterna para o desenvolvimento infantil e para a configuração de novas relações de gênero dentro das famílias.

Palavras-chave: paternidade; relações familiares, desenvolvimento infantil.

1 - INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, os padrões familiares relacionais e domésticos passaram por modificações significativas. A legitimação de novos arranjos familiares, que rompem com a estrutura da família tradicional, está associada à emergência de novas interações familiares e novos significados atribuídos à parentalidade, em especial à paternidade (Dumont; Paquette, 2012; Fagan *et al.*, 2014).

As transformações apontam para um maior envolvimento do pai, que de modo gradual vem ganhando espaço entre os estudos sobre as relações familiares, como uma importante influência positiva para o desenvolvimento dos filhos (Fagan *et al.*, 2014; Volling; Cabrera, 2019). Trata-se de um processo complexo, visto que ainda persiste uma idealização da maternidade. Nesse sentido, Dyer *et al.* (2017) consideram o *maternal gatekeeping*⁴ um importante fator de caráter cultural, que atribui ao feminino a responsabilização pelas funções parentais e domésticas, repercutindo nos movimentos de aproximação ou afastamento do pai nos cuidados com os filhos. O que se observa é que ainda se manifestam nas famílias ecos dos valores sociais presentes entre os séculos XIX e XX.

1 Psicóloga. Doutora em Psicologia pelo PPGP/UFSC. Professora do curso de graduação em Psicologia da faculdade Sobresp.

2 Psicóloga. Professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFSC.

3 Psicóloga. Professora permanente do PPGP, Departamento de Psicologia/UFSC

4 Trata-se de um fenômeno relativo à regulação materna do envolvimento do pai com os filhos, que tem sido apontado como um importante fator de influência na relação pai-filhos (Dyer *et al.*, 2017).

A atividade remunerada paterna, no ambiente público, por exemplo, segue como um importante obstáculo para o envolvimento paterno na esfera doméstica, em decorrência de extensas jornadas de trabalho, associadas à pouca valorização da participação paterna no contexto familiar (Cia; Barham, 2006). Por outro lado, a literatura científica retrata um aumento do envolvimento paterno e a busca por uma divisão mais igualitária pela criação dos filhos entre homens e mulheres.

Os estudos que investigam a relação entre paternidade e desenvolvimento infantil apontam que a relação positiva entre pai e filhos está associada ao bom desenvolvimento socioemocional das crianças (Anderson *et al.*, 2013) e ao comportamento infantil adequado (Cabrera *et al.*, 2012), incluindo competência social e o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

A partir de tais considerações, o objetivo deste estudo está em apresentar uma revisão integrativa da literatura de pesquisas empíricas, internacionais e nacionais, acerca da influência da relação paterna para o desenvolvimento infantil, de crianças entre 0 e 12 anos de idade.

2 - MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de artigos científicos, nacionais e internacionais, método indicado por Creswell (2007) para se organizar uma síntese dos conhecimentos, ampliar a visão do campo de pesquisa e sua aplicabilidade na prática, além de indicar tendências atuais e lacunas a serem exploradas em estudos futuros. Cabe salientar que este estudo visa proporcionar uma descrição do cenário atual, a partir da qual seja possível identificar os principais temas estudados, suas contribuições e contradições, bem como as lacunas ainda existentes na produção científica sobre o tema. Além do mais, compreender a relação entre paternidade e desenvolvimento infantil mostra-se fundamental para contribuir com a construção de políticas públicas, intervenções e práticas profissionais que favoreçam o bom exercício da paternidade.

A presente revisão envolveu as etapas sugeridas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): (i) levantamento da literatura em bases de dados, através de descritores preestabelecidos; (ii) leitura dos títulos e dos resumos, para seleção dos artigos que respondessem ao objetivo proposto; (iii) recuperação e análise, na íntegra, dos artigos selecionados; (iv) categorização do conteúdo das produções. Delimitou-se a busca por publicações científicas entre 2015 e novembro de 2021, consultadas nas seguintes bases de dados: Scopus, Web of Science e PubMed. Os descritores foram consultados na lista da Terminologia em Psicologia da BVS-Psi, e os termos selecionados foram “*paternity*”, “*father-child relation*” e “*child*”. Para efetuar a localização dos artigos, utilizaram-se os booleanos AND e OR. A busca nas bases de dados ocorreu em abril de 2020, com atualização em novembro de 2021, sendo encontrados 170 artigos na Scopus, 33 na Web of Science, e 48 no PubMed: total de 251 artigos.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos que apresentassem informações relevantes a respeito do objetivo do estudo, redigidos em inglês, português e espanhol. Foram descartados livros e capítulos de livros, dissertações e teses, artigos de revisão e aqueles sem acesso público. Artigos que tangenciassem o foco temático –

como componentes biológicos da paternidade, paternidade adolescente, transtornos específicos e uso de instrumentos para avaliar a paternidade – não foram considerados. Artigos repetidos em mais de uma base de dados foram excluídos.

Ao final, restaram 39 artigos, lidos e analisados integralmente. O formulário para coleta de dados foi construído na plataforma do Excel, e os dados, sintetizados em tabelas do *software*, concentrando-se nos principais aspectos apontados nas produções científicas. Os resultados dos estudos foram analisados conforme análise categorial temática (Bardin, 2006), que se refere à classificação e organização dos dados de acordo com a similaridade dos assuntos.

3 - RESULTADOS

Os artigos selecionados para análise foram classificados com relação a ano de publicação, tipo de estudo, análise dos dados e participantes. Quanto ao ano de publicação, destaca-se 2020 com o maior número de publicações, 11 artigos, o que representa mais de 28% do material analisado. Quanto à caracterização do tipo de estudo, 22 estudos foram transversais (56,4%), e 17, longitudinais (43,5%). Dentre os estudos longitudinais, 14 são internacionais e três são nacionais. Com relação à análise dos resultados, 23 artigos tiveram abordagem quantitativa, o que representa cerca de 59% dos artigos analisados, 14 apresentaram uma análise qualitativa (36%), e dois tiveram uma abordagem mista dos dados. Ressalta-se a preferência dos estudos internacionais pela metodologia quantitativa, enquanto nacionalmente há uma maior produção de artigos qualitativos. Dois artigos tiveram cunho quantitativo-qualitativo, sendo uma publicação nacional e outra internacional.

A respeito das amostras, a coleta de dados foi realizada exclusivamente com o pai em 15 estudos (38,4% dos artigos analisadas), e em diversos estudos houve variação de participantes, considerando a coleta de dados com pai e mãe (6), família (5), pai e filho (4), documental (3), mãe (2), família e professores, profissionais da saúde, crianças e adolescentes (1 cada).

3.1 - Temas investigados

Com o objetivo de conhecer os principais resultados dos estudos empíricos, estes foram organizados em quatro categorias temáticas, apresentadas a seguir.

3.1.1 - O exercício paterno contemporâneo

Esta categoria incluiu aspectos a respeito das atividades de cuidado ou lazer realizadas pelo pai, especialmente nos primeiros anos de vida das crianças. Há estudos que apontam que as mulheres continuam como as principais referências para os filhos pequenos (Gabriel *et al.*, 2016; Koltermann *et al.*, 2019). A questão financeira segue como uma das principais preocupações e responsabilidade paternas, o que influencia o envolvimento do pai no cotidiano dos filhos (Gabriel *et al.*, 2016).

Com o objetivo de compreender as experiências paternas na atenção à saúde perinatal, o estudo de Forbes *et al.* (2021), com famílias etíopes que vivem na Austrália,

sugere que o não envolvimento dos homens nas consultas pré-natais representa uma perda ao acesso de informação e educação fornecida durante as consultas. Ao avaliar uma intervenção parental envolvendo aconselhamento pré e pós-natal, o estudo desenvolvido por Rempel *et al.* (2020) observou maior apoio do pai, em termos de ajuda e resposta às necessidades da mãe, o que promoveu maior qualidade do relacionamento conjugal e duração mais longa da amamentação exclusiva.

Ainda a respeito da participação dos homens no pré-natal e no parto, o estudo realizado por Lima *et al.* (2021), com enfermeiras, em território brasileiro, evidenciou que uma postura ativa, sensível e esclarecedora das enfermeiras mostrou-se fundamental para fortalecer o vínculo familiar e promover o protagonismo paterno, em meio a restrições institucionais condicionadas às diferenças de gênero e que, por vezes, impedem os homens de acompanhar suas parceiras no momento do parto.

Com relação ao significado de ser pai na atualidade, o estudo de Mazzo e Almeida (2020) destacou o processo de transformação da paternidade atual, com maior aproximação afetiva entre pai e filhos, de modo que os pais se mostram mais conscientes da importância da participação paterna para o desenvolvimento dos filhos. A literatura aponta um fortalecimento do vínculo pai-filho ao longo do desenvolvimento da criança, visto que a partir dos 24 meses de vida do filho o pai torna-se mais participativo, ao relatar se envolver em atividades de cuidado, como alimentar, trocar, fazer dormir, entre outras (Gabriel *et al.*, 2016).

Ao analisar as interações pais-filhos, o estudo espanhol de Aznar e Tanenbaum (2016), que investigou o contato positivo e a proximidade física entre pais e filhos, observou que, enquanto os pais mostram-se fisicamente mais afetuosos, as mães tendem a ser envolver de forma mais verbal. Quanto à alimentação dos filhos, o estudo norte-americano de Harris, Jansen e Rossi (2020) explorou as experiências paternas vividas na hora das refeições com as crianças, momento visto como um encontro de ligação com a família, que exigiu dos pais, muitas vezes, um esforço para a criação de um ambiente favorável às refeições.

O estudo brasileiro de Santos e Antúnez (2020), construído a partir do acompanhamento das interações entre uma díade pai-bebê durante o primeiro trimestre de vida da criança, observou um pai capaz de se adaptar à rotina de cuidado do filho e exercer os mesmos cuidados parentais em igualdade com a mãe. Na perspectiva de igualdade das funções parentais, o estudo de Koltermann *et al.* (2019), realizado na região Sul do Brasil, com o objetivo de caracterizar, comparar e definir os comportamentos de pais e mães a respeito da função de abertura ao mundo (AM)⁵, revelou que o pai não se mostrou mais envolvido do que a mãe nas dimensões de AM. Desse modo, os resultados do estudo contrariam as expectativas da teoria e sinalizam para uma transição das famílias, com maior igualdade entre o exercício da referida função.

3.1.2 - Relação pai-filhos em diferentes configurações familiares

5 A AM é compreendida pela literatura como uma função paterna que consiste em incentivar a criança a se envolver em atividades arriscadas e perseverar diante dos desafios, ao mesmo tempo que garante a segurança e a confiança da criança no seu cuidador (Dumont; Paquette, 2012).

Essa categoria abarcou especificidades da paternidade em diferentes configurações familiares. Ao investigar o impacto da conjugalidade e do projeto parental não compartilhado, a partir da perspectiva de mães monoparentais, o estudo nacional de Cúnicco e Arpini (2017) evidenciou relatos de mães que apontam a falta de apoio paterno e a compreensão do distanciamento do pai como fonte de sofrimento para os filhos. A respeito do projeto parental inviabilizado em decorrência da infertilidade, Sonego *et al.* (2016) investigaram a construção da paternidade nos casos de reprodução assistida, enquanto Bueno, Vieira e Crepaldi (2017), o envolvimento paterno com filhos adotivos. Ambos os estudos revelaram que os homens estavam emocionalmente disponíveis para a paternidade, de modo semelhante aos pais com gestação espontânea retratados na literatura. No contexto da reprodução assistida, os achados permitem destacar o sofrimento envolvido no processo de diagnóstico e tratamento para engravidar, associado ao sentimento paterno de exclusão por não encontrar espaço para expressão de suas angústias e preocupações (Sonego *et al.*, 2016).

Ao pesquisar a segurança do apego de crianças em famílias de pais *gays*, famílias de mães lésbicas e heterossexuais, o estudo de McConnachie *et al.* (2020) indica que as crianças adotadas em famílias de pais *gays* têm a mesma probabilidade de serem seguramente apegadas, como os filhos de famílias de mães lésbicas ou pais heterossexuais. Nesse sentido, o estudo de Scaglia, Mishima-Gomes e Barbieri (2018), com o objetivo de compreender como os pais, em diferentes configurações familiares, experienciam a função paterna, demonstra que não importa o arranjo familiar ao qual a díade pai-filho pertence, mas, sim, as posições que pais e crianças ocupam na família.

3.1.3 - Influências paternas para o desenvolvimento da criança

Essa categoria refere-se às contribuições do envolvimento paterno para o processo de desenvolvimento dos filhos. Há evidências de que aspectos psicológicos e emocionais positivos do envolvimento do pai durante o desenvolvimento infantil podem proteger as crianças contra sintomas de depressão durante os anos da pré-adolescência (Opondo; Redshaw; Quigley, 2017). Ao investigarem as contribuições das interações pai-filho entre 3 e 24 meses para o desenvolvimento das crianças aos 24 meses, Sethna *et al.* (2017) observaram que os pais deprimidos, em comparação com os pais não deprimidos, mostram-se menos envolvidos e engajados na vida dos filhos e as crianças apresentam menor índice de desenvolvimento cognitivo.

Com o objetivo de avaliar a relação entre depressão materna e o envolvimento paterno, no estudo nacional de Alvarenga *et al.* (2016), observou-se maior envolvimento paterno com os cuidados de rotina, atividades de lazer e com a saúde da criança em contextos em que as mães, com sintomas depressivos logo após o nascimento da criança, sinalizavam a necessidade de auxílio. Nesse sentido, o estudo de Gülseven *et al.* (2021) destacou que o exercício sensível e estimulante da paternidade e da maternidade na primeira infância associa-se positivamente com a cooperação e o autocontrole das crianças no meio da infância.

A investigação de Meuwissen e Carlson (2018) demonstrou que o pai é um preditor importante para o desenvolvimento de habilidades escolares infantis. De modo contrário, a ausência do pai na primeira infância foi associada a menarca precoce e

sintomas depressivos em meninas adolescentes (Culpin *et al.*, 2015), e a iniciação sexual precoce nas meninas (Ryan, 2015). Como prejuízos ao desenvolvimento infantil devido à ausência paterna, Cheng *et al.* (2016) também identificaram que a falta de dados paternos na certidão de nascimento está associada a menor peso ao nascer, tabagismo durante a gravidez e dificuldade na amamentação, aspectos considerados fatores de risco perinatais para obesidade na infância.

A respeito das contribuições das relações de apego pai-filho e mãe-filho para competência social de crianças em idade pré-escolar, no estudo desenvolvido em Portugal, por Fernandes *et al.* (2020), sugeriu-se que cada cuidador pode ter padrões de influência diferentes sobre os indicadores de competência social das crianças; além disso, o apego seguro com um dos pais pode amenizar o impacto de ter uma relação insegura com a outra figura parental. Com relação aos comportamentos de apego paterno, no estudo norte-americano de Olsavsky *et al.* (2020), foram observados pais brincando com seus bebês, a fim de avaliar a segurança do apego pai-bebê. As análises revelaram que níveis mais elevados de estimulação paterna aos 9 meses após o parto foram associados com maiores chances de classificação de apego seguro da díade pai-bebê.

3.1.4 - Fatores que influenciam o envolvimento paterno

Esta categoria incluiu fatores, destacados na literatura, que favorecem ou dificultam a relação entre pai e filhos. Há resultados que referem que características socio-demográficas paternas influenciam o exercício da função parental, como a idade dos pais e o nível de escolaridade (Nieri, 2017). O estudo norte-americano de Kuo, Volling e Gonzalez (2018), ao avaliar o envolvimento paterno em famílias com dois filhos, destacou que, com a chegada do segundo filho, logo após o nascimento, o pai tende a estar mais envolvido com o primogênito do que com o bebê. Em especial, nas famílias em que ambos os pais contribuíam financeiramente com o sustento da casa, o pai mostrou-se mais envolvido com os filhos. Enquanto os homens como únicos responsáveis pelo sustento da família diminuíram seu envolvimento ao longo do tempo (Kuo; Volling; Gonzalez, 2018). A esse respeito, Gaba e Agolia (2016) apontam que os homens argentinos, ao serem questionados sobre o papel de homens e mulheres e seu nível de participação nos cuidados da primeira infância, relataram que, após o nascimento dos filhos, a sua carreira profissional permaneceu estruturalmente intacta, diferentemente do que eles perceberam ocorrer com a carreira das mães. O estudo de Holmes *et al.* (2020), por sua vez, mostrou que um local de trabalho que demonstra apoio familiar e maior flexibilidade aos pais trabalhadores está associado a um maior engajamento paterno.

Nessa perspectiva, o estudo transnacional de países da ONU desenvolvido por Chan *et al.* (2017) ressaltou ser necessária a existência de esforços de instituições relevantes que permitam e incentivem o envolvimento paterno na gravidez, no nascimento e nos cuidados com o bebê, inclusive como um importante componente para promoção da saúde, redução da violência contra a mulher e maior igualdade de gênero. Na Suécia, onde é oferecida a licença parental, Lidbeck e Boström (2021) exploraram a experiência compartilhada e o envolvimento paterno, na perspectiva de pais e mães. Compartilhar a licença parental pareceu enriquecer o relacionamento do casal e exigiu

a confiança da mãe nas habilidades do pai ao assumir as responsabilidades diárias de cuidado.

Ao analisarem a licença-paternidade, a partir do relato dos filhos, Petts, Knoester e Waldfogel (2020) sinalizam que a licença está positivamente associada com as percepções dos filhos de maior envolvimento paterno, proximidade e comunicação pai-filho, assim como a licença familiar remunerada está associada a menores taxas de mortalidade neonatal e infantil e sarampo nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Khan, 2020).

O estudo de Planalp e Braungart-Rieker (2016) destacou que o pai se mostra mais envolvido em comportamentos de cuidar e brincar quando se identifica com o seu papel paterno. Além disso, os autores pontuaram, como fatores que influenciam a paternidade, sintomas de depressão materna e conflitos conjugais. O *gatekeeping* materno é um fator que também deve ser considerado ao avaliar-se a proximidade e qualidade da relação pai-filhos. A partir de um estudo desenvolvido no Sul do Brasil, que buscou investigar essa variável considerando a percepção de pais e mães, Paraventi *et al.* (2021) apontaram o quanto construções histórico-sociais afetam as crenças e o comportamento maternos a respeito das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças, além de influenciarem no envolvimento paterno.

Outro estudo que se soma a essa discussão diz respeito à investigação de Ward e Lee (2020), nos Estados Unidos: os resultados indicaram que o nível de estresse de pais e mães influencia as interações pais-filhos, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento infantil, ao influenciar indiretamente o desenvolvimento cognitivo e pró-social das crianças, por meio da responsividade dos pais.

A depressão paterna diagnosticada no período pós-natal também pode se configurar como uma barreira para o envolvimento paterno: Sethna *et al.* (2018) observaram pais deprimidos menos engajados e envolvidos em momentos de brincadeiras lúdicas com os filhos. A respeito das características da criança, os estudos nacionais e internacionais, de Gabriel e Lopes (2016) e Nieri (2017), respectivamente, evidenciaram que os desenvolvimentos físico e cognitivo da criança são fatores importantes para o fortalecimento do vínculo pai-filhos, uma vez que essa relação se torna cada vez melhor com a capacidade de maior interação com o filho. Já a inserção do filho na creche se torna um fator aliado do pai quando este retorna às atividades laborais e pode retomar sua vida conjugal, já que possibilita que o pai dedique o tempo em que o bebê está na instituição para realizar atividades pessoais (Gabriel; Lopes, 2016).

Ao investigar a percepção de profissionais da saúde pública a respeito do atendimento ao homem-pai, Cortez *et al.* (2016) encontraram posicionamentos profissionais que também interferem no envolvimento paterno, já que não há preparo acadêmico dos profissionais e infraestrutura nos serviços para acolher os homens. Desse modo, a participação paterna nos atendimentos não é incentivada, e a noção de paternidade atribui ao pai a função de provedor, principalmente financeiro, distante do cuidado e do autocuidado.

A construção de vínculo pai-filho pode sofrer interferência em casos de nascimento prematuro. No estudo de Medeiros e Piccinini (2015), verificou-se que os pais (homens) veem como limitada a possibilidade de cuidados e interações com o bebê, devido ao menor tempo de gestação, aos cuidados necessários com a mãe e, após o nascimento, em função do aparato tecnológico, da incubadora e das recomendações

da equipe de saúde. Apesar dessas peculiaridades, a presença do pai na UTINeo mostrou favorecer as interações e a comunicação da díade pai-bebê.

4 - DISCUSSÃO

Ao traçar um panorama atual da relação pai-filho, é perceptível o predomínio de estudos com delineamento transversal. Entre os estudos com caráter longitudinal, prevalecem as publicações internacionais. No entanto, temáticas que tratam da parentalidade e sua relação com o desenvolvimento infantil carecem de abordagens que acompanhem os indivíduos ao longo de um período, a fim de melhor compreender a complexidade desses fenômenos.

Quanto à metodologia, no âmbito internacional, encontrou-se uma maior produção de caráter quantitativo, voltada para estudos com populações mais numerosas; nacionalmente, destaca-se o emprego de abordagens qualitativas, associadas à compreensão dos aspectos mais subjetivos da experiência de paternidade. A respeito dos participantes, observou-se uma preocupação em incluir os homens para falarem de suas próprias experiências paternas; todavia, ressalta-se a importância de conhecer a paternidade a partir de diferentes perspectivas, o que possibilita um entendimento mais amplo do fenômeno.

Dentre os principais resultados, ressalta-se que o exercício da paternidade na contemporaneidade passa por um processo de transição e de maior engajamento paterno, embora a mãe permaneça como a referência principal quando se trata de cuidados das crianças. Os resultados sugerem que as mulheres têm dificuldade de renunciar ao lugar socialmente constituído de que os filhos devem ser cuidados, prioritariamente, pelas mães. Desse modo, a mãe pode incentivar o envolvimento paterno ou afastar o pai da interação com a criança (Dyer *et al.*, 2017; Paraventi *et al.*, 2021).

Observa-se que, ao longo da trajetória de desenvolvimento físico e cognitivo da criança, há um favorecimento do envolvimento paterno, uma vez que a qualidade dessa relação se intensifica com a aquisição de novas capacidades pelas crianças (Gabriel *et al.*, 2016). Nessa fase, a brincadeira se apresenta como um importante aspecto da relação pai-filhos, caracterizada pela oportunidade de a criança explorar o ambiente e desenvolver capacidades emocionais, habilidades sociais e físicas, com a garantia de uma base de apego segura (Dumont; Paquette, 2012).

Quanto à paternidade em diferentes configurações familiares, há que se considerar que comportamentos e crenças baseados na questão de gênero e no ideal da família tradicional podem influenciar a conduta e a responsabilidade assumidas pelo pai. Além disso, a valorização do lugar paterno e da sua competência parental apresentam-se como fatores determinantes quando se refere à motivação dos homens em investir na parentalidade. Desse modo, reforça-se a importância de o projeto parental ser compartilhado por pai e mãe, assim como de que espaços de escuta e acolhimento sejam ofertados aos homens quando se trata de dar visibilidade à paternidade (Cúnico; Arpini, 2017).

Com relação às influências paternas para o desenvolvimento das crianças, a participação e o envolvimento afetivo do pai com os filhos contribuem positivamente

para o desenvolvimento emocional e cognitivo destes, no curto e no longo prazos. Tais achados corroboram estudos que afirmam contribuições positivas, em diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, associadas ao envolvimento paterno ativo (Volling; Cabrera, 2019). Já a ausência paterna está associada a prejuízos ao desenvolvimento infantil, no modo de maternar das mulheres e a comportamento sexual precoce da criança.

No que se refere aos fatores que exercem influência sobre o envolvimento paterno, as características sociodemográficas, idade e nível de escolaridade por exemplo, mostram-se como variáveis relevantes (Cabrera; Bradley, 2012). Os achados atuais também sinalizam para a necessidade de encorajar o vínculo paterno, como um importante fator capaz de promover o bem-estar familiar, beneficiar a criança e o próprio pai. Nessa perspectiva, implementar políticas que promovam o envolvimento paterno, como medidas de licença parental igualitária, faz-se necessário a fim de promover o desenvolvimento infantil, o ajustamento conjugal e o exercício da maternidade e da paternidade (Cia; Barham, 2006; Lidbeck; Boström, 2021; Petts; Knoester; Waldfogel, 2020).

Esses resultados dialogam com a baixa participação paterna no sistema de saúde, que reproduz em suas práticas e discursos a divisão desigual, culturalmente aceita, em relação à paternidade e à maternidade. Ressalta-se que tais comportamentos não condizem com as demandas da família contemporânea, que implica novas expectativas sobre as funções paternas e maternas na dinâmica relacional familiar. Nos casos de depressão materna pós-parto e de experiência na UTINeo, o pai se mostra sensível à necessidade de apoio à mãe e, principalmente, de cuidados com as crianças, demonstrando a relevância de incluir o pai nos atendimentos às crianças e suas mães.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância de compreender melhor aspectos da paternidade e da relação pai-filhos, a presente revisão integrativa da literatura permite observar a complexidade desses objetos e a importância de considerar o contexto, o dinamismo, a recursividade dos fenômenos. Observam-se novos lugares ocupados pelo pai dentro da família e as implicações dessa mudança de postura paterna para o desenvolvimento infantil e para a configuração de novas relações de gênero dentro das famílias. Entretanto, referências tradicionais e patriarcais ainda permanecem atuantes, fato corroborado pelo lugar da mãe como principal cuidadora, e pela não garantia de políticas sociais à participação paterna na vida familiar na maioria das sociedades contemporâneas.

Diante da síntese de estudos sobre a temática, para futuras investigações, sugere-se a consideração de fatores individuais do pai e suas referências parentais, além de características individuais da mãe e das crianças. Estudos sobre o exercício da paternidade em diferentes configurações familiares, como as famílias monoparentais e recasadas, podem contribuir à compreensão ampliada de fatores contextuais, sociais e culturais que perpassam a relação pai-filhos.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, P.; OLIVEIRA, J. M.; GOMES, Q. S.; FREITAS, L. M. A. As relações entre depressão materna e relatos maternos acerca do envolvimento paterno: um estudo longitudinal, **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 3, p. 911-925, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v24n3/v24n3a08.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- ANDERSON, S.; ROGGMAN, L. A.; INNOCENTI, M. S.; COOK, G. A. Dads' parenting interactions with children: Checklist of observations linked to outcomes (PIC-COLO-D). **Infant Mental Health Journal**, Michigan, v. 34, n. 4, p. 339-351, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/imhj.21390>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- AZNAR, A.; TANENBAUM, H. R. Parent-Child Positive Touch: Gender, Age, and Task Differences. **J Nonverbal Behav.**, Kelowna, v. 40, p. 317-333, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27818561/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: 70, 2006.
- BUENO, R. K.; GOMES L. B.; Crepaldi, M. A. Desafios de ser pai em uma sociedade em transformação. In: GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L. (ed.). **Novo pai: recursos, desafios e possibilidades**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 95-107.
- BUENO, R. K.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Envolvimento Paterno com Filhos Adotivos e a Estrutura Familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/xw5CBC9BRL7YV8BKFF-5DTLN/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- CABRERA, N. J.; BRADLEY, R. H. Latino Fathers and Their Children. **Child Development Perspectives**, United States, v. 6, n. 3, p. 232-238, 2012. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1750-8606.2012.00249.x>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- CABRERA, N. J.; SCOTT, M.; FAGAN, J.; STEWARD-STRENG, N.; CHIEN, N. Co-parenting and children's school readiness: A mediational model. **Family Process**, Bethesda, v. 51, n. 3, p. 307-324, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22984971/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- CHAN, K. L.; EMERY, C. R.; FULU, E.; TOLMAN, R. M. Association Among Father Involvement, Partner Violence, and Paternal Health: UM Multi-Country Cross-Sectional Study on Men and Violence. **American Journal of Preventive Medicine**, United States, v. 52, n. 5, p. 671-679, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28209281/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CHENG, E. R.; HAWKINS, S. S.; RIFAS-SHIMAN, S. L.; GILLMAN, M. W.; TAVERAS, E. M. Association of missing paternal demographics on infant birth certificates with perinatal risk factors for childhood obesity. **BMC Public Health**, London, v. 16, n. 453, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27411308/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CIA, F.; BARHAM E. J. Influências das condições de trabalho do pai sobre o relacionamento pai-filho. **Psico-USF**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 257-264, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v11n2/v11n2a14.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CORTEZ, M. B.; MACHADO, N. M.; TRINDADE, Z. A.; SOUZA, L. G. S. Profissionais de saúde e o (não) atendimento ao homem-pai: análise em representações sociais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 53-63, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-68990>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULPIN, I.; HERON, J.; ARAYA, R.; JOINSON, C. Early Childhood Father Absence and Depressive Symptoms in Adolescent Girls from a UK Cohort: The Mediating Role of Early Menarche. **J Abnorm Child Psychol.**, United States, v. 43, p. 921-931, 2015. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4465664/pdf/10802_2014_Article_9960.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Projeto parental não compartilhado: implicações no exercício da parentalidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/gQZJ5TwZbKwjYVZ4pw6HPts/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

DUMONT, C.; PAQUETTE, D. What about the child's tie to the father? A new insight into fathering, father-child attachment, children's socio-emotional development and the activation relationship. **Early Child Development and Care**, London, v. 183, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-08322-007>. Acesso em: 15 dez. 2023.

DYER, W. J.; KAUFMAN, R.; FAGAN, J.; PEARSON, J.; CABRERA, N. Self-perceived Coparenting of Nonresident Fathers: Scale Development and Validation. **Family Process**, Bethesda, v. 57, n. 4, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29143335/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FAGAN, J.; DAY, R.; LAMB, M. E.; CABRERA, N. J. Should researchers conceptualize differently the dimensions of parenting for fathers and mothers? **Journal of Family Theory and Review**, United States, v. 6, p. 390-405, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jftr.12044>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FERNANDES, C.; MONTEIRO, L.; SANTOS, A. J.; FERNANDES, M.; ANTUNES,

M.; VAUGHN, B. E.; VERÍSSIMO, M. Early father-chile and mother-child attachment relationships; contribution to preschoolers' social competence. **Attachment & Human Development**, United States, v. 22, n. 6, p. 687-704, 2020. DOI: 10.1080 / 14616734.2019.1692045.

FORBES, F.; WYNTER, K.; ZELEKE, B. M.; FISHER, J. Fathers' involvement in perinatal healthcare in Australia: experiences and reflections of Ethiopian-Australian men and women. **BMC Health Services Research**, London, v. 21, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12913-021-07058-z>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GABA, M. R.; AGOGLIA, I. S. Corresponsabilidad em el cuidado infantil y conciliación con la trayectoria laboral: Significaciones y prácticas de varones argentinos. **Psicoperspectivas: individuo y sociedad**, Valparaíso, v. 15, n. 3, p. 23-33, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v15n3/art03.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GABRIEL, M. R.; LOPES, R. C. S. Transformações no envolvimento paterno ao longo dos seis primeiros meses do bebê na creche. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/SzJS63KZfGb-jh75TNfPx88n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GABRIEL, M. R.; POLLI, R. G.; DALL'AGNOL, L. F.; TUDGE, J.; PICCININI, C. A. Envolvimento paterno aos 24 meses de vida da criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/tCsfWV-v7Y5WSPPhphzgTKcqr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GÜLSEVEN, Z.; LIU, Y.; MA, T.; YU, M. V. B.; SIMPKINS, S. D.; VANDELL, D. L.; ZARRET, N. The development of cooperation and self-control in Middle childhood: associations with early maternal and paternal parenting. **Developmental Psychology**, United States, v. 57, n. 3, p. 397-409, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33539122/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

HARRIS, H. A.; JANSEN, E.; ROSSI, T. 'It's not Worth the fights': fathers' perceptions of family mealtime interactions, feeding practices and child eating behaviours. **Appetite**, Amsterdam, v. 150, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112959>. Acesso em: 15 dez. 2023.

HOLMES, E. K.; PETTS, R. J.; THOMAS, C. R.; ROBBINS, N. L. Do workplace characteristics moderate the effects of attitudes on father warmth and engagement? **Journal of Family Psychology**, United States, v. 34, n. 7, p. 867-878, 2020. Disponível em: <https://scholarsarchive.byu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5738&context=facpub#:~:text=Also%20consistent%20with%20prior%20research,frequent%20father%20engagement%20and%20warmth>. Acesso em: 15 dez. 2023.

KHAN, M. S. Paid family leave and children health outcomes in OECD countries. **Children and Youth Services Review**, Oxford, v. 116, p. 1-11, 2020. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7367791/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

KOLTERMANN, J. P.; SOUZA, C. D.; PARAVENTI, L.; BUENO, R. K.; VIEIR, L. V. Openness to the world by fathers and mothers of preschoolers in two-parent families. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 29, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/FQYVyrHs35CvpgsJwwjFdWw/?lang=en>. Acesso em: 15 dez. 2023.

KUO P. X.; VOLLING, B. L.; GONZALES, R. Gender Role Beliefs, Work-Family Conflict, and Father Involvement After the Birth of Second Child. **Psychology of Men & Masculinity**, United States, v. 19, n. 2, p. 243-256, 2018. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2017-12054-001>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LIDBECK, M.; BOSTRÖM, P. K. "I believe it's important for kids to know they have two parents": parents' experiences of equally shared parental leave in Sweden. **Journal of Social and Personal Relationships**, Arizona, v. 38, n. 1, p. 413-431, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0265407520961841>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LIMA, K. S. V.; CARVALHO, M. M. B.; LIMA, T. M. C.; ALENCAR, D. C.; SOUSA, A. R.; PEREIRA, A. Father's participation in prenatal care and childbirth: contributions of nurses' interventions. **Investigación y Educación en Enfermería**, Antioquia, v. 39, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34214290/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MAZZO, C. M. F.; ALMEIDA, J. M. T. O significado de ser pai na atualidade: um estudo na abordagem gestáltica. **Phenomenological Studies – Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 26-37, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v26n1/v26n1a04.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

McCONNACHIE, N. A.; JADYA, V.; LAMB, M.; TASKER, F.; GOLOMBOK, S. Father-child attachment in adoptive gay father families. **Attachment & Human Development**, United States, v. 22, n. 1, p. 110-123, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30898063/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MEDEIROS, F. B.; PICCININI, C. A. Relação pai-bebê no contexto de prematuridade: gestação, internação do bebê e terceiro mês após a alta hospitalar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, p. 475-485, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dvsQk9ygHNy55xmYXRfmWBC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MEUWISSEN, A. S.; CARLSON, S. M. The role of father parenting in children's school readiness: a longitudinal follow-up. **Journal of Family Psychology**, United States, v.

- 32, n. 5, p. 588-598, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6072566/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- NIERI, L. Diferencias entre la sensibilidad paterna según variables sociodemográficas. **Revista Costarricense de Psicología**, Costa Rica, v. 26, n. 1, p. 61-82, 2017. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-29132017000100061. Acesso em: 15 dez. 2023.
- OLSAVSKY, A. L.; BERRIGAN, M. N.; SCHOPPE-SULLIVAN, S. J.; BROWN, G. L.; DUSH, C. M. K. Paternal stimulation and father-infant attachment. **Attachment & Human Development**, United States, v. 22, n. 1, p. 15-26, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30873899/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- OPONDO, J. D.; REDSHAW, M.; QUIGLEY, M. A. Association between father involvement and attitudes in early child-rearing and depressive symptoms in the pre-adolescent period in a UK birth cohort. **Journal of Affective Disorders**, London, v. 221, p. 115-122, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165032716316524?via%3Dihub>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- PARAVENTI, L.; SOUZA, C. D.; KOLTERMANN, J. P.; VIEIRA, M. L. Relações entre gatekeeping materno e personalidade paterna em famílias com pré-escolares. **Avances em Psicología Latinoamericana**, Rosario, v. 30, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242021000100008#:~:text=O%20Gatekeeping%20materno%20é%20um,envolvimento%20paterno%20com%20a%20criança. Acesso em: 15 dez. 2023.
- PETTS, R. J.; KNOESTER, C.; WALDFOGEL, J. Fathers' paternity leave-taking and children's perceptions of father-child relationships in the United States. **Sex Roles**, Bethesda, v. 82, p. 173-188, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32076360/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- PLANALP, E. M.; BRAUNGART-RIEKER, J. M. Determinants of father involvement with Young children: evidence from the early childhood longitudinal study-birth cohort. **Journal of Family Psychology**, United States, v. 30, n. 1, p. 135-146, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282890959_Determinants_of_Father_Involvement_With_Young_Children_Evidence_From_the_Early_Childhood_Longitudinal_Study_a_Birth_Cohort. Acesso em: 15 dez. 2023.
- REMPEL, J. K.; REMPEL, L. A.; HOA, D. T. P.; VUI, L. T.; LONG, T. K. Parenting teamwork: the impact of a fathering intervention on mothers and infants in Vietnam. **Child Development**, United States, v. 91, n. 2, p. 345-364, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30937897/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- RYAN, R. M. Nonresident Fatherhood and Adolescent Sexual Behavior: a comparison of siblings approach. **Developmental Psychology**, United States, v. 51, n. 2, p. 211-223, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5722462/>.

Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, C. V. M.; ANTÚNEZ, A. E. A. “Papai não tem leite!” Considerações sobre o holding paterno na dependência absoluta. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 23, p. 105-116, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/kNjsMwNXv5Ds-TxHKPcnqTbp/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SCAGLIA, A. P.; MISHIMA-GOMES, F. K. T.; BARBIERI, V. Paternidade em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento emocional da filha. **Psico**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 267-278, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/c7t86wX5z-cjs7fKbCZptCDQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SETHNA, V.; MURRAY, L.; EDMONDSON, O.; ILES, J.; RAMCHANDANI, P. G. Depression and playfulness in father and Young infants: A matched design comparison study. **Journal of Affective Disorders**, London, v. 229, p. 364-370, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165032717314775>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SETHNA, V.; PERRY, E.; DOMONEY, J.; ILES, J.; PSYCHOGIU, L.; ROWBOTHAM, N. E. L.; STEIN, A.; MURRAY, L.; RAMCHANDANI, P. G. Father-Child interactions at 3 months and 24 months: contributions to children’s cognitive development at 24 months. **Infant Mental Health Journal**, Michigan, v. 28, n. 3, p. 378-390, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28449355/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SONEGO, J. C.; DORNELLES, L. M. N.; LOPES, R. C. S.; PICCININI, C. A.; PASSOS, E. P. A experiência paterna na gestação no contexto de reprodução assistida. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 4, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/RTZZt8CJGZmQKfvGgM5GGCn/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VOLLING, B. L.; CABRERA, N. J. Advancing research and measurement on fathering and child development: Introducing the issues and a conceptual framework. In: VOLLING, B. L.; CABRERA, N. J. (ed.). Advancing research and measurement on fathering and children’s development. **Monographs of the Society of Research in Child Development**, United States, v. 84, n. 1, p. 7-17, 2019.

WARD, K. P.; LEE, S. J. Mothers’ and fathers’ parenting stress, responsiveness, and child wellbeing. **Children and Youth Services Review**, Oxford, v. 116, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32801410/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PATERNITY AND CHILD DEVELOPMENT: AN INTEGRATIVE REVIEW OF LITERATURE

Abstract: This study aims to present an integrative review of literature of international and national empirical research on the influence of the paternal relationship on child development. The search for scientific publications was delimited between 2015 and 2021 on Scopus, Web of Science, and PubMed databases. The descriptors were consulted in the list of Terminology in Psychology from BVS-Psi and the selected terms were “paternity”, “father-child relation” and “child”. In the end, 39 articles remained. They were read and analyzed in full. The results of these studies were analyzed according to Bardin thematic categorical analysis.. New places occupied by the father within the family are observed, as well as the implications of this change in the paternal attitude for child development and the configuration of new gender relations within families.

Keywords: Paternity; Family relationships; Child development.

PATERNIDAD Y DESARROLLO INFANTIL: UMA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA

Resumen: El objetivo de este estudio es presentar una revisión integradora de la literatura de investigaciones empíricas, internacionales y nacionales, acerca de la influencia de la relación paterna en el desarrollo infantil. La búsqueda de publicaciones científicas entre 2015 y 2021 fue limitada, consultadas en las bases de datos Scopus, Web of Science y PubMed. Los descriptores fueron consultados en el listado de Terminología em Psicología de la BVS-Psi y los términos seleccionados fueron: “paternidad”, “relación padre-hijos” e “hijos”. Al final, 39 artículos fueron analizados en su totalidad, según el análisis categórico temático de Bardin. Hay nuevos lugares ocupados por el padre dentro de la familia y las implicaciones de este cambio en la postura del padre para el desarrollo infantil y para la configuración de nuevas relaciones de género dentro de las familias.

Palabras clave: paternidad; relaciones familiares; desarrollo infantil.

PATERNIDADE E EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER NA ESCOLA: SUBSÍDIOS INTERGERACIONAIS

Cinthia Lopes da Silva¹
Gisele Maria Schwartz²

RESUMO: Os compromissos parentais vão além de prover insumos para as condições adequadas de viver, abrangendo, inclusive, as estratégias de estímulo ao desenvolvimento saudável de crianças e jovens. Nesse sentido, a educação para e pelo lazer, realizada de modo intergeracional, se torna elemento fundamental para esse processo. Entretanto, nem todos os pais estão cientes de como contribuir para a aquisição de hábitos saudáveis envolvendo o lazer. Este estudo teve por objetivo oferecer proposições de atividades intergeracionais, pautadas na educação para e pelo lazer, subsidiando e complementando os ditames da paternidade atenta, participativa e compromissada. O estudo teve uma natureza qualitativa, de caráter descritivo, com base em relato de experiência sobre a realização de um curso de formação docente em Sinop (MT), no qual foram propostas as atividades intergeracionais referentes a *geocaching*, construção de brinquedos e atividades esportivas, como *slackline*, “basquetão” e “vôlei de lençol”, para serem realizadas na escola, reunindo pais e filhos. Os dados reiteram a importância da valorização do lazer como direito social, difundindo a educação para e pelo lazer como formas de minimizar as barreiras sociais do lazer e ressignificar o papel imprescindível da paternidade participativa na criação de hábitos saudáveis.

Palavras-chave: paternidade; intergeracional; lazer; educação.

INTRODUÇÃO

A noção de paternidade, e seu papel na sociedade, vem passando por transformações significativas, tendo em vista os novos rumos acerca de valores e papéis de gênero impressos nas diversas culturas. Bernardi (2017) ressalta que o conceito de “paternidade” está em constante ressignificação, representando sempre um desafio, sobretudo na atualidade. Entretanto, a autora refere que muitos estigmas arraigados com as funções de pai e mãe se mostram ainda presentes, fazendo com que a família, na era contemporânea, ainda apresente traços conservacionistas dos modos patriarcais de condução, com o pai provedor e a mãe cuidadora.

Contudo, os novos formatos de família, assim como os esclarecimentos a respeito dos compromissos assumidos nessa formação, começam a tender às mudanças desses

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Educação, e-mail: cinthialopes@ufpr.br.

2 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)/Campus Rio Claro – LEL – Laboratório de Estudos do Lazer – UFU-MG, e-mail: gisele.schwartz@unesp.br.

traços patriarcais, prenunciando maior valorização do envolvimento de ambos os pais nos diversos aspectos familiares e, notadamente, no cuidado com os filhos. Tal mudança pode favorecer benefícios que já começam a ser investigados e reconhecidos na literatura.

Ao investigarem o conceito de “paternidade” na contemporaneidade, por meio de uma revisão integrativa da literatura, Santos *et al.* (2022) perceberam que os estudos reforçam que a participação ativa e dedicada dos pais, desde os cuidados que circunscrevem o ciclo gravídico-puerperal, representa um fator promotor de melhorias nos indicadores de saúde. Para os autores, diversos aspectos da vida de crianças, jovens e mesmo de adultos podem ser afetados já na fase inicial da vida, sendo, portanto, fundamentais a solidificação e a ênfase no reconhecimento da importância das relações parentais na promoção da qualidade de vida.

A relação parental já vem sendo proferida como de extrema significância para o desenvolvimento infantil, estando sob investigação com base em diferentes prismas (Costa, 2023). Diversos fatores pessoais, interpessoais e relacionados com a competência parental dos pais podem definir consequências positivas ou negativas no incremento do modo de viver, desde a infância.

Para Pekel-Uludağlı (2023), a competência parental pode influenciar desde o desenvolvimento cognitivo-linguístico das crianças até aspectos envolvendo o desenvolvimento motor fino, assim como os níveis de medo/ansiedade e os comportamentos pró-sociais. Seu estudo demonstrou a importância do envolvimento da família nesses e em outros diversos aspectos da convivência parental.

Muitos elementos podem definir a participação paterna no acompanhamento dos filhos. Em estudo sobre a motivação dos pais para se envolverem com os filhos, Bouchard *et al.* (2007) deixaram claras as relações diretas entre os níveis de envolvimento e a satisfação no desempenho do papel parental, avivando a noção do compromisso e da dedicação parental ao longo da vida.

Mais recentemente, Burniston *et al.* (2023) evidenciaram que a socialização emocional dos pais tem estreita correlação com a regulação emocional adaptativa de crianças. Assim, conforme os autores apregoaram, o envolvimento dos pais reforça oportunidades preventivas de ensinar as crianças a lidarem com suas emoções, podendo influenciar na regulação emocional e nas possíveis respostas a estímulos estressores.

Outras associações são também motivo de pesquisas na literatura científica no que tange aos aspectos relacionados com o envolvimento paterno e o desenvolvimento infantil. No estudo de Yaffe e Levental (2023), o foco recaiu na associação entre o estilo de vida parental e a motivação para o desenvolvimento de atividades físicas de adolescentes. Os resultados do estudo salientam que a utilização de recursos de comandos autoritários por parte dos pais não estimula a automotivação para a prática de atividades físicas, sobretudo para adolescentes do sexo masculino, concluindo que a forma de interação paterna também interfere no grau de influência parental nesse quesito da motivação para a prática de atividades físicas.

Um fato bastante interessante é a percepção dos pais, ou a falta desta, sobre sua importância na definição de hábitos saudáveis no lazer para as crianças em tenra idade. Moin (2023) ressalta a presença de melhores níveis de saúde psíquica, autoestima

e satisfação com a vida em longo prazo quando os pais desempenham um papel mais ativo, de forma consciente, para o desenvolvimento dos filhos. No entanto, também alerta que essas evidências nem sempre são calcadas na conscientização ou percepção dos próprios pais, revelando que, apesar de alguns pais já possuírem um bom conhecimento sobre seu papel no desenvolvimento dos níveis físico, mental e social saudáveis dos filhos, valorizando o tempo dedicado ao envolvimento com as crianças, ainda existe necessidade de alertar outros pais que não percebem naturalmente o valor de seu papel, ou mesmo desconhecem estratégias lúdicas úteis para nutrir um desenvolvimento saudável (Moin, 2023). O autor sugere a oferta de cursos de esclarecimento com o intuito de ampliar a percepção sobre o aprimoramento dessa relação tão importante envolvendo a paternidade e o desenvolvimento infantil.

Em outro sentido, também já existem evidências concretas da associação dos hábitos de vida dos próprios pais como elementos determinantes para estimular hábitos saudáveis e ativos dos filhos. Segundo o estudo realizado por Mesquita *et al.* (2023), tanto os hábitos sedentários (o tempo destinado a assistir TV ou ao uso do computador, por exemplo) como a prática de atividades físicas durante o tempo destinado ao lazer dos adolescentes pesquisados sofreram interferência das mesmas atividades desenvolvidas pelos pais, com algumas diferenciações ao se tomar como foco a classe econômica.

Considerando esses relevantes dados sobre as repercussões do envolvimento parental na determinação do estilo existencial das crianças e jovens, evoca-se a premência de se voltar a atenção para as formas eficazes de estimulação de hábitos ativos e saudáveis. Um dos campos de maior possibilidade de promoção de novas experiências nesse sentido é o âmbito do lazer, com sua dinamicidade característica.

O lazer representa um direito social (Gomes; Isayama, 2015), no entanto, nem sempre é possível de ser dinamizado e vivenciado por todos os cidadãos, haja vista as grandes desigualdades e disparidades sociais, culturais e econômicas existentes nas sociedades. O lazer é compreendido como um fenômeno sociocultural vivenciado no tempo disponível, possuindo um caráter dinâmico e em constante mutação, acompanhando as transformações incididas no contexto cultural (Marcellino, 1998).

Os diversos conteúdos culturais que caracterizam o lazer sofrem alterações constantes ao longo do tempo, abarcando novas experiências, linguagens e dinâmicas, as quais são redefinidas mediante as transformações na realidade social. Dumazedier (1979) demonstrou pedagogicamente a abrangência do lazer na época de seu estudo, ao constatar cinco principais interesses referentes aos conteúdos das atividades vivenciadas no contexto do lazer, a saber: artístico, físico, manual, intelectual e social. Camargo (1998) e Schwartz (2003) procuraram atualizar esses conteúdos, inserindo as propostas dos conteúdos turístico e virtual, respectivamente, de mais representatividade nos tempos atuais.

No contexto contemporâneo, Stoppa e Isayama (2017) procuraram compreender o panorama do lazer brasileiro buscando enfatizar os estudos sobre o lazer como fenômeno social, o qual se apresenta como necessário à sobrevivência e calcado em vivências individuais e coletivas, cuja importância influenciou, inclusive, sua constituição como direito social na Carta Magna de 1988. Os autores também evidencia-

ram a latência da necessidade de formulação de políticas públicas efetivas para atender às expectativas da população.

Esse prisma de enfoques sobre o valor do lazer pode oferecer um panorama sobre a importância de ações para minimizar as barreiras sociais do lazer – interclasse social (decorrentes do fator socioeconômico) e intraclasse social (provocadas por estereótipos, idade, gênero, deficiências, violência urbana, etc.). Essas barreiras impedem os sujeitos de terem acesso às atividades do contexto do lazer e, mediadas pelo duplo processo educativo descrito no próximo tópico, podem ser minimizadas, além do fato de os sujeitos compreenderem as inúmeras possibilidades de exercer o direito ao lazer e a organizarem uma existência efetivamente ativa e viva (Guillebaud, 2018; Marcellino, 1996).

Entretanto, de modo geral, os cidadãos não foram educados nem estimulados a valorizarem as vivências do campo do lazer, por supervalorizarem o âmbito do trabalho. Isso pode contribuir para deflagrar diversos transtornos já identificados na literatura da área, sobretudo afetando a esfera da saúde física e psíquica (Bone *et al.*, 2022), a percepção sobre bem-estar, a satisfação com a vida (Bae; Chang, 2023) e contribuindo para agravar as consequências das pandemias de depressão, obesidade e sedentarismo, atualmente em evidência no mundo (Araújo *et al.*, 2023).

Com base nesse contexto apresentado, torna-se relevante valorizar as iniciativas que possam amplificar as perspectivas de educação para e pelo lazer. A educação para o lazer representa uma estratégia que oferece subsídios a fim de dotar as pessoas de conhecimentos sobre as diversas possibilidades de vivências com qualidade no âmbito do lazer, oportunizando mais consciência, criticidade e criatividade, para uma escolha autônoma do envolvimento com as atividades. Para que ocorra esse processo, é preciso considerar a educação além do ambiente escolar, valorizando os espaços para vivências e aprendizados não formais, durante o tempo disponível, capazes de desencadear mudanças de valores (Schwartz *et al.*, 2020).

A educação para o lazer estimula a compreensão acerca da importância de se valorizar o lazer, procurando promover a conscientização sobre os benefícios de envolvimento com as diversas vivências que compõem seus conteúdos culturais. O reconhecimento sobre o valor do lazer para o aprimoramento da qualidade existencial pode catalisar mudanças de atitudes, valores e condutas, levando a maior conscientização sobre o lazer como direito social.

Nessa perspectiva, a educação *para* o lazer toma o lazer como elemento a ser valorizado, tendo em vista que se ampliam as oportunidades de conhecimento sobre as perspectivas de desenvolvimento de diversas habilidades em diferentes níveis. Além disso, reforça a confiança na participação social compromissada com a qualidade de vida individual e coletiva (Camargo, 1998).

Já a educação *pelo* lazer reitera o valor das vivências do contexto do lazer como elementos de educação. Diferentes formas de atividades desse âmbito ganham destaque para ampliar a difusão de valores e normas sociais, agregando saberes e vivificando os significados e finalidades dessas práticas para a qualidade de vida (Pimentel; Santos; Boaretto, 2014).

Esse duplo aspecto educativo associado ao lazer foi também ressaltado por

Requixa (1980), quando esse autor elencou as dimensões do lazer. Esses dois aspectos representam ações complementares: a educação para o lazer municia o cidadão a compreender o significado do lazer na vida; e a educação pelo lazer toma as suas atividades para agregar valores socialmente reconhecidos. Ainda que a literatura reconheça esse duplo aspecto educativo do lazer, nem sempre a população em geral encontra oportunidade de conhecer esses conteúdos e essas dimensionalidades relativas ao lazer.

Neste sentido, oferecer possibilidades para que os pais possam contribuir adequadamente a fim de alterar esses quadros negativos se torna um grande desafio. Educar para e pelo lazer requer estratégias que possam dinamizar o interesse das pessoas, considerando os aspectos de conhecimento, criticidade, criatividade e coparticipação, no sentido, inclusive, de combater preconceitos decorrentes da barreira social intraclasse social.

A ausência de enfoque de valorização referente à educação para e pelo lazer tem seus resquícios apoiados na valorização social convencional sobre o trabalho. Assim, superar, de fato, essa desvalorização e buscar a promoção com mais equidade de oportunidades requer mudanças consideráveis nos hábitos. Entre elas, a superação do desconhecimento sobre a importância do lazer para a vida e a respeito da variedade de possibilidades de vivências nesse setor.

Como coadjuvantes no reforço à superação da tendência aos desequilíbrios psicofísicos e aos transtornos emocionais, a educação para e pelo lazer vem envolta na difusão de conhecimentos sobre uma gama de atividades que podem ser experienciadas, oferecendo a construção de novas oportunidades de vivências conscientes e autônomas – daí podem advir repercussões positivas em todas as esferas da vida. Esse duplo aspecto do lazer requer mais do que teorias didático-pedagógicas para transmissão de informações, abarcando, inclusive, a persuasão e a motivação para imprimir mudanças e fazer a diferença na própria vida e na vida de uma criança ou de um jovem.

Ainda que os pais já compreendam, mesmo que intuitivamente ou socialmente, o valor de sua presença para o desenvolvimento de uma vida saudável, nem sempre eles detêm o conhecimento sobre as maneiras de estimular adequadamente seus filhos para uma vida ativa e saudável. Sendo assim, este artigo procurou investir em difundir propostas de atividades intergeracionais, as quais são pautadas na perspectiva da educação para e pelo lazer, a fim de subsidiar mudanças de valores envolvendo a paternidade e o envolvimento na difusão dos valores sobre o lazer.

2 - MÉTODO

O estudo teve uma natureza qualitativa, de acordo com Minayo (2007), com característica descritiva, sendo classificado como relato de experiência, subsidiado por revisão de literatura. Foi desenvolvido por meio da aplicação de metodologia ativa, junto a professores da rede municipal de Sinop (MT), em outubro de 2023, em uma proposta de formação continuada. No total, participaram das atividades vivenciais cerca de 40 pessoas, sendo um grupo predominantemente de professores e professoras de Educação Física, mas com algumas participações de professoras pedagogas. As idades dos participantes eram bem variadas: havia pessoas com mais de trinta anos de magistério

e professores bem jovens, iniciantes.

O curso foi oferecido na própria escola, promovendo-se as seguintes atividades intergeracionais: *geocaching*, construção de brinquedos e atividades esportivas, como *slackline*, “basquetão” e “vôlei de lençol”, com o intuito de municiar os professores para desenvolvê-las, posteriormente, na própria escola, como estratégias para a construção dos processos educativos do lazer, a educação para e pelo lazer. O curso envolveu três dias de atividades com os professores: dois dias de palestras e conteúdo teórico-prático a respeito das barreiras sociais do lazer e a Educação Física escolar; além de um dia de vivências, seguido de discussões teóricas e reflexões com os professores. Para os propósitos deste artigo, foi selecionado o conteúdo realizado no terceiro dia, dedicado às vivências anteriormente mencionadas. A análise do relato de experiência foi feita procurando interpretar o ocorrido nas atividades descritas no terceiro dia e em diálogo com a literatura.

A estratégia de realização intergeracional das vivências foi adotada ao longo da experiência pedagógica, dado que são atividades que requerem manuseio de diferentes objetos, alguns complexos, dependendo das idades das crianças envolvidas (arcos, lençol e equilíbrio), no caso das atividades “basquetão”, “vôlei de lençol”, *slackline* especificamente e, sobretudo, na atividade *geocaching*, para a qual seria imprescindível a presença de pais e filhos, já que envolve deslocamento, não somente no ambiente da escola, mas, inclusive, no seu entorno.

As atividades oferecidas no curso podem ser descritas conforme segue.

- *Geocaching*: considerada um esporte, que teve inspiração no jogo “caça ao tesouro”, essa prática envolve uma sofisticação de ser orientada por GPS, para buscas de objetos em locais escondidos pelas cidades e diferentes países, sendo que, algumas pessoas a praticam nos contextos do lazer e do turismo. É uma atividade que envolve cognição e orientação espacial, para seguir adequadamente o GPS e cumprir as tarefas da prova no tempo determinado.

- *Slackline*: trata-se de um esporte praticado sobre uma fita específica, em que a pessoa deve tentar se equilibrar durante o deslocamento sobre essa fita. Dada a dificuldade, é uma prática que geralmente requer auxílio de outro praticante ou pessoa envolvida na dinâmica. O objetivo é caminhar pela fita, menos onde se situa a catraca, que é o mecanismo para o tensionamento da fita de *slackline*. A atividade exige concentração e bastante equilíbrio.

- “Basquetão”: prática esportiva de caráter recreativo que pode ser praticada com número indeterminado de pessoas em cada time, tendo como objetivo acertar o alvo: um arco com uma bola leve e grande; o arco pode ficar fixo, com uma pessoa segurando-o na altura dos ombros, ou pode, ainda, ser móvel – nesse caso, a pessoa fica em lugar previamente determinado e movimenta o arco, dificultando o arremesso do time adversário. A condução da bola deve ser caminhando ou correndo, batendo a bola no chão e sem agarrar ou fazer faltas no adversário. Essa atividade envolve coordenação, agilidade e precisão.

- “Vôlei de lençol”: prática esportiva de caráter também recreativo, sem número determinado de jogadores, sendo que cada equipe segura nas pontas de um lençol e o objetivo é passar a bola para o outro time sem deixá-la cair no chão; requer-se força,

precisão e agilidade.

- Construção de brinquedos: foram disponibilizados, aos presentes, os seguintes materiais: rolinhos do miolo de papel higiênico, garrafas *pet*, tesouras, cola, canetinhas e barbante. Os participantes deveriam criar algum tipo de objeto para brincar, envolvendo a criatividade, a coordenação fina e a óculo-manual.

A dinâmica da experiência pedagógica foi pautada em realizar o *geocaching* no período da manhã, totalizando três horas de realização e discussão; e as demais atividades, no período da tarde: a construção de brinquedos, durante cerca de uma hora, e na sequência o *slackline*, o “basquetão” e o “vôlei de lençol”, realizadas em formato de circuito de cerca de 20 minutos cada. Após a realização do circuito, foi feita uma discussão geral das atividades e encerrou-se o curso.

As vivências propostas foram ocorrendo mediante cocriação, com sugestões dos participantes na construção das regras para sua realização, de modo a se caracterizar como um processo de ensino-aprendizagem característico das metodologias ativas, em que os participantes são protagonistas na ação realizada.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a preparação do curso de formação de professores e a aplicação das vivências, inicialmente, foram tomadas algumas providências acerca dos detalhes de elaboração de cada atividade, conforme descrito a seguir, com as devidas justificativas da importância dessa seleção, almejando a valorização da educação para e pelo lazer.

O geocaching

No caso da experiência realizada, o GPS foi substituído, utilizando-se um mapa feito manualmente e a formação de um grupo de *WhatsApp*, incluindo todos os participantes e uma das professoras pesquisadoras, a qual estava no comando das atividades. Duas pulseiras de artesanato foram colocadas em um envelope branco e cada envelope foi numerado, no total de 10 envelopes, devidamente escondidos: três deles dentro da escola e sete fora da escola, na distância de um quarteirão. Os comandos e a solicitação das tarefas das pistas onde estavam os envelopes foram dados a partir do *WhatsApp*. A atividade de busca pelos envelopes foi realizada em, aproximadamente, uma hora e meia. Os participantes se agruparam em pequenos grupos, para se ajudarem durante a busca dos envelopes, e foi dada a orientação de que, assim que encontrassem cada envelope, tirassem uma foto do número do envelope encontrado, para que todos soubessem.

Após a vivência, foi dedicado o tempo de também uma hora e meia no curso para apresentar aos professores o *site* www.geocaching.com, com informações sobre essa prática esportiva e uma discussão acerca de quais os propósitos de sua realização na escola, procurando minimizar as barreiras sociais do lazer, já que podia participar qualquer pessoa, independentemente de classe social, idade, gênero, estereótipo, deficiência, etc. Foi ressaltada, aos professores, a importância da realização em conjunto entre pais e crianças/jovens, pois poderiam ajudar os estudantes na atividade e gerar mais confiança, sobretudo para os deslocamentos externos à escola, sendo maior e

mais efetivo o incentivo para a prática da atividade.

Durante os comentários sobre essa prática, os professores foram trocando presentes entre si, pois um pressuposto do *geocaching* é o de que os participantes peguem o objeto encontrado e deixem outro que trouxeram de casa no lugar. Porém, como a atividade foi adaptada, concluiu-se que o melhor seria fazer as trocas depois de terem encontrado todos os envelopes. Esse foi um momento de bastante interação entre os participantes, sendo que a troca de presentes foi iniciada com os professores mais antigos da rede e, depois, cada um indicava com quem deveria trocar o presente. Fica evidente que, nessa atividade, a interação social e o conteúdo social do lazer estão presentes, e essa interação representa um elemento motivador a mais para a prática do *geocaching*.

De acordo com Lovisolo, Borges e Muniz (2013), há autores do campo da Educação Física propondo a valorização das estratégias de cooperação em detrimento da competição, ratificando os pressupostos difundidos anteriormente nos estudos de Brotto (1999), sobretudo quando se propõe uma educação transformadora em relação aos valores sociais humanos. No entanto, ambas (cooperação e competição) são fundamentais para o processo de repedagogização, do ponto de vista da dialética em vez de a partir da retórica. Além disso, autores clássicos do lazer, como Caillois (1990), dividem o jogo em quatro categorias (*alêa*, *agôn*, *mimicry* e *ilinx*). São considerados na categoria *agôn* os jogos que envolvem competição: cabo de guerra, vivo ou morto, corrida no saco, pega-bandeira, jogo de xadrez, bilhar, damas, futebol, etc. Outro exemplo comum dentro dessa categoria são os jogos esportivos, como é o caso do *geocaching*. Esta prática esportiva permite, como experiência, a vivência equilibrada dos valores da competição e da cooperação, isso porque os pequenos grupos formados tentavam se ajudar, para encontrarem, no tempo mais breve possível, os envelopes e comunicar a todos que os tinham encontrado, sem trapaças. A competição envolve o coletivo dos pequenos grupos, sendo que a vitória, nesse esporte, é justamente vencer, em conjunto, o obstáculo de desvelar onde estão os envelopes, e no menor tempo possível. Feito dessa forma, a vitória é de todos.

Ao final, as trocas dos presentes representaram o ritual do equilíbrio entre os valores da competição e da cooperação, pois todos participaram das trocas e todos ficaram com, ao menos, um presente. Nessa experiência, houve o caso de pessoas que não levaram o presente porque tinham se disposto a ajudar a dar os comandos junto com a professora pesquisadora e a esconder os envelopes, não participando, portanto, da busca. Porém, essas pessoas (que foram poucas, cerca de quatro) puderam ficar com as pulseiras dos envelopes que foram organizados pela professora pesquisadora. Ratifica-se que, de acordo com Lovisolo, Borges e Muniz (2013), ambos os valores, cooperação e competição, são fundamentais e merecem atenção nos processos educativos, os quais se referem à educação para e pelo lazer, a partir dos estímulos propiciados pelo *geocaching*.

A construção da atividade levou também os participantes a aprenderem sobre a importância de uma boa comunicação, por exemplo, para encontrarem os envelopes e pedirem mais pistas, uma vez que, quanto mais precisos fossem na pergunta, mais precisa seria também a resposta; isso envolveu um processo de interação ao longo da

atividade, desde a busca pelos envelopes até a troca dos presentes. Assim, pode-se perceber que, nessa atividade, ficaram evidentes a comunicação e a interação como formas de aproximar as pessoas, independentemente de suas diferenças físicas, do modo de pensar e de agir, sendo um exemplo de como minimizar preconceitos e promover a equidade, vencendo as barreiras sociais do lazer e, ao mesmo tempo, vivenciando os valores da cooperação e da competição, de modo equilibrado.

Os professores participantes do curso, ao longo das reflexões, reiteraram a importância da participação dos pais na atividade, indicada como fundamental para sua realização no ambiente escolar: pelo fato de a criança estar acompanhada do representante paterno quando da realização das tarefas no ambiente do entorno da escola, e também pelo estímulo ao compartilhamento entre pais e filhos ao longo de toda a dinâmica de construção de valores da cooperação e competição, inclusive sendo um aprendizado para minimizar preconceitos, conviver em grupo e desenvolver ações conjuntas entre outros do mesmo grupo.

O slackline

Foram montados dois *kits* de *slackline* na área de jardim da escola e dadas as orientações básicas sobre como subir na fita, como se equilibrar, procurando olhar para um ponto fixo à frente, em vez de olhar para os pés, além de dar atenção aos movimentos dos braços e do quadril, de modo a tentar encontrar o equilíbrio para a caminhada na fita. Também reforçou-se que sempre a pessoa que anda na fita é quem deve segurar na pessoa auxiliar, nunca o inverso.

Durante o treinamento dos professores, estes foram se ajudando; alguns já sabiam como andar, outros tentavam dar uns passos a mais, o que acabou virando uma mini-competição entre aqueles que disputavam: quem conseguiria chegar mais longe? Todos foram se ajudando na prática, dando dicas de como conseguiam dar os passos a mais ou auxiliando os que arriscavam andar sobre a fita.

Essa atividade não apenas requer atenção, concentração e as habilidades do equilíbrio da pessoa que vai se deslocar na fita, mas, também, o praticante deve confiar no indivíduo que está fazendo sua segurança. Nesse sentido, percebe-se o valor destes estímulos de parceria e cooperação, gerando segurança. O *slackline*, como elemento da educação para e pelo lazer, é uma prática que deve ser inserida nas aulas de Educação Física escolar, porque ensina e motiva sobre a realização auto-organizadora de atividades físicas, pelo fato de possuir caráter exploratório e desafiador (Pereira; Armbrust, 2023), mas, principalmente, por ser prática compartilhada com outros: aqueles que já conseguem andar sozinhos na fita ou os que precisam de ajuda.

O *slackline* também é uma atividade para a qual não existe um regramento decisivo sobre o melhor princípio pedagógico a fim de ensiná-la adequadamente. É evidente que já existem princípios elementares, como as melhores formas de subir na fita e os processos de eficiência e segurança ao caminhar, contudo, a experiência compartilhada entre os praticantes se torna fundamental no processo coletivo da prática, podendo variar em cada vivência.

Em uma proposta interacional dessa atividade realizada entre pais e filhos, a interação pode ser fortalecida pela ajuda e pelo incentivo dos adultos para que as crianças

se desloquem com mais confiança. Isso também ocorreu na vivência dos professores durante o curso ministrado: havia alguns já mais experientes na prática e outros iniciantes, mas todos se ajudaram mutuamente.

O que a educação para e pelo lazer ressalta, neste caso, é que esse compartilhamento de dicas e ações é um elemento para o fortalecimento de vínculos entre os praticantes. Esse tipo de proposta a ser vivenciada por pais e filhos pode estimular o vínculo de cuidado e atenção e, além disso, fortalecer o vínculo afetivo entre eles; neste caso, a escola passa a propor e gerar algo que vai além de seus muros, rompendo com o conservadorismo presente em muitas instituições.

Esse tipo de iniciativa deve ser valorizado e incluído nas aulas de Educação Física. Alguns estudos apontam nessa direção: as atividades de aventura na natureza, ou práticas corporais de aventura na escola, como o *slackline*, contribuem para que a Educação Física escolar (e, de modo mais abrangente, a escola) seja mais dinâmica e menos restritiva (Martins; Martins, 2021), além de suscitarem estímulos aos valores de sociabilidade, solidariedade, respeito e aceitação às diferenças (Cândido *et al.*, 2023).

O “basquetão”

A atividade foi definida em conjunto com os participantes, sendo que quem segurava o arco ficava um degrau acima na arquibancada – o jogo foi realizado na quadra coberta, utilizando-se o espaço de meia quadra. Cada equipe tinha cerca de seis pessoas, o jogo ocorreu de modo a ficar predominante a diversão. Foi utilizada uma bola leve e grande, que dificultava o manuseio para as batidas no chão, mas era mais facilmente lançada em direção ao arco, tanto com o arco em movimento como, posteriormente, com o arco fixo.

A questão da adaptabilidade da relação óculo-manual com o alvo em movimento requer bastante trabalho cerebral e muscular. Além dos diversos benefícios fisiológicos que esse tipo de atividade pode gerar, quando ministrada a partir de uma proposta de educação para e pelo lazer, essa prática ganha uma dinâmica totalmente recreativa e inclusiva. Não há problemas em “errar”.

A dinâmica que é proposta ao jogo envolve o coletivo, e este assume a responsabilidade por buscar maneiras de atingir o alvo, de modo que todos participem. Assim, trata-se de uma prática favorável a ser trabalhada entre pais e seus filhos, e em conjunto com outros pais e filhos, na mistura de idades, alturas e biotipos.

Ensinar sobre a inclusão, sobre as formas de se lidar com as diferenças não é algo simples; ora, atividades como a apresentada são favoráveis ao estímulo a esses importantes conteúdos de valores. Junior e Pezuk (2020) são exemplos de autores que estudaram como as atividades recreativas são efetivas nos processos de inclusão de adolescentes que se encontram marginalizados; com base em estudos dessa natureza, é reforçado o valor de propostas de atividades recreativas envolvendo pais e filhos.

O “vôlei de lençol”

Foram disponibilizados dois lençóis de solteiro, com cerca de seis pessoas segurando cada um deles. O jogo foi realizado na metade da quadra, em um espaço sem muitos limites, mas o suficiente para as equipes se organizarem, com o intuito de lançarem

a bola que ficava no meio do lençol; a comemoração era grande quando conseguiam fazer com que a bola não caísse no chão, tornando-se essa uma atividade bastante cooperativa entre as duas equipes participantes.

Essa atividade, assim como o *geocaching*, reforça o trabalho em conjunto e a cooperação para o desempenho da tarefa. Apesar de ser uma atividade manifestadamente competitiva, exige muita cooperação do grupo, no sentido de encontrar a melhor forma de passar a bola para o outro lado. Da mesma maneira, o outro lado também tem que contar com a união de todos para recepcionar adequadamente a bola enviada.

Vivências como essa favorecem o espírito de cooperação, porém também ressaltam a presença de lideranças, necessárias para conduzir as estratégias a serem adotadas, de modo que a ação seja eficiente. A educação para e pelo lazer viabiliza a construção de dinâmicas em que podem surgir lideranças, assim como reforça a cooperação em equilíbrio com a competição. De acordo com Tschoke *et al.* (2011), as relações sociais, a liderança e a apropriação são elementos importantes para que os sujeitos utilizem os espaços públicos de esporte e lazer da cidade.

Assim, quando pais e filhos vivenciam atividades dessa magnitude na escola, ficam conscientes de que essa estratégia poderá ser transposta para outros espaços da cidade (Aguiar, 2023), de modo que permaneçam motivados a continuarem jogando e participando de atividades do contexto do lazer nos espaços públicos da cidade. Essa pode representar a melhor maneira de repercutir e de se propor novos significados e valores ao contexto do lazer, a partir da educação para e pelo lazer fomentada no ambiente escolar.

A construção de brinquedos

Inicialmente, foi demonstrado como construir o brinquedo “vai e vem” (formado por uma espécie de meia bola, feita de garrafa *pet*, com dois pedaços de barbante que passam por dentro dessa meia bola; para funcionar, o brinquedo precisa de duas pessoas, uma em cada lado do barbante, fazendo o vai e vem, com a bola passando pelo barbante). Na sequência, foram apresentados alguns exemplos de brinquedos já prontos, produzidos por estudantes de uma universidade pública brasileira, como um binóculo e uma luneta. Foram apresentados alguns princípios pedagógicos em sugestão a como começar a construção de brinquedos; a partir daí, os professores foram deixados livres para inventarem seus próprios brinquedos, além dos que já tinham sido apresentados como modelos.

O resultado da oficina permitiu perceber a produção de diversos brinquedos, como carrinho, bola de futebol americano, diversos tipos de binóculos e lunetas, porta-canetinhas, dentre outros objetos. As atividades manuais são altamente inspiradoras, deixando em foco a imaginação e a criatividade, além de avivarem as condições de coordenação fina, tão importantes para o desenvolvimento das crianças em idade escolar.

Nessas atividades, foi trabalhado o conteúdo manual do lazer, mas não somente ele, uma vez que o conteúdo artístico também fez parte, potencializando as atividades manuais. O contexto que envolveu a arte permitiu mais liberdade para a criação dos brinquedos, indo além da simples reprodução. Isso ficou patente quando muitos pro-

fessores começaram a desenhar e pintar os binóculos, as lunetas e outras invenções.

Retomando os conteúdos culturais do lazer evidenciados por Dumazedier (1980), a experiência pedagógica realizada, apoiada na educação para e pelo lazer, mostrou que esses elementos podem ser trabalhados em conjunto, em uma proposta intergeracional. Os próprios professores, ao longo das reflexões finais propostas, comentaram que a atividade seria também interessante para ser compartilhada entre pais e filhos, inserindo propostas de ações que tentassem a reprodução dos brinquedos que tinham quando eram crianças, porém a partir da utilização de materiais recicláveis.

Essa iniciativa poderia ativar elementos da memória dos sujeitos de diferentes gerações, além de fornecer reflexões sobre a importância de ações de reciclagem e de outros valores ecologicamente corretos. Nesse sentido, a educação para e pelo lazer poderia incrementar a presença de valores de educação ambiental na escola, podendo reverberar para o contexto do lazer. Esse duplo aspecto educativo reitera compromissos da escola, desde tenra idade dos alunos: despertar imediato e difusão de conhecimentos sobre os cuidados e a proteção ao meio ambiente, estimular a importância da paternidade ativa e consciente – para a formação de cidadãos que reconheçam o valor de atitudes e condutas pró-ambientais (Carmo, 2023).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas propostas desse curso para os professores, as atividades descritas foram vivenciadas na escola a partir de uma ação pedagógica que pudesse subsidiar os professores para reunirem os pais e as crianças em atividades intergeracionais, capazes de estimular a educação para e pelo lazer. Nas discussões das atividades realizadas, os professores deixaram claro e reforçaram a importância que esses tipos de vivências poderiam ter quando da presença dos pais, haja vista que tais atividades divertidas, desafiadoras e seguras podem incentivar as vivências para além do ambiente escolar, podendo ser aproveitadas e enriquecendo os momentos entre pais e filhos destinados ao lazer.

As maneiras lúdicas de lidar com o jogo e os outros representantes dos conteúdos culturais do lazer podem se tornar incentivos para outras manifestações intergeracionais – as quais, muitas vezes, não são conhecidas pelos pais –, servindo de estímulo para outras criações de oportunidades de convívio. Ao disporem do auxílio de um adulto, no caso, os pais, para a realização das atividades, as crianças podem ficar motivadas por conseguirem mais precisão e aprimoramento na finalização das tarefas, o que gera mais satisfação e bem-estar.

As vivências propostas, envolvendo as atividades artísticas, manuais, lúdicas e esportivas, requerem dinâmicas corporais bastante intensas e a participação cooperativa em equilíbrio com a competição. Isso pode favorecer a interação, tanto entre os pais e seus respectivos filhos, como entre outros pais e filhos, propiciando um ambiente de respeito às diversas habilidades e diferenças.

As atividades aqui apresentadas, realizadas a partir de um curso de formação continuada de professores, podem servir de subsídios que, a princípio implementados no ambiente da escola, em uma proposta intergeracional entre pais e filhos, podem

transportar os muros escolares, pois envolvem o aprendizado de valores, liderança, compartilhamento de ideias, potencialização da imaginação e da criatividade para toda a vida, sobretudo auxiliando os participantes a se sentirem motivados a continuarem praticando atividades físicas no contexto do lazer. Assim, com base no exposto e nos resultados apresentados por este curso, as atividades realizadas representam, em si, uma proposta para serem realizadas nas escolas e no contexto do lazer, valorizando atividades intergeracionais a partir do duplo processo educativo envolvendo a educação para e pelo lazer.

Como limitação do estudo, pode ser citado o desenvolvimento do curso em apenas uma escola, sendo necessárias novas formações em busca de um coletivo maior de professores envolvidos. Outros estudos são bem-vindos, no sentido de propor ações semelhantes, ou mesmo inéditas, em formato de relatos de experiências já empreendidas em diferentes regiões e escolas, no sentido de favorecer novos estímulos para a vivificação de uma paternidade participativa e ativa, na construção de seres efetivamente mais humanos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. B. de. O ensino da educação física escolar nos contextos da interdisciplinaridade e do uso dos espaços naturais da cidade destinados às aulas práticas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 893-912, 2023.

ARAÚJO, M. E. S. C.; ALMEIDA, M. C. C.; MATOS, S. M. A.; FONSECA, M. J. M.; PITANGA, C. P. S.; PITANGA, F. J. G. Combined Effect of Leisure-Time Physical Activity and Sedentary Behavior on Abdominal Obesity in ELSA-Brasil Participants. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel/Suíça, v. 20, n. 15, p. 1-12, 2023.

BAE, S. Y.; CHANG, P.-J. Stress, anxiety, leisure changes, and well-being during the COVID-19 pandemic. **Journal of Leisure Research**, Carolina do Norte/Estados Unidos, v. 54, n. 2, p. 157-179, 2023.

BERNARDI, D. Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos discursos. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 59-80, 2017.

BONE, J. K.; FLUHARTY, M. E.; PAUL, E.; SONKE, J. K.; FANCOURT, D. Engagement in leisure activities and depression in older adults in the United States: Longitudinal evidence from the Health and Retirement Study. **Social Science & Medicine**, Ontario/Canadá, v. 294, n. 1, p. 1-8, 2022.

BOUCHARD, G.; LEE, C. M.; ASGARY, V.; PELLETIER, L. Fathers' motivation for involvement with their children: A self-determination theory perspective. **Fathering**, Tennessee/Estados Unidos, v. 5, n. 1, p. 25-34, 2007.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BURNISTON, A. B.; CHAN, C. P.; VICMAN, J. M.; SMILEY, P. A.; DOAN, S. N. Maternal and Paternal Emotion Socialization and Children's Physiological Stress Regulation. **J Child Fam Stud**, Carolina do Sul/Estados Unidos, v. 32, n. 1, p. 1-14, 2023.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens**: a máscara e a vertigem. Cotovia: Lisboa, 1990.

CAMARGO, L. O. de L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CÂNDIDO, C. M.; ANDRADE, F. de A.; SOUZA, G. C.; ALVES, M. P. (org.). **Práticas de aventura e educação**: tecendo significados através das experiências. São Paulo: Supimpa, 2023.

CARMO, W. M. F. do. Educação ambiental nas escolas: desafios para uma aprendizagem socioambiental situada. **Revista Científica FESA**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 67-78, 2023.

COSTA, H. A. R. **Paternidade na adolescência**: uma revisão sistemática de literatura. 31 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário Ages, Paripiranga, 2023.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (org.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2015. 240 p.

GUILLEBAUD, J.-C. **A vida viva**: contra as novas dominações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

JUNIOR, V. A.; PEZUK, J. A. O Papel da Recreação e do Lazer na Inclusão Social de Adolescentes. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 147-153, 2020. DOI: 10.17921/2447-8733.2020v21n2p147-153. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/8651>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LOVISOLO, H. R.; BORGES, C. N. F.; MUNIZ, I. B. Competição e cooperação: na busca do equilíbrio. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Brasília, v. 35, n. 1, 2013.

- MARCELLINO, N. C. **Estudo do lazer**: uma introdução. Campinas: Papirus, 1996. 100 p.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1998. 144 p.
- MARTINS, R. L. D. L.; MARTINS G. G. Slackline como conteúdo de ensino na Educação Física escolar: análise da produção acadêmica. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 28-54, ago./dez. 2021.
- MESQUITA, E. D. de L.; TEBAR, W. R.; CORREIA, D. C. Q.; GUICA, J. T.; TORRES, W.; FERNANDES, R. A.; AGOSTINETE, R. R.; CHRISTOFARO, D. G. D. Physical activity and sedentary behaviour of adolescents and their parents: a specific analysis by sex and socioeconomic status. **Archives of Public Health**, Liège/Bélgica, v. 81, n. 1, p. 189, 2023.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOIN, Al. **Father's perception on their involvement in 3-5 years old children's development**. 2023. 73 fls. Dissertação (Master of arts in Early Childhood Development) – Brac Institute of Educational Development, Bangladesh, 2023.
- PEKEL-ULUDAĞLI, N. The role of the father involvement in child development: the relationships with maternal, paternal, and child characteristics. **Current Psychology**, Grand Forks/Estados Unidos, p. 1-13, 2023.
- PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura**: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. Jundiaí: Fontoura, 2023.
- PIMENTEL, G.; SANTOS, S.; BOARETTO, J. Educação para e pelo Lazer: um diálogo étnico e cultural. In: SAMPAIO, T. M. V. (org.). **Lazer e cidadania**: partilha de tempo e espaços de afirmação da vida. Brasília: Universa, 2014. p. 105 -128.
- REQUIXA, R. As dimensões do lazer. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**, São Paulo, v. 1. n. 45, p. 54-76, 1980.
- RODRÍGUEZ, J. L. R. Actividades óculo-manuales para desarrollar habilidades de motricidad fina en estudiantes de licenciatura en educación física. **Dominio de las Ciencias**, Manabí/Equador, v. 9, n. 2, p. 619-637, 2023.
- SANTOS, P. A. dos; MOTA, C. P. da; MOUTA, R. J. de O.; SILVA, J. L. L. da; ARAÚJO, J. dos S.; SANTOS, D. A. do. Paternity in contemporary times: an integrative review. **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 11, n. 3, p. e54111326824, 2022.
- SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Lice-**

re, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; RODRIGUES, N. H. R.; DIAS, V. K. **Educando para o lazer**. v. 4. Curitiba: CRV, 2020.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org.). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017.

TSCHOKE, A.; RECHIA, S.; SANTOS, K. R. V.; VIEIRA, F. G. L.; MORO, L. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 117-135, 2011.

YAFFE, Y.; LEVENTAL, O. Paternal and maternal parenting style and adolescents' physical activity motivation: indirect effects through parental physical activity related practices. **Current Psychology**, Grand Forks/Estados Unidos, p. 1-11, 2023.

ABSTRACT

PARENTING AND EDUCATION FOR AND THROUGH LEISURE: INTER-GENERATIONAL SUBSIDIES

Parental commitments go beyond providing inputs for adequate living conditions, including strategies to encourage the healthy development of children and young people. In this sense, education for and through leisure, carried out in an inter-generational way, becomes a fundamental element for this process. However, not all parents are aware of how to contribute to the acquisition of healthy habits involving leisure. This study aimed to offer proposals for intergenerational activities, based on education for and through leisure, subsidizing and complementing the dictates of attentive, participatory and committed fatherhood. The study had a qualitative, descriptive nature, based on an experience report on carrying out a teacher training course in Sinop/MT, in which intergenerational activities related to geocaching, toy construction and sports activities were proposed, such as slackline, “basquetão” and “sheet volleyball”, to be held at school, bringing together parents and children. Data reiterate the importance of valuing leisure as a social right, spreading education for and through leisure as ways of minimizing social barriers to leisure and giving new meaning to the essential role of participatory fatherhood in creating healthy habits.

Keywords: Fatherhood; Intergenerational; Leisure; Education.

RESUMEN

PATERNIDAD Y EDUCACIÓN PARA Y A TRAVÉS DEL OCIO: SUBVENCIONES INTERGENERACIONALES

Los compromisos de los padres van más allá de proporcionar insumos para condiciones de vida adecuadas, incluidas estrategias para fomentar el desarrollo saludable de niños y jóvenes. En este sentido, la educación para y a través del ocio, realizada de forma intergeneracional, se convierte en un elemento fundamental para este proceso. Sin embargo, no todos los padres son conscientes de cómo contribuir a la adquisición de hábitos saludables de ocio. Este estudio tuvo como objetivo ofrecer propuestas de actividades intergeneracionales, basadas en la educación para y a través del ocio, subsidiando y complementando los dictados de una paternidad atenta, participativa y comprometida. El estudio tuvo carácter cualitativo, descriptivo, a partir de un relato de experiencia sobre la realización de un curso de formación docente en Sinop/MT, en el que se propusieron actividades intergeneracionales relacionadas con el geocaching, la construcción de juguetes y actividades deportivas, como slackline, basquetão y “Voleibol de sábana”, que se realizará en la escuela y reunirá a padres e hijos. Los datos reiteran la importancia de valorar el ocio como un derecho social, difundir la educación para y a través del ocio como forma de minimizar las barreras sociales al ocio y dar un nuevo significado al papel esencial de la paternidad participativa en la creación de hábitos saludables.

Palabras clave: paternidad; intergeneracional; ocio; educación.

INTERSECÇÕES ENTRE PATERNIDADE E APRENDIZAGEM ESCOLAR: ASPECTOS TEÓRICOS, SOCIOCULTURAIS, EMOCIONAIS E PSICOPEDAGÓGICOS

Fernanda Schons¹
Guilherme José Schons²

RESUMO: O artigo investiga, com base em uma postura interdisciplinar, as relações entre paternidade e aprendizagem escolar por meio de uma pesquisa de Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Com o objetivo de estimular o debate sobre o exercício da paternidade responsável como mecanismo para assegurar condições materiais e garantir suporte emocional à escolarização, buscou-se identificar o fluxo de produções acadêmicas, no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros, que contemplem perspectivas e tendências de estudos e pesquisas sobre paternidade e aprendizagem escolar na sociedade contemporânea. O *corpus* documental, constituído considerando os descritores *paternidade ativa/aprendizagem escolar*, atrelados ao operador booleano *or*, abrange treze trabalhos acadêmicos. Ao analisar-se o conteúdo das obras, entende-se que elas, apesar de apresentarem-se em número exíguo, permitem inferir que a presença paterna ativa – efetiva e engajada – influencia positivamente na aprendizagem escolar – como em todo o processo de desenvolvimento humano – dos filhos.

Palavras-chave: escolarização; masculinidades; gênero; Estado do Conhecimento.

1 - INTRODUÇÃO

As definições e os sentidos de paternidade se constituem tautocronamente à história da humanidade. Expressões em pinturas rupestres remetem ao arquétipo de pai no Paleolítico, quando os hominídeos, ainda que não possuíssem consciência individual – tampouco em relação ao grau de parentesco –, manifestavam, por meio da arte, o desenvolvimento lento e gradual da memória e do vínculo afetivo propiciados pelo desejo de voltar ao grupo após longos períodos em que permaneciam ausentes para praticar a atividade da caça. De fato, a construção de o que é ser pai se consubstancia culturalmente como um longo processo de elaboração na dimensão psicológica (Faria, 2003; Zoja, 2005). No Neolítico, percebe-se uma descontinuidade (Foucault, 2010) na história da humanidade: com o abandono da caça, a sedentarização e o desenvolvimento da produção agrícola, a convivência cotidiana com os animais oportunizou a percepção de que a fertilidade e a fecundação – ao contrário do que acreditaram por

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Licenciada em Matemática. *E-mail:* fernanda.schons@estudante.uffs.edu.br.

2 Graduando em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. *E-mail:* guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br.

milhares de anos – não são atributos exclusivamente femininos (Lins, 2012), o que demarca historicamente a descoberta da paternidade e os primórdios das composições familiares patrilineares e patriarcais. A figura paterna fora materializada na mitologia grega em que Zeus representa o pai dos deuses. Durante o Período Homérico, os povos gregos se organizavam predominantemente em *gene*, grandes famílias lideradas por um *pater*, que era a autoridade máxima perante a sociedade, exercia as funções de juiz, além de ser chefe religioso e militar.

Outrossim, no antigo Império Romano, quando do evento de nascimento, o pai levantava o recém-nascido do chão até os braços; assim, reconhecia-o como filho e, simultaneamente, a si mesmo como pai (Roudinesco, 2003; Veyne, 2009). Nos primórdios do Direito Romano, a família era organizada a partir do princípio da autoridade absoluta do *pater familias*, o mais elevado estatuto familiar na Roma Antiga, sempre uma posição masculina. De fato, ao longo dos séculos, a paternidade – etimologicamente do latim, *paternitas* – tem passado por transformações que repercutem no entendimento acerca de o que é ser pai. Ao pensar o contexto educacional, é necessário ressaltar que o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, emocional, cultural, histórico e social (Morin, 2011); desse modo, a gama de sentimentos e comportamentos que permeiam a construção e a vivência da paternidade exerce influência e gera impactos no desenvolvimento dos filhos, sobretudo no que diz respeito à aprendizagem escolar como um processo atravessado pela complexidade da natureza humana.

As relações entre paternidade e aprendizagem escolar, dado seu caráter antropológico, configuram-se, por natureza, uma pauta interdisciplinar. Nesse sentido, com o intuito de promover o debate sobre o exercício da paternidade responsável como forma de assegurar condições materiais e garantir suporte emocional para a aprendizagem escolar, buscou-se identificar o fluxo de produções acadêmicas, no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros, que contemplem perspectivas e tendências de estudos e pesquisas sobre paternidade e aprendizagem escolar na sociedade contemporânea. A análise incidiu sobre um conjunto de publicações disponibilizadas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT).

2 - PATERNIDADE E APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE EPIS-TEMOLÓGICA

Para delinear as intersecções entre paternidade e aprendizagem escolar permeadas por aspectos teóricos, socioculturais, emocionais e psicopedagógicos, bem como identificar perspectivas e tendências de enfoque dessa temática, realizou-se o mapeamento das teses e dissertações desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros defendidas até o ano de 2022³. A modalidade de análise baseada no levantamento de documentos publicados sobre determinado objeto de pesquisa, tal qual realizou-se, é denominada *Estado do Conhecimento* e se desenvolve com lastro no mapeamento de

3 Optou-se por não utilizar marco temporal inicial nessa delimitação devido ao número reduzido de publicações encontradas.

produções científicas: artigos, publicações em periódicos e em anais de eventos, como seminários, fóruns e congressos, dissertações e teses, a partir de investigação bibliográfica de caráter quanti-qualitativo. Com a finalidade de detectar, catalogar, tipificar e analisar as compreensões elaboradas acerca de determinado tema, de modo a contextualizá-lo levando em consideração as influências decorrentes do período histórico, do meio social, das condições de produção e das áreas de conhecimento mobilizadas, as diretrizes metodológicas do Estado do Conhecimento conduzem ao protagonismo dos sujeitos sociais nas produções acadêmico-científicas no sentido de averiguar, apontar e problematizar o que é estudado, sob quais perspectivas é conduzido o estudo, quais os atores envolvidos, quais as tendências e os destaques em tais produções.

Os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do Conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, plataforma escolhida para a realização do mapeamento de trabalhos circunscritos à temática que relaciona paternidade e aprendizagem escolar, contava com 136 (cento e trinta e seis) instituições cadastradas e 842.955 (oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco) documentos disponibilizados: 616.981 (seiscentas e dezesseis mil, novecentas e oitenta e uma) dissertações e 225.974 (duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e setenta e quatro) teses. A BDTD oferece um mecanismo de busca avançada a partir do qual é possível delimitar título, autor, assunto, idioma, tipo de documento e período de publicação da pesquisa. Tais parâmetros favorecem e afinam a localização de trabalhos concernentes aos temas pretendidos.

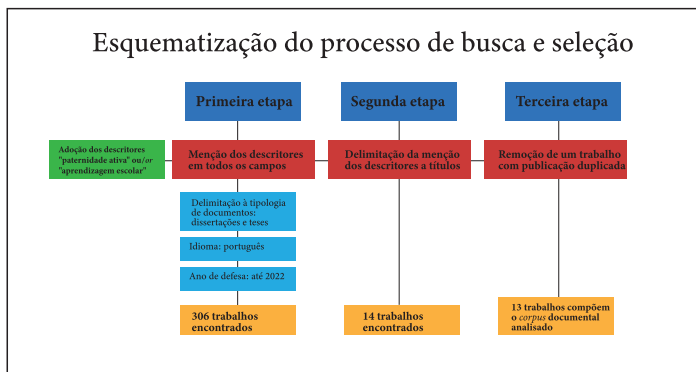
Com o propósito de averiguar a dimensão das produções sobre esse tema na esfera da pós-graduação, delimitou-se a busca e análise às dissertações e teses. Optou-se, inicialmente, por proceder à busca, na modalidade avançada, restrita ao idioma português e defesas realizadas até o ano de 2022, a partir de dois descritores, quais sejam: *paternidade ativa* ou *aprendizagem escolar*, atrelados ao operador booleano⁵ *or*, o qual

4 A plataforma BDTD, disponível em <https://bdttd.ibict.br/vufind/>, foi lançada no final do ano de 2002 e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o objetivo de integrar e disseminar, em um único portal de busca, os textos completos das dissertações e teses desenvolvidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa, estimulando suas publicações, facilitando seu acesso e promovendo sua visibilidade.

5 O termo “booleano” surgiu em meados de 1847, quando o matemático e filósofo inglês George Boole publicou o livro *The Mathematical Analysis of Logic* e apresentou sua primeira exposição de álgebra booleana; a partir de então, foram desenvolvidos os operadores booleanos (*and*, *or*, *not*) que permitem expandir ou restringir parâmetros, bem como criar vários conceitos e palavras-chave alternativas, assim definindo relações entre termos em uma pesquisa.

permite reunir sinônimos, termos análogos e grafias distintas, aplicáveis a todos os campos; nessa configuração, foi possível identificar 306 (trezentos e seis) trabalhos em que as expressões referentes aos descritores poderiam ser encontradas, para além do título, no resumo (em português ou em inglês) ou, ainda, no assunto inerente a cada produção. Posteriormente, ao manter-se a restrição da duplicidade da tipologia de documentos ao campo de dissertações e teses, o idioma português, o ano limite 2022 e o operador booleano *or*⁶, alterou-se o campo de menção dos descritores a títulos. Esse processo de redução do *corpus* de documentos possibilitou o refinamento da busca em relação ao eixo temático e viabilizou a identificação de 14 (quatorze) trabalhos. Ao realizar a leitura dos títulos, a autoria evidenciou a duplicação do registro de um dos trabalhos, o que ocasionou sua remoção e, assim, o número de 13 (treze) trabalhos a serem analisados. O processo de busca e seleção descrito é esquematizado na figura a seguir.

Figura 1: Etapas do processo de busca e seleção do *corpus* documental



Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

Em um primeiro momento de análise horizontal com vistas à categorização das pesquisas, buscou-se classificar os trabalhos quanto à sua tipologia, de modo a agrupá-los em dissertações e teses. Ademais, informações relevantes à análise foram destacadas, tais como: autor, título, número de laudas, ano de publicação, área do conhecimento e universidade em que se desenvolveu cada dissertação ou tese. Esse processo de categorização encontra-se disposto no quadro que segue, em que é possível identificar 8 (oito) dissertações e 5 (cinco) teses que colocam as questões relacionadas à paternidade ativa e à aprendizagem escolar no centro de interesse da pesquisa e foram desenvolvidas em universidades brasileiras, com defesa realizada no intervalo de tempo de 2007 a 2019.

6 Mediante aplicação do operador booleano *and*, o qual fornece resultados de pesquisas que contêm ambas ou todas as palavras-chave descritas na pesquisa, não foram obtidos resultados, circunstância que reitera a necessidade imperativa de abordagem dessa temática em pesquisas brasileiras, sobretudo na pós-graduação.

Quadro 1: Referencial bibliográfico analisado**DISSERTAÇÕES**

1. BECKMAN, M. V. R. **Crianças pré-escolares e prisão paterna:** percepção de familiares. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2007.

2. BORDIGNON, S. S. **Paternidade na adolescência no contexto dos serviços de saúde, escola e comunidade:** uma perspectiva bioecológica. 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

3. BORTOLOTTTO, J. A. **Envolvimento paterno com filhos em idade pré-escolar.** 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado Ciências da Saúde) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2019.

4. DRUCK, C. M. **Paternidade no contexto da separação conjugal:** representações e sentimentos de pais de crianças pré-escolares. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

5. SAILE, A. R. **Função paterna e comportamentos das crianças na escola de educação infantil.** 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

6. SCHMITZ, M. E. d. S. **A relação entre envolvimento paterno e temperamento de crianças pré-escolares em famílias biparentais.** 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

7. SOARES, T. M. S. **A escola como componente da rede social de apoio à paternidade na adolescência.** 2010. 81 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

8. RUIZ, M. S. **A influência paterna na proficiência escolar de alunos da rede municipal paulistana.** 2015. 37 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

TESES

1. FANTINATO, A. C. **Sondagem de relações entre variáveis paternas, problemas de comportamento e desempenho acadêmico de pré-escolares.** 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

2. FERREIRA, A. E. **Função paterna e sociabilidade violenta em jovens escolares**. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica Goiás, Goiânia, 2012.

3. MARIN, A. H. **Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares e sua relação com a competência social infantil**. 2009. 124 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

4. SEABRA, K. C. **A paternidade em famílias urbanas: uma análise da participação do pai na creche-escola e nos cuidados com o filho**. 2007. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

5. SOUZA, C. D. **Repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais**. 2018. 152 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

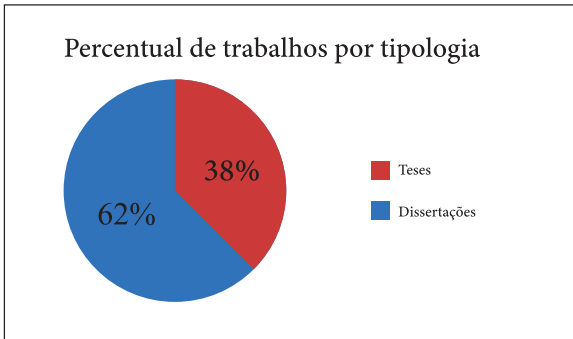
A planificação das publicações recuperadas permite observar que o mecanismo de busca avançada da BDTD, devido ao emprego do operador booleano *or*, ao rastrear a presença dos descritores indicados, privilegiou também a presença de morfemas outros, os quais compõem a palavra *paternidade*, tais como radical, desinência de gênero e de número, bem como afixos, o que oportunizou a presença de termos como “paterno”, “paterna” e “paternas”, além de “paternidade” nos títulos considerados. A expressão “ativa”, contudo, não foi detectada. No que diz respeito à busca por “aprendizagem escolar”, evidencia-se que a plataforma registrou termos formados por derivação prefixal, o que se verifica no vocábulo “pré-escolar”, bem como formações por derivação regressiva, como “escola”, além da pluralização, a qual é notabilizada em “escolares”. Não obstante, a palavra “aprendizagem” inexistente nos títulos das obras elencadas, sendo mencionada no assunto, no resumo ou, ainda, de forma tácita, na abordagem contextual desenvolvida pelos autores. Nesse sentido, a compreensão acerca do ponto fulcral da temática dos trabalhos mapeados no âmbito das conexões entre paternidade (in)ativa e aprendizagem escolar se edifica na premissa de que os espaços escolares são lugares de aprendizagem e de socialização, de encontro e de trabalho, de relação humana (Nóvoa, 2022, p. 6).

A escassez de trabalhos que desenvolvam com especificidade a temática referente à paternidade e à aprendizagem escolar se evidencia à medida que é empregada a restrição da menção aos descritores na busca. Quando identificados entre os assuntos dos trabalhos, tais termos exercem função de coadjuvantes em pesquisas que abordam questões mais amplas, recorrentemente no campo da Educação e da Psicanálise. Sem embargo, ao serem detectadas no título, essas expressões funcionam como indicadores de seu protagonismo no estudo desenvolvido. Outrossim, esse panorama reverbera a emergência de abordagem dos fatores que abarcam a paternidade e o processo de

aprendizagem escolar sob a óptica interdisciplinar, por envolver distintas áreas do conhecimento, especialmente no que se refere às Ciências Humanas.

Ao reivindicar-se, com Pereira (2002), que a paternidade é um conceito não só genético ou biológico, mas psicológico, moral e sociocultural, e que o estudo da aprendizagem e do desenvolvimento humano compreende o sujeito em sua globalidade, em seus aspectos físico-motor, afetivo-emocional, intelectual e social (Bock; Furtado; Teixeira, 2008), clarifica-se a imprescindibilidade da perspectiva interdisciplinar em pesquisas que visam dialogar acerca das relações entre paternidade e aprendizagem. No campo conceitual, a interdisciplinaridade será sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizadora (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo (Thiesen, 2008, p. 547). A interdisciplinaridade, como forma de pensar (Piaget, 1973), pesquisar e intervir, é ação articuladora do processo de ensino e de aprendizagem à medida que se produz como atitude, é um estado de espírito e um profundo autoconhecimento e respeito de si mesmo, do outro e do mundo (Fazenda, 2014), entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea (Thiesen, 2008), como modo de planejar (Morin, 2005), como pressuposto na organização curricular (Japiassu, 1976), como fundamento para as opções metodológicas do ensino e da pesquisa (Gadotti, 1999), ou, ainda, como um olhar sobre a realidade que permite entender melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem (Goldman, 1979). Em face disso, procede-se à análise do *corpus* documental levantado a partir de lentes interdisciplinares.

Gráfico 1: Quantitativos dos trabalhos mapeados



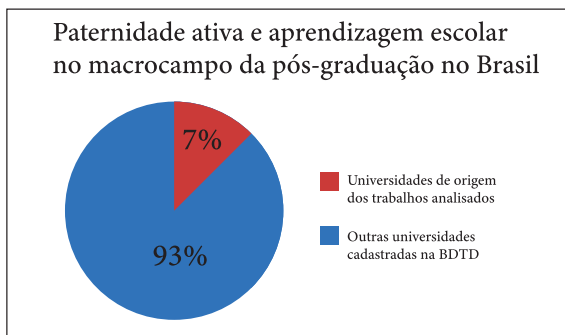
Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Para uma análise estatística da conjectura delineada pela pesquisa, cabe ressaltar que as 8 (oito) dissertações mapeadas equivalem a 62% (sessenta e dois por cento) do *corpus* documental recuperado, enquanto as 5 (cinco) teses representam 38% (trinta e oito por cento) da quantidade total de trabalhos analisados.

Ademais, os dados revelam que, do total de universidades brasileiras com cadastro na BDTD, apenas 6% (seis por cento) são instituições de origem de pes-

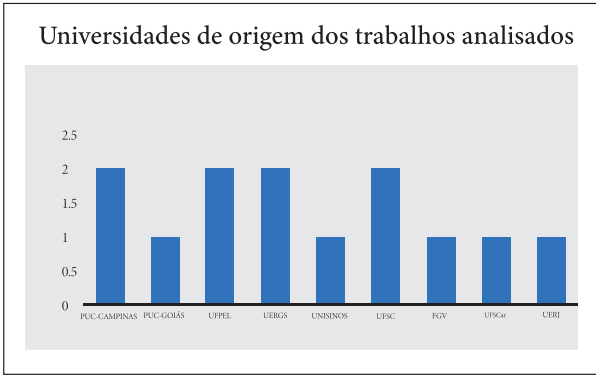
quisas com foco na temática que engloba as relações entre paternidade e aprendizagem escolar. Esses dados permitem inferir que, no âmbito da pós-graduação no contexto brasileiro, ainda são exíguas as pesquisas cujo epicentro seja a problematização das composições entre paternidade e suas múltiplas influências na aprendizagem que se desenvolve nos e a partir dos recintos escolares.

Gráfico 2: Universidades cadastradas na BDTD *versus loci* das pesquisas recuperadas



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

No campo das especificidades, ao se observar nominalmente cada uma das instituições mencionadas como universidades de origem das dissertações e teses localizadas pela plataforma de busca, identifica-se que, das 136 (cento e trinta e seis) instituições cadastradas na BDTD, 9 (nove) são locais de origem dos trabalhos analisados, as quais representam os 7% (sete por cento) do total de universidades que possuem cadastro na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Dentre as universidades contabilizadas como instituições onde foram desenvolvidas as pesquisas mapeadas, 4 (quatro) são privadas – Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas e de Goiás, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) – e 5 (cinco) são públicas – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tais informações conduzem à percepção de que, ainda que escassa e incipiente, a produção acadêmico-científica no que tange aos desdobramentos entre paternidade e aprendizagem escolar é mais expressiva em universidades públicas federais – as quais correspondem a 4 (quatro) das instituições mencionadas, quais sejam: UFPel, UFRGS, UFSC e UFSCar – e estaduais – representadas por 1 (uma) instituição na conjuntura analisada, qual seja: UERJ.

Gráfico 3: Localização das produções acadêmico-científicas analisadas

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Quando se volta o olhar para a quantidade de pesquisas desenvolvidas por universidade rastreada, evidencia-se que a PUC-Campinas, a UFPel, a UFRGS e a UFSC encontram-se na posição de universidades brasileiras cadastradas na BDTD com maior número de pesquisas sobre paternidade e aprendizagem escolar no âmbito da pós-graduação, com 2 (dois) trabalhos cada. As outras três universidades privadas presentes no resultado da busca – PUC-Goiás, UNISINOS e FGV – figuram com 1 (um) trabalho cada. No quesito das universidades públicas federais, aparece ainda a UFSCar com apenas uma pesquisa. A única instituição estadual dentre as mapeadas é a UERJ, de onde se origina uma tese sobre o tema em questão.

A análise com vistas a contextualizar temporalmente⁷ os trabalhos evidenciados indica, com clareza, uma tendência, compreendida no cenário mais amplo da pós-graduação no Brasil, a qual, conforme assinala o gráfico a seguir, teve início em 2007 e se estendeu até 2019, com ápice em 2012, em que é possível inferir que tal configuração está relacionada ao período de fomento às políticas públicas para a educação superior, incentivo à tríade universitária ensino, pesquisa e extensão, além de ampliação das oportunidades de acesso à pós-graduação. Ademais, apesar de estabelecer-se o ano limite para a busca como 2022, os últimos trabalhos registrados foram publicados em 2019. Há, portanto, uma lacuna nos últimos anos, em que o mundo testemunhou um período no qual o Brasil esteve entregue ao negacionismo e a severos cortes de investimentos na educação. Importante ressaltar que os trabalhos publicados em 2018 e 2019 (como todos os demais) foram idealizados e desenvolvidos anteriormente, o que assinala uma possível relação de causa e consequência entre redução nos recursos des-

⁷ Ainda que, em função do baixo número de publicações encontradas, não tenhamos delimitado marco temporal inicial, a plataforma de busca sinalizou o ano de 2007 como ponto inicial das publicações sobre paternidade e aprendizagem no âmbito da pós-graduação no Brasil.

tinados à ciência e declínio da produção acadêmico-científica. Nessa perspectiva, há de se considerar que os trabalhos publicados em 2012, auge de produção no período analisado, refletem as condições e o investimento prévios. A mesma lógica se aplica a 2007. Assim, é possível postular que políticas públicas educacionais comprometidas com o desenvolvimento da ciência, de amparo à pesquisa e à extensão, e o nível de produção acadêmico-científica são diretamente proporcionais, como também períodos de investimento na pós-graduação precedem períodos de maior índice de publicações de dissertações e teses.

Gráfico 4: Periodização das produções acadêmico-científicas analisadas

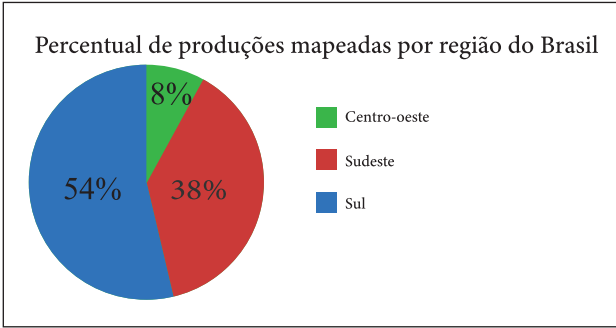


Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Em relação à distribuição espaço-geográfica das produções mapeadas no território brasileiro, de modo a considerar as cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados indicam que não há registro na BDTD de trabalhos – dissertações e/ou teses – que contemplem no título a temática paternidade ativa e aprendizagem escolar e que sejam oriundos de universidades dos estados das regiões Norte e Nordeste. Outrossim, verifica-se a hegemonia da região Sul do País quanto a tal quesito, de onde se originam 54% (cinquenta e quatro por cento) das produções, o equivalente a 7 (sete) trabalhos, sendo 5 (cinco) do Rio Grande do Sul e 2 (dois) de Santa Catarina – não foram encontrados trabalhos provenientes do Paraná. Em relação aos trabalhos desenvolvidos no Rio Grande do Sul, trata-se de 4 (quatro) dissertações, desenvolvidas na Universidade Federal de Pelotas – de onde se originam duas dissertações –, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, e Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de São Leopoldo; além de 1 (uma) tese, da UFRGS. Os dois trabalhos cujo *locus* de desenvolvimento é Santa Catarina, são 1 (uma) dissertação e 1 (uma) tese, as quais provêm da Universidade Federal de Santa Catarina, de Florianópolis. A região Sudeste fica em segundo lugar, com 5 (cinco) trabalhos distribuídos da seguinte maneira: 4 (quatro) dissertações – sendo duas originárias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1 (uma) advinda da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo,

e 1 (uma) da Universidade Federal de São Carlos, de São Paulo; e 1 (uma) tese da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A região Centro-Oeste figura em terceiro lugar, com 8% (oito por cento) das produções analisadas, o que corresponde a apenas um trabalho, a saber, 1 (uma) tese defendida na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em Goiânia.

Gráfico 5: Regionalização das produções acadêmico-científicas analisadas



Fonte: elaborado pelos autores, 2023

Além dos aspectos já delineados, realizou-se análise específica de cada uma das pesquisas mapeadas. Nesse sentido, ao realizar-se a leitura dos respectivos resumos, atentou-se aos seguintes fatores: objetivos centrais, metodologia de pesquisa adotada, resultados obtidos e demais informações relevantes para promover o debate acerca das intersecções entre paternidade e aprendizagem escolar no que diz respeito aos aspectos teóricos, socioculturais, emocionais e psicopedagógicos.

Do *corpus* de trabalhos recuperados⁸, salienta-se que 9 (nove) dedicam-se a pesquisar sobre as relações entre paternidade e aprendizagem no âmbito da pré-escola/educação infantil, dos quais 5 (cinco) são dissertações e 4 (quatro) são teses. Passa-se, em seguida, a analisá-los.

Os trabalhos cuja abordagem relaciona o exercício da paternidade ao desenvolvimento comportamental, emocional, social e cognitivo das crianças no âmbito da educação infantil (Bortolotto, 2019; Fantinato, 2016; Saile, 2012) enfatizam as relações diretamente proporcionais entre participação paterna efetiva e competências e habilidades saudáveis desenvolvidas pelas crianças. Bortolotto (2019) analisa o impacto da participação paterna na criação e educação dos filhos como forma de prevenir problemas de comportamento, como, por exemplo, a agressividade, além de promover a segurança, a autoestima, a independência e a estabilidade emocional. O estudo, desenvolvido em duas cidades interioranas do estado de São Paulo, apontou para a

⁸ O levantamento das publicações ora analisadas ocorreu em agosto de 2023, de maneira que buscas realizadas em outro período podem apresentar alterações em relação às informações aqui apresentadas.

correlação entre suporte emocional e evocações, demonstrando que apoiar o filho diante de dificuldades associa-se a lembrar da criança quando não está presente (Bortolotto, 2019). A pesquisa de Saile (2012), desenvolvida na região metropolitana de Porto Alegre, ancorada em leitura psicanalítica, visa estabelecer as relações entre a função paterna – no contexto mais amplo das funções parentais – e comportamentos recorrentes das crianças na educação infantil; os resultados indicam que comportamentos de agitação e dificuldades de tolerar as frustrações podem estar associados à ausência ou insuficiência da função paterna. Fantinato (2016) debruçou-se sobre as transformações pelas quais a figura paterna tem passado, seu crescente envolvimento afetivo com os filhos e os desdobramentos decorrentes disso, tais como a interação positiva do pai no contexto familiar como modo de proteção ao desenvolvimento infantil.

Beckman (2007), por sua vez, traz ao leitor uma pesquisa qualitativa em que procura, ao compreender a diversidade e a adversidade dos contextos de desenvolvimento da criança, sobretudo de famílias excluídas socioeconomicamente, analisar o desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar cujos pais são presidiários. Os resultados obtidos oportunizaram evidenciar algumas constatações importantes, quais sejam: a prisão paterna gera impactos no desenvolvimento das crianças, e a escola não possui o preparo necessário para trabalhar tal problemática; inexistem políticas públicas voltadas para familiares de presos naquela conjuntura em que a pesquisa foi desenvolvida.

Também na esfera da pré-escola, Schmitz (2018) e Souza (2018) pesquisam acerca da coparentalidade⁹ e da biparentalidade¹⁰. Souza (2018) busca investigar as repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento de crianças pré-escolares provenientes de famílias biparentais heteroafetivas da região Sul do Brasil; a partir da pesquisa, torna-se possível evidenciar a importância do relacionamento coparental e do envolvimento paterno para a compreensão dos comportamentos dos pré-escolares, principalmente ao se considerar seus impactos adaptativos e efeitos de disfunção ao longo da trajetória do desenvolvimento humano. Schmitz (2018), por seu lado, desenvolveu inquirição no sentido de analisar a relação entre o envolvimento paterno e o temperamento de crianças pré-escolares em famílias biparentais, também nos estados sulinos; os resultados mostram que o envolvimento do pai é determinante para fatores como menores índices de hiperatividade, maior repertório de habilidades sociais e linguagem, aumento das chances de crianças socializarem com os pares.

A pesquisa desenvolvida por Seabra (2007) incidiu sobre a paternidade em famílias urbanas, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, analisando, através de abordagem sociocultural, os níveis de satisfação, tanto materna quanto paterna, no que se refere ao envolvimento do pai no cuidado com os filhos, sobretudo na creche-escola, de modo a identificar em quais aspectos essa participação é mais ou menos frequente, bem como relacionar as mudanças nos papéis sociais exigidos pelo sistema econômico da sociedade urbana ocidental e a tendência de maior

9 Situação em que, ainda que não haja um relacionamento afetivo entre os genitores, o afeto parental permanece e os filhos possuem as mesmas condições para um desenvolvimento pleno.

10 Conjuntura familiar formada a partir da união conjugal de duas pessoas e seus filhos.

engajamento dos pais nas atividades dos filhos, seja no que diz respeito ao entretenimento ou no contexto escolar.

Druck (2019) aborda um enfoque outro na perspectiva das relações entre paternidade e aprendizagem escolar. Ela dedicou-se a pesquisar sobre a experiência da paternidade no contexto da separação conjugal, especialmente no que se refere às representações e aos sentimentos de pais de crianças pré-escolares sobre a paternidade, a partir da teoria psicanalítica. O trabalho trouxe contribuições importantes para os profissionais que atendem pais vivenciando a separação conjugal com filhos pequenos e também para a construção de intervenções voltadas a esses pais, especialmente ao oportunizar a problematização e a superação de questões decorrentes de relações conflituosas com as ex-esposas e do sentimento de frustração com alguns aspectos da paternidade devido à dificuldade de diferenciação entre os conflitos conjugais e a parentalidade, além das restrições quanto ao tempo de convivência entre pais e filhos após a separação conjugal (Druck, 2019).

Já Marin (2009) não restringiu sua pesquisa à paternidade. Ao averiguar as relações entre estabilidade e mudança nas práticas educativas – especificamente o uso de práticas indutivas, coercitivas e de não interferência –, levou em consideração as práticas maternas e paternas no decorrer dos anos pré-escolares e de que maneira influenciam o desenvolvimento da competência social infantil. A pesquisa incidiu sobre pais e mães de filho único residentes na região metropolitana de Porto Alegre. A perspectiva evidenciada indica que, à medida que a criança apresenta novas habilidades e demandas, surge a necessidade de práticas educativas parentais adequadas às diferentes fases do desenvolvimento infantil (Marin, 2009).

Em relação às pesquisas que abordam as conexões entre paternidade e aprendizagem escolar de adolescentes e jovens no âmbito da Educação Básica, Ferreira (2012) e Ruiz (2015) direcionam e mantêm o foco na função e participação paterna como determinantes no comportamento e na apreensão dos saberes escolares pelos filhos. Ferreira (2012), por exemplo, propõe-se a verificar a relação entre a sociabilidade violenta de jovens escolares e a função paterna, de modo a inferir que as transformações sociais e familiares modificaram as relações entre pais e filhos, o que, de acordo com o autor, teria desencadeado o declínio da função paterna e subsidiado a sociabilidade violenta de jovens escolares. Com uma abordagem muito específica acerca da temática paternidade e aprendizagem escolar, Ruiz (2015) busca estabelecer relações de causa e consequência entre o envolvimento dos pais e a proficiência escolar dos filhos, sobretudo mediante o panorama de precarização e desafios do ensino público e das instituições escolares, cenário que caracteriza, no contexto do desenvolvimento da pesquisa, a rede escolar municipal paulistana, *locus* do trabalho realizado. Os resultados permitem inferir que a influência dos pais na vida escolar dos filhos pode ser fator importante na proficiência acadêmica do estudante, podendo garantir maior rendimento escolar para os alunos brasileiros (Ruiz, 2015).

Duas pesquisas, contudo, trazem à baila uma perspectiva outra no que tange às relações entre paternidade, adolescência e cuidado: a temática da paternidade na adolescência (Bordignon, 2012; Soares, 2010). Bordignon (2012) aborda o âmbito dos serviços de saúde, da escola e da comunidade. A pesquisa, desenvolvida na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, lança um olhar às situações em que os adolescentes não são os filhos, mas os pais. Ao tratar da paternidade na adolescência, a autora, ao

compreender a paternidade como uma função social, busca analisar interações estabelecidas entre os pais adolescentes, corresponsáveis pela gravidez na adolescência (Bordignon, 2012) e o ambiente em que estão inseridos. O estudo permite postular a imprescindibilidade da organização e do preparo adequado para o acolhimento de pais adolescentes nos programas de saúde, nas esferas escolar e comunitária. Nessa mesma óptica, Soares (2010), em pesquisa desenvolvida também em Pelotas, Rio Grande do Sul, destaca o protagonismo da escola na condição de rede social de apoio à paternidade na adolescência, a partir da percepção dos próprios pais adolescentes; o trabalho torna possível relacionar a paternidade precoce a questões como evasão escolar e necessidade de inserção no mercado de trabalho, bem como a emergência da disseminação de informações sobre redes sociais de apoio e sobre o direito de pais adolescentes à escolarização como alicerce para o exercício da cidadania.

3 - CONCLUSÃO

Esta pesquisa de Estado do Conhecimento oportuniza salientar tendências e perspectivas de abordagem da temática paternidade e aprendizagem escolar no que tange às produções oriundas dos programas de pós-graduação brasileiros. A priori, faz-se imperativo ressaltar que os aspectos quantitativos deste trabalho confirmam e reforçam a premência de que as relações entre paternidade e aprendizagem escolar sejam trazidas ao eixo central das discussões e dos estudos em âmbito de mestrados e doutorados no Brasil. De fato, é na pós-graduação que são preparados os profissionais docentes que trabalham na formação de professores e, assim, tais pesquisas possuem caráter determinante na composição do refinamento da ação pedagógica, sobretudo ao propor a concepção de que os estudantes são sujeitos aprendentes, indissociáveis, portanto, de suas vivências, memórias, histórias, (des)ilusões e afetos, fatores os quais influenciam a aprendizagem e em que as experiências com a figura paterna – ou ausência dela – se incluem.

Além disso, a partir da análise dos dados qualitativos obtidos, verificam-se procedentes as inferências a respeito da relevância da interdisciplinaridade ao investigarem-se as conexões acerca da paternidade (in)ativa e as consequências e interferências por ela acarretadas na aprendizagem produzida no contexto escolar. Ao serem elencados, observados e analisados os aspectos teóricos, socioculturais, emocionais e psicopedagógicos que abarcam as interações empreendidas na tríade pais, filhos e aprendizagem, deflagra-se a mobilização de uma série de experiências, saberes e especificidades que emergem de diversas áreas do conhecimento humano. Promover pesquisas sobre o exercício da paternidade e os impactos dele no desenvolvimento – cognitivo, emocional, social – dos filhos é, portanto, uma forma louvável de contribuir com a qualidade da educação no Brasil e, além disso, de dialogar e publicizar a respeito da composição de vínculos afetivos paternos como referência para a construção da psique, da segurança, da autonomia e da habilidade de, por exemplo, saber lidar com frustrações, aspectos sabidamente indispensáveis para a apreensão dos saberes escolares, como também remanescentes vida afora.

Outrossim, os índices mais elevados de incidência de especificidade temática no âmbito da pré-escola indicam que houve, nos últimos anos, uma tendência em rela-

cionar as transformações sociais da contemporaneidade à crescente participação das mulheres/mães no mercado de trabalho e à demanda de intensificar o envolvimento dos pais na criação e na educação dos filhos, sobretudo no decorrer da primeira infância. Também, a diversidade de perspectivas em que as abordagens dos autores e autoras desenvolvem suas pesquisas é demonstrativo dos enlaces interdisciplinares, bem como das repercussões acerca da paternidade e aprendizagem escolar, quando analisadas sob diversas ópticas, a exemplo das potencialidades para interferir no desenvolvimento comportamental e nos níveis de proficiência, causar a sociabilidade violenta, compreendida a partir do contexto do sistema prisional, analisada de acordo com a realidade das famílias urbanas, em determinadas regiões, sob o prisma da separação conjugal, ou, ainda, considerando-se as composições familiares biparentais ou coparentais, além de considerar-se a escola como rede de apoio a pais adolescentes, o que coloca em evidência a função social da escola.

Ademais, esses aspectos conduzem a inferir que a presença paterna ativa – efetiva e engajada – influencia positivamente na aprendizagem escolar – como em todo o processo de desenvolvimento humano – dos filhos. A promoção de diálogo entre pai e filho (Feldman; Klein, 2003; Schneider; Atkinson; Tardif, 2001) faz com que se estabeleça um relacionamento seguro, o que funcionará como lastro para as outras experiências sociais ao longo da vida dos filhos. Em última instância, os trabalhos analisados nesta pesquisa, apesar de apresentarem-se em número exíguo, representam obras com profundo teor e rigor investigativo e empreendem uma rica fonte de consulta, a qual pode-se tomar como alicerce para o desenvolvimento de novos estudos, além de nortear práticas e experiências de profissionais da Psicologia e da Educação.

REFERÊNCIAS

- BECKMAN, M. V. R. **Crianças pré-escolares e prisão paterna: percepção de familiares**. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2007.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BORDIGNON, S. S. **Paternidade na adolescência no contexto dos serviços de saúde, escola e comunidade: uma perspectiva bioecológica**. 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- BORTOLOTTO, J. A. **Envolvimento paterno com filhos em idade pré-escolar**. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado Ciências da Saúde) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2019.
- DRUCK, C. M. **Paternidade no contexto da separação conjugal: representações e sentimentos de pais de crianças pré-escolares**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FANTINATO, A. C. **Sondagem de relações entre variáveis paternas, problemas de comportamento e desempenho acadêmico de pré-escolares**. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

FARIA, D. L. **O pai possível: conflitos da paternidade contemporânea**. São Paulo: Educ-Fapesp, 2003.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez, 2014.

FELDMAN, R.; KLEIN, P. S. Toddlers self-regulated compliance to mothers, caregivers, and Fathers: Implications for theories of socialization. **Developmental Psychology**, Washington, p. 680-692, 2003.

FERREIRA, A. E. **Função paterna e sociabilidade violenta em jovens escolares**. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica Goiás, Goiânia, 2012.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GADOTTI, M. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Interdisci_Atitude_Metodo_1999.pdf. Acesso em: ago. 2023.

GOLDMAN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JAPIASSU, H. F. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LINS, R. N. A descoberta da paternidade. In: LINS, R. N. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

MARIN, A. H. **Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares e sua relação com a competência social infantil**. 2009. 124 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MORIN, E. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, A. **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022.

- PEREIRA, S. G. Algumas considerações sobre a nova adoção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 682, ago. 2002.
- PIAGET, J. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Lisboa: Bertrand, 1973.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, set./dez. 2006.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- RUIZ, M. S. **A influência paterna na proficiência escolar de alunos da rede municipal paulistana**. 2015. 37 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.
- SAILE, A. R. **Função paterna e comportamentos das crianças na escola de educação infantil**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- SCHMITZ, M. E. d. S. **A relação entre envolvimento paterno e temperamento de crianças pré-escolares em famílias biparentais**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- SCHNEIDER, B. H.; ATKINSON, L.; TARDIF, C. Child: parent attachment and children's peer relations: A quantitative review. **Developmental Psychology**, Washington, p. 86-100, 2001.
- SEABRA, K. C. **A paternidade em famílias urbanas: uma análise da participação do pai na creche-escola e nos cuidados com o filho**. 2007. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SOARES, T. M. S. **A escola como componente da rede social de apoio à paternidade na adolescência**. 2010. 81 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- SOUZA, C. D. **Repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais**. 2018. 152 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- THIESEN, J. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 545-554, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782008000300010&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: ago. 2023.
- VEYNE, P. O Império Romano. In: VEYNE, P. **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ZOJA, L. **O pai: história e psicologia de uma espécie em extinção**. São Paulo: Axis Mundi, 2005.

INTERSECTIONS BETWEEN PARENTING AND SCHOOL LEARNING: THEORETICAL, SOCIOCULTURAL, EMOTIONAL AND PSYCHOPEDAGOGICAL ASPECTS

ABSTRACT

The article investigates, based on an interdisciplinary stance, the relationships between parenthood and school learning through a State of Knowledge survey in the *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD). With the aim of stimulating the debate on the exercise of responsible parenthood as a mechanism to ensure material conditions and guarantee emotional support for schooling, we sought to identify the flow of academic productions, within the scope of Brazilian postgraduate programs, that contemplate perspectives and trends in studies and research on parenting and school learning in contemporary society. The documentary *corpus*, constituted based on the descriptors *active parenthood/school learning*, linked to the Boolean operator *or*, covers thirteen academic works. When analyzing the content of the works, it is understood that, despite being limited in number, it is possible to infer that the active paternal presence – effective and engaged – positively influences school learning – as in the entire process of human development – of children.

Keywords: schooling; masculinities; gender; State of Knowledge.

INTERSECCIONES ENTRE CRIANZA Y APRENDIZAJE ESCOLAR: ASPECTOS TEÓRICOS, SOCIOCULTURALES, EMOCIONALES Y PSICOPEDAGÓGICOS

RESUMEN

El artículo investiga, desde una postura interdisciplinaria, las relaciones entre paternidad y aprendizaje escolar a través de una encuesta sobre el Estado del Conocimiento en la *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD). Con el objetivo de estimular el debate sobre el ejercicio de la paternidad responsable como mecanismo para asegurar condiciones materiales y garantizar apoyo emocional para la escolarización, buscamos identificar el flujo de producciones académicas, en el ámbito de los programas de posgrado brasileños, que contemplan perspectivas y tendencias en estudios e investigaciones sobre la crianza de los hijos y el aprendizaje escolar en la sociedad contemporánea. El *corpus* documental, constituido a partir de los descriptores *paternidad activa/aprendizaje escolar*, vinculado al operador booleano *o*, abarca trece trabajos académicos. Al analizar el contenido de las obras, se entiende que, a pesar de ser limitado en número, es posible inferir que la presencia paterna activa – efectiva y comprometida – influye positivamente en el aprendizaje escolar – como en todo el proceso de desarrollo humano – de los niños.

Palabras clave: enseñanza; masculinidades; género; Estado de Conocimiento.

REFLEXÕES SOBRE A PATERNIDADE NEGRA: MASCULINIDADES E SUAS CONSTRUÇÕES DO HOMEM COMO PAI

Álvaro Albino da Silva Bageston¹
Jeferson Santos Araújo²

RESUMO: O presente trabalho busca conduzir os leitores a refletir sobre as questões envolvendo a masculinidade negra, partindo de uma construção sócio-histórica da formação desse sujeito enquanto homem negro, sua masculinidade, sua projeção social. Como questões ligadas a construção patriarcal hegemônica, machismo, feminismo e racismo podem influenciar na construção nos tipos de relações criadas em torno dessa parte da população. Como poderia o homem negro, protagonista de uma exclusão social, ser um exemplo de “chefe de família”, esquecendo as mazelas vividas e, buscar a contrapartida de um sistema que o marginaliza e sobretudo o classifica como um pai descuidado, através de uma cultura de superexploração e divisão social. O reconhecimento histórico da subjetivação do negro enquanto pessoa, torna-se importante ponto de análise para a compreensão do negro homem, mas também de como esse negro se vê sendo homem, pai e responsável pela sua família, partindo de uma construção de poder e assim corroborando com a ideia patriarcal.

Palavras-chave: paternidade negra; masculinidade; patriarcal.

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a temática da paternidade negra, tema que, ao longo dos anos do século XXI, vem ganhando espaço nos trabalhos acadêmicos. A temática, mesmo permeando as pesquisas contemporâneas, é um “velho” problema social, já que a construção da paternidade remonta ao sistema patriarcal em que estamos inseridos. Este estudo busca analisar como é construída a paternidade negra, considerando que o sujeito analisado tem em suas atribuições uma marginalização histórica por parte do restante da sociedade. Buscaremos identificar os problemas sociais impostos ao homem negro durante os anos do Brasil após a abolição, para identificar possíveis desafios da paternidade negra na contemporaneidade.

Para iniciarmos nossa construção dos desafios impostos ao homem negro na sua condição de paternidade, precisamos buscar o entendimento acerca dos debates sobre

1 Geógrafo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Erechim. *E-mail:* alvarobageston01@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2003-4648>.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGenf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail:* jeferson.araujo@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3311-8446>.

a masculinidade, tema complexo e com estudos em ascensão; posteriormente, nos direcionaremos à masculinidade negra, buscando a estrutura histórica desse papel ocupado por homens socialmente excluídos; depois, exploraremos a paternidade negra, tema central deste estudo, tentando identificar como se formam pais negros e se há uma estrutura em que possam exercer essa função em uma sociedade voltada à consolidação de um patriarcado hegemonicamente branco.

O presente material traz uma metodologia reflexiva sobre a temática da paternidade negra, pois o tema requer análise crítica sobre a experiência de homens negros sob a condição de pais. Com essa reflexão sobre textos já produzidos, podemos, a partir desse módulo, identificar as etapas vivenciadas e estudadas no campo da masculinidade, sobretudo quanto à paternidade negra.

A busca por uma metodologia reflexiva consiste, na prática, em reflexão crítica. Pesquisadores que adotam essa abordagem não apenas realizam suas investigações, mas também se envolvem em uma análise profunda de suas próprias ações, decisões e preconceitos. Isso, além de promover a transparência no processo de pesquisa, também permite que os pesquisadores reconheçam possíveis influências.

A metodologia reflexiva fomenta, ainda, a colaboração e o diálogo entre os pesquisadores, trazendo para o campo das análises científicas temas sociais, de forma a compartilhar reflexões e *insights*, função que não apenas enriquece o processo, como também contribui para uma comunidade acadêmica mais conectada e colaborativa. Alvesson e Sköldberg (2017 *apud* Vásquez *et al.*, 2022)

[...] sugerem que o pesquisador adote uma postura crítica em relação ao que é dado como certo, garantindo, ao mesmo tempo, que os resultados de seu trabalho possam gerar conhecimentos que ampliem alternativas e ofereçam oportunidades de reflexão, em vez de buscar verdades absolutas, em um determinado campo de conhecimento.

A busca pela reflexão sobre os temas ligados à masculinidade negra, sobretudo à paternidade negra, tem, pois, a condição de uma reflexão sobre o papel exercido historicamente na produção desse ser como indivíduo social.

Em resumo, a metodologia reflexiva adotada neste estudo busca pautar-se na instrumentalização de estudos ainda recentes sobre a paternidade negra, identificando, através de bibliografias usadas, os caminhos e percalços impostos aos homens negros na sua afirmação em serem pais diante dos fatos históricos e psicológicos que perpassam anos de existência.

2 - MASCULINIDADE

O tema masculinidade tem ganhado força nas produções acadêmicas na última década do século XXI, com a ascensão de estudos sobre feminismo e, principalmente, a interseccionalidade, que busca a desconstrução do machismo estrutural da sociedade. O tema foi ganhando adeptos, já que a busca por uma sociedade com igualdade de gênero e com condições iguais não está estritamente ligada à luta da mulher, pois é necessário que o homem (gênero masculino) na condição de sujeito social possa perceber a sua participação na manutenção do sistema opressor. A busca

por uma problematização acerca do papel masculino na sociedade é tema de estudos desde a segunda metade do século XX, conforme apontam Connell e Messerschmidt (2013, p. 243):

Ao longo dos anos 1970 houve uma explosão de escritos sobre o “papel masculino”, nitidamente criticando as normas sobre papéis como origem do comportamento opressivo dos homens. A crítica à teoria dos papéis forneceu a base conceitual principal para o primeiro movimento de homens antissextistas.

Nas décadas que sucederam a de 1970, mais trabalhos acerca da temática foram sendo produzidos, buscando demonstrar como se deu a construção do homem como ser supremo, que gera e alimenta os alicerces culturais de poder e ascensão do patriarcado como qualificador da sociedade personificada nos moldes hierárquicos.

A masculinidade tem sua formação impregnada no modernismo ocidental, segundo o qual fatores culturais deram ao homem uma posição de destaque nas relações construtivas dos novos modelos assumidos socialmente, como nos apresenta Oliveira (2004, p. 19):

Assim como nada na história é fruto apenas de uma causa simples e imediata, penso que a emergência de algo como um ideal de masculinidade, bússola de orientação para a formação de comportamentos assumidos no Ocidente como autenticamente masculinos só pode ser o resultado de complexas elaborações culturais. Em especial, aquelas ligadas à série de transformações ocorridas na passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna. Dentre elas, eu destacaria a formação do Estado Nacional moderno e a criação de instituições específicas, como os exércitos, resultando nos processos de disciplinarização e brutalização dos agentes nela envolvidos, bem como o surgimento de ideias burguesas e dos valores de classe média, calçados no pragmatismo dos negócios, personalidade moderada e no culto da ciência metódico-racional.

Como podemos visualizar, a construção da masculinidade se dá na demonstração de poder, força e tirania, uma vez que o indivíduo homem não mostra suas fraquezas e incertezas, colocando-se com um ser sólido e de pensamento crítico, consolidado como sujeito superior a mulheres, crianças e outros homens que são colocados em classes econômicas inferiores, como aponta Connell (1995, p. 188):

Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela.

A masculinidade criada em torno do gênero trouxe aos homens, sobretudo os que se encaixavam no padrão social preestabelecido (branco, heterossexual, cristão e pertencente a classes sociais mais abastadas), a prerrogativa de autoridade máxima, segundo a qual se relativiza o conceito de “chefe de família”, tendo esse um papel de soberania sobre os demais indivíduos colocados abaixo de sua casta social, como aponta Connell (1995, p. 189). “Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas”. Ao direcionar ao homem a obrigação de exercer a sua

masculinidade de forma constante e rude, o sistema patriarcal proporcionou ao indivíduo uma ruptura no exercício de sua humanidade, criando, assim, um ser proibido de demonstrar compaixão, dor, afeto, solidariedade e até mesmo o autocuidado, pois essas características o aproximariam de uma feminilidade incompatível com o lugar ocupado.

Entre outros aspectos, a virilidade é para a masculinidade um comportamento em que o homem reproduz de forma feroz sua posição de chefe supremo dentro do seu círculo social. A preponderância do órgão genital masculino é a sua afirmação perante a masculinidade do indivíduo, como ressalta Nolasco (1993, p. 41):

Os homens, particularmente, são instigados desde cedo a falar e a valorizar o sexo, não como possibilidade de expressão de si mesmos, mas como maneira de reproduzir o modelo de comportamento para eles determinados. As diferenças sexuais são percebidas como referências estruturais para identidade dos indivíduos. É tamanha a importância que os homens dão a seus genitais que se referem aos mesmos não como parte do corpo, mas como um outro.

A busca por aceitação dos homens, através de sua virilidade, associada à ligação de sua genitália é mais uma afirmação para a criação da masculinidade desenhada ao longo dos séculos e imposta aos homens, desde a sua infância. O desenrolar dessas ações leva os homens, em sua maioria, a reproduzir condutas estruturadas nos ditames dos “usos e bons costumes”, da sociedade machista.

Ao identificarmos as normas factuais, verificamos processos de construção de uma masculinidade enraizada em esconder as suas fraquezas e a não demonstrar sentimentos, sendo possível afirmar causas e motivos que levam os homens a estruturar seu pensamento e atitudes sem buscar relacionamentos saudáveis, buscando apenas exercer o seu papel de provedor da família, das economias e das regras que devem pelos outros serem seguidas, de acordo com as ordens do ser central, denominado culturalmente de “chefe da família”.

Com a prerrogativa de mandante, o homem, ainda menino, aprende a identificar as diferenças que devem existir entre homens e mulheres, na construção dos seus relacionamentos, dentro e fora de sua família, com muito bem pontua Nolasco (1993, p. 46): “[...] Este aprendizado de postura diante da vida começa na infância, determinando para um homem adulto sua incapacidade de contatar as próprias emoções e demandas afetivas”.

A formação da masculinidade do homem incrementa as discussões no campo das ciências, uma vez que a temática é imprescindível para o alcance de análises mais eficientes nas relações entre gêneros, sexualidade, interseccionalidade e na constituição dos laços afetivos.

2.1 - PATERNIDADE

Dentro dos estudos sobre a masculinidade, a construção da paternidade é uma das análises que, ao longo das duas últimas décadas, tem ganhado um olhar especial de pesquisadores da área, pois o homem, como detentor da masculinidade, depara-se com incompatibilidades funcionais ao exercer sua paternidade, reproduzindo normas

e ações de sua própria experiência, principalmente quando não se encontra na condição de pai.

É importante lembrar que a inserção do homem na manutenção e criação de sua prole é algo complexo, pois nem todos os pais conseguem exercer a paternidade de maneira efetiva, dividindo com a sua companheira as prerrogativas sobre a criação de uma criança, ou mesmo no campo afetivo, já que em muitos casos os homens não conseguem repassar aquilo que em sua própria infância não tiveram. Essa interação é indicada por Nader e Caminoti (2014):

De maneira geral, durante o primeiro ano, o menino possui uma relação exclusiva com a mãe (ou alguém que cumpra seu papel). Ela lhe dá o sustento e meios de sobrevivência. Mesmo que exista a figura paterna, ela é mais distante. O pai exerce, nesse primeiro momento, o papel de provedor da criança. O fim da dependência do filho perante sua mãe surge ao mesmo tempo em que o menino começa a desenvolver seu papel masculino.

A construção do papel de pai chega ao homem com incertezas e inseguranças, já que, na construção hegemônica da masculinidade patriarcal, não deve demonstrar suas extenuações. Conforme apontam Staudt e Wagner (2008), as intervenções comportamentais perpassam de geração em geração, normalizando algumas ações dentro de uma ótica de mundo, seguindo as formulações com o meio em que foi criado.

Ao analisarmos a paternidade exercida pelos homens, podemos destacar a falta de tempo para com seus filhos, devido a alguns fatores enfatizados por Nolasco (1993), por exemplo: o homem passa diversas horas trabalhando, para dar subsídios financeiros a sua família, já que carrega o compromisso de manter economicamente os anseios familiares, o que resulta no afastamento de suas progênes. Com a incompatibilidade de horários, o excesso de tarefas cotidianas, o homem reproduz em sua paternidade a ausência justificada pela necessidade da construção de uma estabilidade financeira para sanar as necessidades de sua família, em detrimento de suas atividades paternas, deixando para a mulher a prerrogativa de cuidado e educação dos filhos. Determinamos esses acontecimentos como o emprego de uma paternidade esporádica, em que o homem, como figura paterna, atua na educação dos filhos em momentos específicos, de acordo com a necessidade de intervenção, ou até mesmo em caso de manutenção da masculinidade culturalmente estabelecida, para que essa seja mantida, sobretudo em relação aos filhos homens. De acordo com Freitas *et al.* (2009, p. 86),

As mulheres, como mães, são agentes decisivos na esfera da reprodução social, pois são as que mais participam da educação, transmitindo aos filhos as ideologias vigentes na sociedade. Ao homem, o modelo patriarcal outorgou o poder de estabelecer na trama doméstica o diálogo com a família quando lhe convém, cabendo às mulheres a responsabilidade de manter a harmonia das relações parentais no âmbito privado.

É importante ressaltar a ligação existente na relação entre a paternidade exercida e a paternidade vivenciada, ou seja, o modelo ao qual foi exposto o homem quando criança, pois, a partir dessa análise, podemos entender as características de um indivíduo na função da paternidade. Essa narrativa é construída na escrita de Nolasco (1993, p. 48):

Diante disso, uma aquarela se instala para os homens. Com a negação da infância como etapa importante na vida dos meninos, e a ausência de um pai que os conduza afetivamente até a idade adulta, eles são conduzidos pelos próprios desejos que reconhecem, buscando, por meio do “crescimento” rápido, o atendimento de suas necessidades afetivas. Estas necessidades são potencializadas pelo silêncio a que ficaram submetidos desde a infância. Quando adultos, creem que suas conquistas de patrimônio, prestígio e poder farão com que se sintam amados.

Mazelas são encontradas na construção da paternidade, já que nem todos os homens cresceram com uma figura paterna presente, porém todos os indivíduos foram inseridos na mesma estrutura hegemônica voltada ao patriarcado. Esse modelo de estrutura machista delega aos homens passos a serem seguidos, intercalando obrigações de acordo com a sua estrutura socioeconômica, mas impondo a todos os homens os atributos de reprodutores desse sistema.

No que tange s paternidades, não podemos cair no ostracismo de reduzi-las apenas ao papel do pai ausente ou assoberbado de afazeres, que, tendo como base as suas experiências pessoais, positivas ou negativas, negligencia sua construção paternal, pois há também a construção de um “modelo” de pai mais ligado à família, à criação e educação dos seus filhos.

Essa criação de paternidade está estreitamente ligada às modificações sociais ocorridas nas últimas décadas, ao crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao aumento de estudos relacionados à temática sobre gênero, à crescente do movimento feminista que corrobora para uma busca pela desconstrução do sistema patriarcal, que oprime mulheres e oprime homens; a busca é pela construção de uma masculinidade em que seja possível ao homem expressar seus sentimentos, sem pôr em dúvida sua orientação sexual e suas qualidades como pai, profissional, homem e indivíduo social. Essa desconstrução é mencionada por Staudt e Wagner (2008, p. 178):

No entanto, a contraponto da história, existe a demanda de um pai mais participativo e envolvido na criação dos filhos. É importante considerar que outros aspectos foram sendo modificados para que este “novo pai” fosse solicitado. Neste panorama, encontramos um aspecto fundamental, que se refere às modificações relativas ao papel feminino. Fala-se que a mulher da contemporaneidade está diferente, com maior independência emocional e financeira, que também está mais ativa e com maior liberdade sexual.

Esse novo modelo de paternidade relaciona a masculinidade às abordagens feministas, buscando desconstruir a visão errônea desse campo de análise, em que pejorativamente o senso comum relaciona a temática à manutenção do machismo estrutural. Nessa direção, a abordagem crítica sobre essa temática é reafirmada por Freitas *et al.* (2009, p. 87):

Há perspectiva de que se ampliem as mudanças quanto a maior participação do homem no espaço familiar, todavia, ainda está distante a divisão equitativa de responsabilidades. Assim, para que os homens vivenciem a paternidade de modo equânime e não apenas mais participativo é preciso que homens e mulheres reensem seus atributos sociais em meio à complexidade dessa vivência, reconhecendo que a paternidade constitui uma oportunidade de os homens ampliarem

suas dimensões internas e renovem sua relação com a vida.

A construção da paternidade é de suma importância para um debate mais aprofundado sobre as prerrogativas sociais; através dos estudos sobre masculinidades, quiçá, possamos nos encaminhar para a constituição das equidades nas relações interpessoais e afetivas.

3 - PATERNIDADE NEGRA

Se a paternidade por si só advém de uma complexa análise, a paternidade negra contém elementos que adquirem nova expressão dentro dessa relação sociocultural de poder, dados os estereótipos e a manutenção de um racismo estrutural que percorrem a construção afetiva desses homens que, por sua cor de pele, são marginalizados. Buscar relacionar o campo dos estudos sobre masculinidades, paternidades com a prerrogativa da cor da pele situa-se em trazer para o centro do debate um indivíduo que passou mais de 300 anos sob excessivo processo de deterioração de sua dignidade humana, através do processo de escravização, e analisar como constituiu e constitui seus laços parentais, através de sua construção como pai. Pontuam Silva e Perreault (2015, p. 07): “É incontroverso que o modelo de paternidade escrava não correspondeu ao modelo patriarcal: ora, os escravos negros, tomados como coisas, não eram detentores de qualquer direito, muito menos de qualquer relação de poder”. Não possuindo direitos, o homem negro escravizado não podia sequer exercer a sua categoria de “chefe de família”, muito menos podia condicionar-se às relações com sua prole, deteriorando-se entre esses a criação dos laços afetivos de família ao longo dos anos.

Essas práticas de invisibilidade, criadas para discriminar homens negros e, conseqüentemente, privá-los das interações paternas, fazem parte da criação de uma estrutura racista, impregnada na construção da sociedade brasileira. Sobre o racismo estrutural como forma de privatizador do papel do homem negro como pai, tem-se a partir de Pereira, Santos e Silva (2019, p. 85), ao citarem Werneck (2016):

[...] penetras os diversos campos da vida social, organiza a nossa democracia e o caminho de êxito de algumas políticas públicas, criando iniquidades nas mais diversas áreas, como as áreas do trabalho e da escolaridade, que determina oportunidades desiguais e injustas para os homens negros e isso, de certa forma, influencia na paternidade negra que, assim como a mulher negra, também terá uma preocupação não só com a formação de suas filhas e filhos, mas também com as condições sociais para o crescimento e reconhecimento profissional.

A deterioração do acesso ao homem negro, no seu papel de paternidade, corrompe os limites do tempo, atravessando o período de escravização; era uma das premissas do sistema escravagista brasileiro a divisão dos negros chegados em terras brasileiras, impedidos da convivência com seus pares, sendo levados para diferentes lugares, já que, como parte do processo de escravização, havia a não vinculação parental, para evitar os laços que os ligavam a sua terra-mãe. Essa preocupação com o passado negro é identificada por Werneck (2006 *apud* Silva; Perreault, 2015, p. 08):

O conceito de filiação, apresentado nos trabalhos de Geneviève Delaisi de Parseval (1981, 1983, 1994) é o elo masculino do filho para o pai, e do pai

para o filho através da herança do bisavô, até avô, filho, neto, e bisneto, o que apresenta o poder patriarcal na sua forma mais abrangente.

A resistência imposta ao homem negro ao longo de seu processo de escravização efetivou o desprendimento de seus laços familiares, potencializando a esse indivíduo um distanciamento da condição afetiva paterna, corroborando o aparecimento de diversas famílias negras em que a mulher é a provedora da casa, da criação e da manutenção dos filhos, protagonizando um crescimento de famílias negras no País que não contam com a figura paterna.

Nos anos após a abolição da escravização, o negro foi colocado à margem da sociedade, sendo representado como pessoa de categoria social inferior à das pessoas brancas. A condição estabelecida a essa população contribui até os dias de hoje para a procriação das mazelas, envoltas dos temas concernentes ao papel do homem negro na sociedade, inclusive sobre a funcionalidade nos atos de sua paternidade. A construção de uma paternidade negra deve ser sempre vista a partir de uma égide histórica; Nascimento e Silva (2020, p. 217) registram a necessidade dessa abordagem de forma reflexiva:

É preciso refletir sobre a questão do racismo como uma marca profunda nesse contexto social, pois esse recorte determina como o negro será percebido e como isso indiretamente irá forçá-lo a desenvolver-se dentro desse sistema que não considera suas dores, seus traumas e suas histórias. A teorização da dor do homem no desenvolvimento de sua masculinidade é cada vez mais importante, sendo necessário ressaltar que existe uma diferença entre a percepção da dor de um homem branco e a percepção da dor de um homem negro, o qual estará muito mais próximo de uma condição de subalternidade, de pobreza e de desestruturação familiar ainda que dentro de um sistema que o privilegia pelo simples fato de ser homem.

A construção colonial dessa masculinidade afetará não só o sujeito individualmente, mas também coletivamente, em todos os tipos de relações afetivas que desenvolver ao longo da vida seja como filho, como companheiro ou como pai. Olhando, por exemplo, para a realidade da paternidade no Brasil, existem diversos casos de pais que abandonam seus filhos, filhos esses que são cuidados pela avó ou pela mãe, o que é mais comum.

As marcas que ressoam na pele negra, mesmo após anos do “fim” da imposição a um sistema opressor, são resultado da falta de devida inserção do negro na sociedade brasileira.

No âmbito da construção social, o homem negro passou por processos dolorosos, ainda mais rústicos que os demais homens; essa composição de masculinidade negra repele esse indivíduo de demonstrar sentimentos, pois, geralmente, o homem negro é estereotipado como ser de grande resistência física, que não demonstra cansaço – além da imagem criada pelo senso comum de um objeto sexual, desejado pelos atributos reverenciados no âmbito do inconsciente social. Para Silva, Santos e Nascimento (2021, p. 333), trata-se de

Uma invisibilização não de seu corpo, mas de sua totalidade enquanto ser humano, pois a visibilidade dada aos negros está intimamente atrelada à sua dimensão corporal, o que leva a produções discursivas reducionistas sobre es-

ses sujeitos ora vistos como corpos que podem ser explorados para o trabalho, ora vistos como objetos sexuais para satisfazer os desejos de outrem. Historicamente, no Brasil, os dispositivos de dominação fizeram com que homens negros fossem – e continuem sendo – invisibilizados, tendo sua masculinidade adestrada tanto no período da escravidão, quanto no período pós-abolição, através da disseminação de ideias de hierarquização e categorização das raças. Uma masculinidade invisível, mas que, ao mesmo tempo, será vista como “o Outro” a ser eliminado, já que não apresenta condições que possam atender às expectativas do patriarcado branco-supremacista-capitalista.

A busca pela eliminação do homem negro da sociedade afeta sua (des)construção de pai. Os fenômenos de autodepreciação ocorrem como sujeitos de um processo patriarcal hegemonicamente branco já predefinido, ou seja, que busca demonstrar para a sociedade a falta de capacidade de os homens negros em serem pais, constituir família e construir relações afetivas e duradouras. De acordo com Silva, Santos e Nascimento (2021, p. 333),]

Nesse formato, temos uma figura de homem que será visto como elemento a ser perseguido: suspeito, violento, incapaz de ser vulnerável ou sensível, definido por sua classe, mas, sobretudo, pela cor de sua pele, já que é um corpo submetido à brutalização e à violência. Os estereótipos em relação ao homem negro na sociedade brasileira não são poucos se pensarmos que sua imagem é representada através do prisma racial. Logo, sua representação como “bandido”, “mendigo”, “estuprador” serão utilizados como forma de inferiorizar constantemente sua imagem.

Essa imagem distorcida, criada pelo racismo sistemático que assola a sociedade brasileira, acaba sendo comprovada quando o próprio sistema cobra do pai negro as prerrogativas do cargo, como, por exemplo, o sustento da família e a obrigatoriedade por estar no mercado de trabalho, mesmo que em cargos subalternos, o que, consequentemente, promove uma remuneração relativamente baixa.

O paternalismo negro se dá em diversas nuances e incertezas de como ser e agir, perante uma sociedade que discrimina em vários aspectos; por isso a importância do debate sobre a construção de uma masculinidade aberta a experiências reconstitutivas no âmbito do ser homem e na sua construção de pai, buscando sua identificação como sujeito de um novo começo, como proposto por Silva, Santos e Nascimento (2021, p. 335):

A partir dessa constatação, de que a lógica do racismo estrutural coisifica corpos negros, como forma de resistência renovam-se as estratégias que buscam repensar as subjetividades negras, entendidas como múltiplas e permitindo ao sujeito negro extrapolar a dimensão coletiva e reconhecer-se em sua individualidade.

Com a busca pelo crescer individual, o homem negro pode assumir papel decisivo na sua (re)construção paterna, melhorando o seu convívio no seio familiar e ajudando na desconstrução das relações tóxicas que permeiam seus lares. Conforme Pereira, Santos e Silva (2019), nem todos os homens negros tiveram pais que não

excessessem uma relação tóxica, mas, se tiverem a prática da paternidade voltada a cuidado, amor, afetividade, relações afetivas bem expostas, mesmo que sob os efeitos do machismo e do racismo, esses sujeitos trarão um novo olhar em direção à paternidade negra.

4 - POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

No final desta discussão, compreendemos que nosso objetivo acaba não nos levando a um final. Muito pelo contrário, ele ecoa como um diálogo inicial de existência de paternidades locais, regionais e globais, um contexto múltiplo e em constante transformação que ganha forma, corpo, voz e se reinventa com a cultura, com o tempo e com as subjetividades interdisciplinares de saberes e práticas. Assim, ao traçarmos as linhas desta análise sobre a paternidade negra, chegamos a algumas indagações que nos fazem repensar a construção social do homem, tanto na sua masculinidade quanto no exercício de sua paternidade. Como pode um indivíduo que passa por diversas formas de segregação, violência de seu corpo, tensões ocasionadas pela cor da pele se tornar um pai atuante na criação dos filhos, que se preocupe mais com a construção de uma relação afetiva do que com a manutenção dos subsídios econômicos? Como construir uma paternidade negra?

Talvez, essas perguntas sejam subjetivas demais se pensadas em uma coletividade, mas tornam-se mais “palpáveis” se refletidas de forma individual: de modo que o homem negro consiga se ver como agente modificador de sua própria realidade paternal. Um primeiro passo para esses questionamentos seria a pacificação com o seu passado, buscando o rompimento dos retóricos pensamentos criados por nossa história.

A desconstrução das masculinidades e paternidades ligadas ao hegemônico e patriarcal machismo se faz através do reconhecimento da problemática, inclusive colocando-a como centralizadora de situações que assolam a sociedade brasileira; sobretudo, quanto ao reconhecimento do papel crucial da escravização de corpos negros, na incumbência da criação de uma autoestima baixa, na marginalização e no contato com a precarização das construções afetivas, para um renascimento das paternidades envoltas no compromisso de rejeição ao sistema patriarcal.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luciana Moreira de. **Masculinidades negras**: novos debates ganhando formas. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61457/61457.PDF>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2013000100014&script=sci_abstract. Acesso em: 25 out. 2023.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino *et al.* Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, p. 85-90, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/rsp/a/xGPFVvYckFxBZF93V7xdZhB/>. Acesso em: 30 out. 2023.

LAITANO, Cláudia. Pai de todos, pai de ninguém: modelos de paternidade no período abolicionista. **Nau Literária**, Porto Alegre, p. 54-71, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/pkKeU>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; SOUZA, Rolf Ribeiro de; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. “Eu escrevo o quê, professor (a)?”: notas sobre os sentidos da classificação racial (auto e hetero) em políticas de ações afirmativas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/VH45dGSKgMMtt-8nWKKkxc5c/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MOURA, Rannysom da Silva; FERNANDES, Pablo Moreno. **A quem interessa manter o padrão vigente**: uma reflexão sobre paternidade negra e educação libertadora a partir de uma experiência em sala de aula. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/aTEEK>. Acesso em: 25 out. 2023.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais...**, Rio de Janeiro, v. 16, 2014. Disponível em: <https://abrir.link/J34Yv>. Acesso em: 30 out. 2023.

NASCIMENTO, Yago Jose Eloi do; SILVA, Luciana de Mesquita. Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil: o menino Nito, de Sônia Rosa. **Antares - Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 12, n. 26, p. 207-227, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/963KJ>. Acesso em: 30 out. 2023.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. Petrópolis: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PEREIRA, Arthur Oriel; SANTOS, Hasani Elioterio dos; SILVA, Alexandre da. Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: exercícios de autorreflexão emancipatórios. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 79-102, 2019. DOI: 10.9771/cgd.v5i2.29545. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29545>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PINHO, Osmundo; SOUZA, Rolf Malungo de. Subjetividade, Cultura e Poder: Politizando Masculinidades Negras. **Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 40-46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33751>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ROSA, Waldemir. **Homem Preto do Gueto**: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2769>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CAMILLOTO, Bruno; DIAS, Hermelinda Gomes. Heteroidentificação na Ufop: o controle social impulsionando o aperfeiçoamento da política pública. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 11, n. 29, p. 15-40, 2019.

SILVA, Cristiano Pedreira da; PERREAULT, Michel. A função paterna dentre a população negra: uma abordagem sócio-histórica. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA: a função paterna dentre a população negra: uma abordagem sócio-histórica. Salvador, 2015. Disponível em: <http://144.202.108.83:8080/jspui/handle/prefix/4183>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, Luciana de Mesquita; SANTOS, Roberta da Silva Calixto dos; NASCIMENTO, Yago Eloi do. Masculinidades negras no espelho. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 329-339, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/40152>. Acesso em: 31 out. 2023.

SILVA, Milena da Rosa; PICCININI, Cesar Augusto. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, p. 561-573, 2007.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193818625013.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

VÁSQUEZ, Consuelo *et al.* Uma metodologia reflexiva para desocidentalizar o sub-campo da Comunicação Organizacional Latino Americana. **Intercom**: revista brasileira de ciências da comunicação, São Paulo, v. 45, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/698/69871447009/html/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

REFLEXIONES SOBRE LA PADRE NEGRA: LAS MASCULINIDADES Y SUS CONSTRUCCIONES DEL HOMBRE COMO PADRE

RESUMEN: Este trabajo busca llevar a los lectores a reflexionar sobre cuestiones que involucran la masculinidad negra, a partir de una construcción sociohistórica de la formación de este sujeto como hombre negro, su masculinidad, su proyección social. Como cuestiones vinculadas a la construcción patriarcal hegemónica, el machismo, el feminismo y el racismo pueden influir en la construcción de los tipos de relaciones que se crean en torno a esta parte de la población. ¿Cómo podría un hombre negro, protagonista de la exclusión social, ser un ejemplo de “cabeza de familia”, olvidando los males vividos y buscando la contrapartida de un sistema que lo margina y sobre todo lo clasifica como un padre descuidado, a través de una cultura de sobreexplotación y división social. El reconocimiento histórico de la subjetivación del negro como persona se convierte en un importante punto de análisis para comprender al hombre negro, pero también cómo este hombre negro se ve a sí mismo como hombre, padre y responsable de su familia, a partir de una construcción de poder y así sucesivamente, corroborando la idea patriarcal.

Palabras clave: paternidad negra; masculinidad; patriarcal.

REFLECTIONS ON BLACK FATHERHOOD: MASCULINITIES AND THEIR CONSTRUCTIONS OF MAN AS A FATHER

ABSTRACT: This work seeks to lead readers to reflect on issues involving black masculinity, starting from a socio-historical construction of the formation of this subject as a black man, his masculinity, his social projection. As issues linked to hegemonic patriarchal construction, machismo, feminism and racism can influence the construction of the types of relationships created around this part of the population. How could a black man, the protagonist of social exclusion, be an example of a “head of the family”, forgetting the ills experienced and seeking the counterpart of a system that marginalizes him and above all classifies him as a careless father, through a culture of overexploitation and social division. The historical recognition of the subjectivation of black people as a person becomes an important point of analysis for understanding the black man, but also how this black man sees himself as a man, father and responsible for his family, starting from a construction of power and so on. corroborating the patriarchal idea.

Keywords: Black fatherhood; Masculinity; Patriarchal.

CARACTERIZAÇÃO DOS HOMENS QUE ACOMPANHARAM O PARTO DOMICILIAR PLANEJADO DE SUAS PARCEIRAS NO OESTE CATARINENSE

Joice Moreira Schmalfuss¹

Mariéli Aparecida de Melo Ceolin²

Leticia Zanotelli³

Lediana Dalla Costa⁴

RESUMO: Este artigo objetivou apresentar a caracterização dos homens que acompanharam o parto domiciliar planejado de suas parceiras no oeste catarinense. Trata-se de pesquisa descritiva exploratória, com abordagem qualitativa, realizada com 14 homens domiciliados no estado de Santa Catarina. Os dados foram coletados por meio de entrevistas na modalidade *on-line*, orientadas por um roteiro de perguntas semiestruturado. A caracterização dos participantes incluiu informações referentes a idade, estado civil, nível de escolaridade, profissão, crença/religião, renda familiar, cidade de residência, além de informações relevantes sobre o pré-natal, o parto e o puerpério das suas companheiras, sendo apresentada de forma descritiva e por estatística simples. Os resultados apontaram que a idade média dos homens foi de 32 anos, 86% eram casados ou viviam em união estável com suas parceiras e estavam cursando ou já possuíam o ensino superior completo. As profissões predominaram na área da administração, com renda mensal variando entre três e dez salários-mínimos. Nove homens participaram de mais de seis consultas pré-natais de suas companheiras e revelaram que a decisão de realizar o parto em casa foi um consenso do casal. Concluiu-se que a participação do homem no parto domiciliar planejado de suas parceiras demonstra uma importante transição da figura paterna, possibilitando extrapolar estereótipos e preconceitos ainda arraigados na sociedade.

Palavras-chave: pai; paternidade; parto domiciliar; parto humanizado; relações pai-filho.

1 Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Especialização em Enfermagem Obstétrica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil. *E-mail:* joice.schmalfuss@uffs.edu.br.

2 Enfermeira assistencial do Hospital Municipal Aderbal Schneider, de Salto do Jacuí, Rio Grande do Sul, Brasil. *E-mail:* marieliceolin19@gmail.com.

3 Enfermeira assistencial do Hospital Regional do Oeste, de Chapecó, Santa Catarina, Brasil. *E-mail:* leticia.zanotelli@estudante.uffs.edu.br.

4 Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialização em Enfermagem Obstétrica pela Universidade do Contestado. Professora adjunta da Universidade Paranaense – *Campus* Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. *E-mail:* lediana@prof.unipar.br.

1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo parturitivo ainda costuma ser associado a dor, como um momento de solidão, humilhação, agressão e sofrimento para a parturiente. A assistência também é associada à violência obstétrica em virtude da mecanização e da falta de profissionais capacitados que atuam nas maternidades e nos centros obstétricos, e tais aspectos acabam por gerar ainda mais medo e insegurança nessas mulheres e em suas famílias (Machado; Bohrer; Kuse, 2022).

Por esses motivos, cada vez mais esse público tem buscado conhecimento para parir no domicílio, encontrando informações e experiências que propiciam empoderamento e confiança durante a gestação, o parto e o nascimento, baseadas em princípios da humanização e contrárias às práticas de violência obstétrica. Diante disso, a procura por equipes multiprofissionais responsáveis, preparadas e que utilizem as melhores evidências científicas para a realização desse acompanhamento vem aumentando (Oliveira *et al.*, 2020).

Conceitualmente, o parto domiciliar planejado é o parto ocorrido no domicílio, com acompanhamento técnico e qualificado de profissionais que tenham especialização em Enfermagem Obstétrica e/ou que tenham formação como obstetrias. Diferente de um parto que acontece no ambiente domiciliar de forma acidental, essa modalidade de parto é planejada e programada para acontecer em casa desde a atenção pré-natal da gestante, que é avaliada quanto a diversos critérios de elegibilidade em cada consulta, com a obrigatoriedade de que sua gravidez seja classificada como de risco habitual (ou baixo risco) (Schmalfuss, 2023). Importante salientar que é imprescindível que o acompanhamento de pré-natal, parto e pós-parto de mulheres que optam pelo parto domiciliar planejado se dê por equipe treinada e com experiência na sua condução, seguindo recomendações técnicas atualizadas.

A transformação que envolve o processo parturitivo não é de hoje, já passou por inúmeras mudanças históricas, sendo que, após o ano de 1990, o parto domiciliar planejado voltou a ser discutido com o enfoque de resgatar o parir na sua essência, de maneira natural e fisiologicamente, sem intervenções externas e proporcionando para as famílias sentimentos positivos. Essa modalidade de parto e nascimento emergiu como uma possibilidade de empoderar o casal ao protagonismo e propiciar um momento acolhedor e harmonioso ao recém-nascido, aflorando, assim, a relação conjugal (Collaço *et al.*, 2017; Quitete; Monteiro, 2018).

Nesse sentido, considerando que o parto domiciliar planejado corresponde a um evento íntimo e familiar, ele propicia maior aproximação entre o casal durante o processo parturitivo, bem como maior proximidade do pai com o recém-nascido, proporcionando ao homem empoderamento e sensação de pertencimento (Brigagão; Gonçalves, 2021).

A presença do parceiro agrega inúmeros benefícios à mulher durante os processos de parturição e nascimento, já que auxilia a reduzir tensões e procedimentos desnecessários, fornece segurança, reduzindo o sofrimento e as experiências dolorosas. Conforme Passos e Pedron (2020), a participação do companheiro no parto domiciliar planejado proporciona o fortalecimento da relação entre o homem e a mulher e a criação de vínculo mais efetivo com o recém-nascido, além de estimular um maior empoderamento feminino, apoio emocional, segurança e autoestima.

Além disso, a participação ativa do homem no trabalho de parto e parto, bem como o auxílio nos cuidados com o bebê, contribui para a intimidade familiar e a construção da proximidade paterna, possibilitando o fortalecimento do vínculo pai-filho(a) e facilitando o significado cultural do ser pai, já que a transição da paternidade é um processo dinâmico que exige uma construção diária de vínculo do próprio homem consigo mesmo e com sua família (Matos *et al.*, 2017).

Diante do exposto, justifica-se a realização desta pesquisa pela importante lacuna de evidências científicas que abordem a temática em pauta, ao mesmo tempo que se observa a crescente participação paterna no cenário do parto domiciliar planejado. Assim, com vistas a conhecer mais sobre esse público masculino, objetiva-se apresentar a caracterização dos homens que acompanharam o parto domiciliar planejado de suas parceiras no oeste catarinense.

2 - METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa, recorte do trabalho de conclusão de curso intitulado “Vivências dos homens no parto domiciliar planejado de suas companheiras”.

Foram participantes da pesquisa homens residentes na região Sul do Brasil, em municípios de Santa Catarina (SC). Os critérios de inclusão foram: homens maiores de 18 anos, que acompanharam, pelo menos, um parto domiciliar planejado e o nascimento de um(a) filho(a) e que tenham permanecido com sua companheira durante todo o processo do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato e mediato (quatro horas após o nascimento). Foram critérios de exclusão: homens que acompanharam o trabalho de parto e/ou parto domiciliar planejado de sua companheira que resultou em transferência do domicílio para o hospital.

Os participantes foram localizados a partir de uma lista de contatos disponibilizada por enfermeiras obstetras que atuam no atendimento de parto domiciliar planejado no oeste catarinense. O contato com os entrevistados ocorreu por convite, via *WhatsApp*, com o envio de mensagens de texto explicando os objetivos da pesquisa, bem como o convite para participação no estudo.

Após o contato via *WhatsApp* e o aceite do homem em participar da pesquisa, um *link* do *Google Forms* contendo três seções foi encaminhado a cada um. A primeira seção apresentou os estudos, seu objetivo, sua justificativa e a manifestação de interesse em participar ou não da pesquisa. A segunda seção apresentou informações constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Já a terceira seção solicitou o endereço de *e-mail* do participante, bem como a disponibilidade de horários para a concessão da entrevista. Apenas tiveram acesso às informações dos participantes preenchidas nos formulários a acadêmica e a pesquisadora responsável.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas na modalidade *online*, na plataforma de videoconferências *Google Meet*, em dia e horário indicados pelos participantes. Todas as entrevistas foram orientadas por um roteiro de perguntas semiestruturado e audiogravadas para posterior transcrição e análise dos dados. Uma entrevista-piloto foi realizada e, a partir dela, uma questão foi excluída do roteiro. As entrevistas tiveram duração média de 33 minutos e ocorreram entre dezembro de

2021 e janeiro de 2022. A coleta de dados considerou o critério de saturação dos dados para a inclusão de novos participantes: após um determinado número de sujeitos, se os dados produzidos subsequentemente apresentam repetições em seu conteúdo ou acréscimos pouco significativos mediante os objetivos propostos, tal fato possibilita ao pesquisador o encerramento da coleta de dados (Turato, 2013).

Os dados relacionados à caracterização dos participantes estão apresentados de forma descritiva e por meio de estatística simples, utilizando-se a regra de três.

Foram respeitados todos os preceitos éticos da Resolução número 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo a participação de seres humanos, bem como da Carta Circular número 1/2021 (Brasil, 2021), que dispõe acerca de orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual.

A coleta de dados foi iniciada somente após liberação de parecer do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), aprovado em dezembro de 2021, sob CAAE número 52942621.5.0000.5564 e parecer número 5.154.541.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 14 homens domiciliados em cidades dos estados de Santa Catarina. A caracterização desses homens inclui informações referentes a idade, estado civil, nível de escolaridade, profissão, crença/religião, renda familiar, cidade de residência, além de informações relevantes sobre o pré-natal, o parto e o puerpério das companheiras desses participantes.

As informações referentes a idade, estado civil, escolaridade, profissão, renda familiar e crença religiosa estão apresentadas no quadro que segue.

Quadro 1: Caracterização dos participantes do estudo

Participante	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Renda familiar *	Crença religiosa
1	30	Casado	Ensino superior incompleto	Técnico em radiologia	3	Católico
2	38	União estável	Pós-graduado	Engenheiro civil	10	Espírita
3	33	Casado	Ensino superior completo	Gerente comercial de vendas	5	Daimista
4	34	Casado	Pós-graduado	Bancário	7	Evangélico
5	26	União estável	Ensino superior incompleto	Educador físico	4	Sem crença definida

6	27	Casado	Pós-graduado	Analista jurídico	6	Daimista
7	37	Casado	Ensino superior completo	Geneticista	7	Católico
8	24	Solteiro	Ensino superior completo	Terapeuta holístico	6	Umbandista
9	29	Casado	Ensino superior completo	Operador de crédito	5	Católico
10	45	Casado	Ensino superior incompleto	Empresário	7	Católico
11	35	Casado	Ensino superior completo	Engenheiro mecânico	10	Espírita
12	30	Solteiro	Ensino médio completo	Empresário	4	Católico
13	30	Casado	Ensino médio completo	Empresário	5	Cristão
14	33	União estável	Ensino superior completo	Desenvolvedor de <i>software</i>	4	Sem crença definida

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

*Salário-mínimo fixado em R\$ 1.212,00 à época da coleta de dados.

Os sujeitos da pesquisa apresentaram faixa etária entre 24 e 45 anos, e idade média de 32 anos. Dado idêntico foi encontrado no estudo de Collaço *et al.* (2017), realizado também no estado catarinense, com 30 casais que tiveram a experiência de parto domiciliar planejado. Além disso, metade dos entrevistados apresentaram predominância de idade entre 30 e 35 anos. Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Fiterman e Moreira (2018), desenvolvido com 30 homens no estado da Bahia, retratando que 40% dos participantes tinham idades entre 31 e 35 anos.

Em relação ao estado civil dos entrevistados, a pesquisa mostrou que nove (64%) participantes são casados, três (21%) possuem união estável com suas companheiras e dois (14%) são solteiros; logo, a maioria (86%) dos homens reside com suas companheiras. Esses achados também foram encontrados na pesquisa de Nascimento *et al.* (2019), realizada no Rio de Janeiro (RJ), com 39 homens: a maior parte dos que participaram do parto domiciliar planejado moravam com suas companheiras e filhos.

Quanto ao nível de escolaridade, dois (14%) participantes possuem ensino médio completo, três (21%) têm o ensino superior incompleto, seis (43%) completaram o ensino superior e três (21%) participantes são pós-graduados, ou seja, 12 participantes estavam cursando ou já possuíam o ensino superior completo. Esse dado corrobora o que foi verificado pelo estudo de Brigagão e Gonçalves (2021), realizado no estado de

São Paulo, com cinco homens que participaram do parto domiciliar planejado de seus filhos: todos os entrevistados tinham ensino médio completo.

No que concerne à profissão dos participantes, três (21%) são empresários, dois (14%) são engenheiros e os outros entrevistados trabalham como: analista jurídico, bancário, desenvolvedor de *software*, educador físico, geneticista, gerente comercial de vendas, operador de crédito, terapeuta ocupacional e técnico de radiologia. Percebeu-se que a maior parte dos entrevistados exercem sua ocupação na área administrativa, informação similar à encontrada no estudo de Fiterman e Moreira (2018).

Em relação à renda familiar e às condições socioeconômicas, o número de salários-mínimos permaneceu entre três e dez, sendo que nove (64%) participantes possuem uma renda mensal de quatro a sete salários-mínimos. Dado equivalente foi encontrado no estudo de Rocha *et al.* (2021), no qual a renda familiar dos entrevistados era superior a quatro salários-mínimos.

Referente à crença religiosa, quatro (28%) participantes são católicos, dois (14%) são espíritas, dois (14%) são daimistas, dois (14%) não possuem crença religiosa definida, um (7%) é umbandista, um (7%) é cristão e um (7%) é evangélico. Investigações realizadas por Fiterman e Moreira (2018) e Nascimento *et al.* (2019) verificaram que a maior parte dos participantes que acompanharam suas esposas no parto domiciliar eram católicos, dados semelhantes aos encontrados nesta pesquisa.

No que diz respeito ao número de filhos(as), oito (57%) participantes possuem um(a) filho(a) e seis (43%) possuem dois filhos(as). Nascimento *et al.* (2019) constatarem dado semelhante em sua pesquisa, mostrando que a maioria dos homens possuíam apenas um(a) filho(a). Ainda, pode-se destacar que, dos seis entrevistados que têm mais de um filho(a), quatro manifestaram que os partos anteriores ocorreram em ambiente hospitalar, sendo dois partos e duas cesáreas, e outros dois participantes relataram que também tiveram seu primeiro filho(a) em ambiente domiciliar.

Quanto às consultas pré-natais, sete (50%) participantes afirmaram ter acompanhado todas as consultas de sua companheira, quatro (28%) participaram de seis ou mais consultas e três (21%) compareceram em menos de seis consultas. Esse dado demonstra o grande envolvimento dos homens deste estudo no pré-natal de suas companheiras, já que 11 acompanharam suas mulheres em mais de seis consultas. Informação semelhante à recém-exposta foi encontrada em um estudo realizado com doze homens moradores em um município do Rio Grande do Sul (RS), quando Santos *et al.* (2018a) calcularam que 40% dos parceiros acompanharam todas as consultas pré-natais de suas esposas. Reis, Borges e Costa (2021) verificaram, em sua investigação, que os homens reconhecem que a participação paterna durante o pré-natal deve ser permeada não só pelo apoio financeiro, mas também pelo apoio emocional à mulher. Ainda, que a participação do marido no pré-natal proporciona inúmeros benefícios: compreensão do pai acerca das mudanças fisiológicas ocorridas com a gestante, cuidados com o bebê e mãe, além de apoio emocional e financeiro à mulher.

Quanto aos municípios em que os partos ocorreram, dez foram em Chapecó e os outros foram em cidades próximas: Concórdia, Itapiranga, Xanxerê e São Miguel do Oeste. Todos os partos domiciliares planejados aconteceram em cidades localizadas no oeste catarinense.

Os partos dataram entre os anos de 2016 e 2021 e, além da participação do homem, de sua companheira e da equipe, também estiveram presentes outras pessoas:

fotoágrafas, mãe da parturiente e filho(a) do casal em cinco casos; mãe do homem, irmã da parturiente e comadre em dois partos; doula, amiga do casal, dinda e sobrinho em uma situação. Em três vivências, foi citada a presença de animais de estimação durante o processo parturitivo e pós-parto.

No dia do parto, de acordo com o relato dos companheiros, todas as mulheres estavam no termo da gestação, sendo que dez das quatorze parturientes estavam com 40 semanas ou mais de gestação e outras quatro estavam com idade gestacional entre 38 e 39 semanas. Dados semelhantes foram averiguados pelo estudo de Chaves *et al.* (2022), realizado no estado do Rio de Janeiro, demonstrando que 80% das mulheres estavam com idade gestacional entre 37 e 41 semanas no dia do parto.

Em relação ao cômodo em que ocorreram os partos, cinco transcorreram na sala, cinco ocorreram no quarto e quatro aconteceram no banheiro. Silveira *et al.* (2021) realizaram seu estudo no estado de São Paulo, com 116 mulheres que realizaram seu parto em casa, e evidenciaram que 45,7% dos partos transcorreram na água, sendo que 5% desses ocorreu no chuveiro, e o restante, na banheira. Estudo com informações de 99 prontuários de mulheres e seus recém-nascidos de parto domiciliar planejado, em Brasília (DF), apresentou que 43,7% das entrevistadas pariram na água, porém o estudo não descreveu em qual cômodo (Santos *et al.*, 2018b).

De acordo com o puerpério imediato das companheiras dos participantes, em onze casos não houve nenhuma intercorrência no parto e/ou no pós-parto. Em três dos partos citados pelos homens, estes manifestaram intercorrências como bradicardia do feto no momento do expulsivo, presença de mecônio no trabalho de parto sem alteração dos batimentos cardíacos do feto e hemorragia pós-parto manejada no próprio domicílio. Em nenhum dos casos houve necessidade de a equipe realizar alguma manobra de reanimação neonatal, e todos os recém-nascidos transitaram espontaneamente ao nascer. Dados encontrados nesta pesquisa corroboram o estudo de Santos *et al.* (2018b), o qual evidenciou que três participantes tiveram intercorrências no parto e pós-parto, como hemorragia após o parto e alteração dos batimentos cardíacos fetais resultando em transferência hospitalar.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a companheira ter feito uso de alguma substância ou técnica no trabalho de parto, metade relatou que a parceira não utilizou nenhuma substância ou técnica para estimular o trabalho de parto, e a outra metade expôs que houve uso de uma bebida caseira composta por diversos ingredientes com o objetivo de auxiliar na indução do trabalho de parto. Os dados encontrados neste estudo divergiram dos resultados expostos na pesquisa de Dutra *et al.* (2021), realizada no Mato Grosso, com sete mulheres que induziram o trabalho de parto, visto que a substância mais utilizada para a indução foi a ocitocina. No entanto, ressalta-se que tal substância pode ocasionar malefícios iatrogênicos à saúde materna e/ou fetal e, no parto que ocorre no ambiente domiciliar, não há a indicação para o uso de ocitocina sintética durante qualquer fase do trabalho de parto.

Na sociedade atual, o parto domiciliar planejado não é uma política pública, portanto a opção por parir no domicílio é construída sob influência de relações sociais. Os participantes do estudo ficaram sabendo sobre essa modalidade de parto e nascimento por meio de amigos e conhecidos em seis (43%) casos, por pesquisas em seis (43%) das citações e por cursos de formação das suas companheiras em dois (14%) casos. Os achados da presente investigação corroboram os dados apresentados no estudo

realizado com equipes que atendem o parto domiciliar planejado em Santa Catarina, o qual mostrou que a maior parte das informações a respeito foram acessadas via internet (Volpato, 2020).

No que se refere à escolha dos participantes em realizar o parto em casa, nove (64%) relataram que a escolha pelo parto domiciliar planejado foi um consenso do casal. Quando questionados se alguém influenciou na decisão pelo parto domiciliar planejado, 12 (86%) homens informaram que não houve influência de outras pessoas para tal realização. Em dois casos (14%), houve relatos de que a decisão teve a indicação de amigos da companheira e da própria parceira do entrevistado. Nesse âmbito, dados apresentados em um estudo conduzido no estado do Rio de Janeiro relacionaram a escolha das mulheres com o apoio do parceiro e, em alguns casos, foi o parceiro que deu a sugestão de realizar o parto em casa de forma planejada (Muros *et al.*, 2021).

A concretização da decisão quanto ao parto domiciliar planejado pelo casal ocorre por meio da procura de informações com bases científicas, por relatos de experiências positivas, pessoas de confiança e opiniões de profissionais qualificados sobre a prática, com o intuito de sanar dúvidas, paradigmas, curiosidades e, principalmente, atender necessidades e anseios da família que deseja um parto respeitoso (Rodrigues *et al.*, 2018).

De acordo com o posicionamento das pessoas em relação à escolha pelo parto domiciliar planejado, seis (43%) participantes mencionaram que tiveram de lidar com comentários positivos e negativos sobre a escolha do casal, quatro (28%) disseram que não souberam de comentários realizados por outras pessoas e outros quatro (28%) relataram ter escutado comentários negativos. Esses dados foram corroborados pelo estudo de Muros *et al.* (2021), ao mostrar que a presença de percepções negativas sobre o parto domiciliar planejado, por parte de familiares dos casais, foi bastante significativa.

Embora estando seguros sobre a escolha pelo parto domiciliar planejado, muitas vezes, os casais enfrentam opiniões contrárias e são vistos com desconfiança por pessoas do núcleo familiar e profissionais da saúde, como se a decisão fosse colocar a vida da mulher e/ou da criança em risco. Desse modo, muitos casais preferem se resguardar sobre tal escolha visando não enfrentar julgamentos e preconceito por parte dos familiares e/ou profissionais de saúde (Baggio *et al.*, 2022) envolvidos em alguma parte da assistência pré-natal.

Por se tratar de um estudo que incluiu apenas 14 participantes, acredita-se que uma das limitações esteja relacionada à impossibilidade de generalizações. No entanto, salienta-se o importante potencial desta investigação diante da escassez de publicações científicas que abordem o tema parto domiciliar planejado atrelado ao público masculino e à paternidade.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A média de idade dos 14 homens que participaram da pesquisa foi de 32 anos; 12 eram casados ou viviam em união estável com suas parceiras; todos tinham, ao menos, o ensino médio completo e 12 possuíam o ensino superior em curso ou já concluído, demonstrando que os homens que vivenciam o parto em domicílio têm maior grau

de instrução, fato que auxilia na escolha informada por essa modalidade de parto. As profissões dos participantes foram predominantes na área administrativa, e a renda familiar variou entre três e dez salários-mínimos. Além do alto grau de instrução desses homens, as famílias que optaram pelo parto domiciliar planejado possuíam rendas condizentes com a classe média, facilitando a tomada de decisão e o investimento financeiro nesse tipo de atendimento totalmente personalizado.

A presença dos homens em mais de seis consultas pré-natais de suas parceiras reforçou um importante envolvimento seu não só com o processo parturitivo e nascimento de seus(suas) filhos(as), mas com todo o contexto gestacional. Grande parte escolheu o parto que ocorre no domicílio após pesquisas virtuais e influências de amigos e conhecidos, e nove entrevistados revelaram que a decisão de realizar o parto domiciliar planejado foi um consenso do casal.

Diante do exposto, conclui-se que a participação do homem no parto domiciliar planejado de suas parceiras, a partir do livre arbítrio de ambos e sem restrições impostas por instituições e/ou profissionais da saúde, demonstra uma grande transição da figura paterna quando se compara as possibilidades atuais com as vivenciadas pelos homens antigamente. A não participação do homem durante o processo parturitivo de sua esposa, forçada pela imposição social da época, o colocava numa condição de passividade, forçando-o a apenas aguardar pelo anúncio do nascimento do seu filho.

O papel do homem no contexto do parto e nascimento que ocorre no âmbito domiciliar, de forma programada, planejada e desejada, assume um caráter de comprometimento seu não só com a parceira, mas com todos os membros, já que se trata de um evento familiar, possibilitando extrapolar estereótipos e preconceitos ainda arraigados na sociedade sobre a figura paterna.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Maria Aparecida *et al.* Parto Domiciliar Planejado assistido por enfermeira obstétrica: significados, experiências e motivação para essa escolha. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 21, e57364, 2022. Disponível em:

http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-1677-38612022000100206#B12. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Carta Circular número 1/2021- CONEP/ SECNS/MS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018. Seção 1, p. 55-67. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/resolucao-no-466-de-12-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; GONÇALVES, Roselane. A perspectiva dos homens sobre os partos domiciliares planejados. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, p.

1-10, e170126, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/YvJ9jKLsyyMPc-tpD9TzBjNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CHAVES, Wankarla Barbosa *et al.* Perfil sociodemográfico de mulheres que tiveram partos domiciliares no município do Rio de Janeiro, no período de 2010 a 2017. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 3, e22011326382, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26382>. Acesso em: 15 out. 2023.

COLLAÇO, Vania Sorgatto *et al.* O significado atribuído pelo casal ao parto domiciliar planejado, assistido pelas enfermeiras obstétricas da Equipe Hanami. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e6030015, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Kz9Cszw5vVPMmq5HLJXMfm/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20experi%C3%Aancia%20do%20parto%20planejado,sobre%20o%20parto%20e%20nascimento>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DUTRA, Tailine Ferreira *et al.* Terapêuticas de indução do trabalho de parto: conhecimentos e vivências de mulheres no interior do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 26522- 40, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26421/20947>. Acesso em: 20 out. 2023.

FITERMAN, Hannah; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. **Polis, Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 17, n. 50, p. 47-68, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682018000200047>. Acesso em: 6 mar. 2022.

MACHADO, Mayara Cristina Michelon; BOHRER, Vanessa da Silva; KUSE, Elisandra Alves. **Violência obstétrica e suas implicações no processo de parto**: uma revisão de literatura. Tubarão: Unisul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/25794>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MATOS, Mariana Gouvêa de *et al.* Construindo o vínculo pai-bebê: a experiência dos pais. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 261-71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Ltz6Tm5dsZRpn4NtKQ9LPbh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2023.

MUROS, Thais Mesquita *et al.* A influência da família na escolha da mulher pelo Parto Domiciliar Planejado. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 7, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16665/14861>. Acesso em: 7 out. 2023.

NASCIMENTO, Adriana Oliveira do *et al.* A importância do acompanhamento paterno no pós-parto e o exercício da paternidade. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 11, n. esp., p. 475-80, 2019. Disponível em: <https://>

seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6395. Acesso em: 6 nov. 2023.

OLIVEIRA, Thalita Rocha *et al.* Assistência ao parto domiciliar planejado: trajetória profissional e especificidades do cuidado da enfermeira obstétrica. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 29, e20190182, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0182>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PASSOS, Eliane dos; PEDRON, Cecília Drebes. O homem no contexto gravídico-puerperal: uma revisão integrativa. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 448-61, 2020. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2713/1732>. Acesso em: 30 out. 2023.

QUITETE, Jane Baptista; MONTEIRO, Jéssika Andrade de Melo Braga. A participação do pai no Parto Domiciliar Planejado: um ato significativo para a mulher. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 26, e18682, 2018. DOI: 10.12957/reuerj.2018.18682. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/18682>. Acesso em: 8 nov. 2023.

REIS, Anna Luiza Pedroza dos; BORGES, Rafaela Marques Seixas; COSTA, Cristiane Maria Amorim. A presença do pai no pré-natal na Atenção Primária de Saúde. **Global Academic Nursing Journal**, Rio de Janeiro, v. 2, n. spe. 1, p. 1-9, e. 94, 2021. Disponível em: <https://www.globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/86/193>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROCHA, Danielle Carvalho *et al.* O protagonismo feminino no parto domiciliar: relatos de experiências. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 7, e 53710716684, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16684>. Acesso em: 6 nov. 2023.

RODRIGUES, Thamires Fernandes Cardoso da Silva *et al.* Motivações para o parto domiciliar planejado: estudo descritivo exploratório. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niterói, v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5891/html_2. Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, Cristiano Pinto *et al.* Percepção do pai sobre os reflexos de sua presença desde a concepção ao pós-parto imediato para o casal e recém-nascido. **Revista da Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa – Congrega**, Bagé, p. 492-509, 2018a. Disponível em: https://www.academia.edu/81937447/Percep%C3%A7%C3%A3o_Do_Pai_Sobre_Os_Reflexos_De_Sua_Presen%C3%A7a_Da_Concep%C3%A7%C3%A3o_Ao_P%C3%B3s_Partido_Imediato_Para_O_Casal_e_Rec%C3%A9m_Nascido. Acesso em: 6 out. 2023.

SANTOS, Simone Silva *et al.* Resultados de partos domiciliares planejados assistidos por enfermeiras obstétricas. **Revista Enfermagem UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p.

1-15, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/28345>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SCHMALFUSS, Joice Moreira. Amparo legal ao Parto Domiciliar Planejado: atuação de enfermeiras(os) obstetras e obstetrias no Brasil. *In: ABENFO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OBSTETRIZES E ENFERMEIRAS(OS) OBSTETRAS. Boletim ABENFO n° 2: Parto Domiciliar Planejado. Comissão Permanente de Publicação e Divulgação, 2023. p. 18-22.*

SILVEIRA, Fernanda de Almeida *et al.* Partos domiciliares planejados na região de Campinas de 2013 a 2017. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 12, e234101220358, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20358>. Acesso em: 8 out. 2023.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VOLPATO, Franciele. **Informações que contribuem na tomada de decisão da mulher pelo Parto Domiciliar Planejado**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216372>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CHARACTERIZATION OF MEN WHO ATENDED THEIR PARTNERS' PLANNED HOME CHILDBIRTH IN WESTERN SANTA CATARINA

ABSTRACT: This article aims to present the characterization of men who were present during the planned home childbirth of their partners in western Santa Catarina region. The research followed the exploratory descriptive methodology, with a qualitative approach. 14 men who lived in the state of Santa Catarina participated in the research. The data was collected through online interviews, based in a semi-structured question guide. The characterization of these participants included information regarding age, marital status, education level, occupation, belief/religion, family income, city of residence, in addition to relevant information about prenatal care, childbirth and the postpartum period of these participants' partners, that was presented in a descriptive way through simple statistics. The results showed that the average age of the partners was 32 years old and 86% were married or lived in a stable union with a partner, all of them had at least completed high school, in relation to the profession, it was revealed that the main occupations among all were administration and engineering and the monthly income ranged from 3 to 10 minimum wages. Nine men were at prenatal care appointments of their partners and the decision of home childbirth was a consensus. Concluded that the presence of the man during partners' planned home childbirth shows an important transition of the father's figure, making possible extrapolate stereotypes and prejudices that are still ingrained in society.

Keywords: Fathers; Paternity; Home Childbirth; Humanizing Delivery; Father-Child Relations.

CARACTERIZACIÓN DE LOS HOMBRES QUE ASISTIERON AL PARTO DOMICILIARIO PLANIFICADO DE SUS MUJERES EN EL OESTE DE SANTA CATARINA

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo presentar la caracterización de los hombres que participó de los partos domiciliarios planificados de sus mujeres en el oeste de Santa Catarina. Se trata de una investigación descriptiva exploratoria, con enfoque cualitativo, realizada con 14 hombres domiciliados en el estado de Santa Catarina. Los datos fueron colectados por medio de entrevistas en línea, guiadas por una guía de preguntas semiestructuradas. La caracterización de los participantes incluyó informaciones sobre edad, estado civil, nivel de educación, profesión, creencia/religión, ingreso familiar, ciudad de residencia, así como información relevante sobre atención prenatal, parto y puerperio de sus mujeres, siendo presentados de forma descriptiva y utilizando estadísticas simples. Los resultados arrojaron que la edad media de los hombres fue de 32 años, el 86% estaban casados o vivían en relación estable con su mujer y se encontraban estudiando o ya habían concluido estudios superiores. Las profesiones predominaban en las áreas de administración, con ingresos mensuales que oscilaban entre tres y diez salarios mínimos. Nueve hombres participaron en más de seis consultas prenatales con sus mujeres y revelaron que la decisión de dar a luz en casa fue un consenso de la pareja. Se concluyó que la participación de los hombres en el parto domiciliario planificado de sus mujeres demuestra una importante transición de la figura paterna, permitiendo extrapolar estereotipos y prejuicios aún arraigados en la sociedad.

Palabras clave: padre; paternidad; parto domiciliario; parto humanizado; relaciones padre-hijo.

FRAGMENTOS: REFLEXÕES SOBRE A DISCURSIVIDADE DA REDE DE PROTEÇÃO EM DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

Denise Ayres d'Avila¹

Andrea Vieira Zanella²

RESUMO: O objetivo da pesquisa documental relatada neste artigo consiste em analisar como o Poder Judiciário vem estabelecendo o veredicto em casos de perda de poder familiar e suas adoções. Para tanto, foi realizada uma análise do discurso *foucaultiana* de um processo de destituição do poder familiar e na respectiva adoção em família não biológica, os quais tramitaram em uma Comarca da Grande Florianópolis. A legislação que orienta o magistrado em suas decisões e as contribuições de pesquisadores/as contemporâneos/as orientaram as análises, sendo transversalizadas pelas reflexões sobre governo e controle social a partir das perspectivas de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Hannah Arendt. Os resultados possibilitam compreender o modo como a rede de saber-poder em sua capitalização da vigilância social opera na reconfiguração de famílias³.

Palavras-chave: infância; práticas; legislação; rede de proteção social.

1 - INTRODUÇÃO

"[...] não se trata de passar os universais pelo ralador da história, mas de fazer com que a história passe pelo fio de um pensamento que recusa os universais [...]"(Foucault, 2006, p. 58).

A semana do dia das mães de 2022 iniciou com mais um artigo publicado por um canal de notícias apontando para a questão da perda do poder familiar de crianças e adolescentes com embasamento em questões morais. Mais precisamente, a reportagem do jornal *The Intercept Brasil* questionava ações judiciais de suspensão e perda do poder familiar motivadas por intolerância religiosa quando a família segue religiões de matriz africana (Souza, 2022).

A notícia me levou a revisitar o trabalho de Juliana Borges (2020) que discute a discursividade vigente de que negros advêm de famílias desorganizadas e, portanto, são produtores de proles delinquentes. Perpetua-se, por conseguinte, a definição de corpos que necessitam permanecer em vigilância, controle e punição.

1 Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: deniseadavila@hotmail.com.

2 Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC, bolsista com produtividade pelo CNPq. E-mail: avzanella@gmail.com.

3 Esta pesquisa teve o projeto submetido e aprovado pelo CEPESH da UFSC sob o número 4.193.842.

O fato é que, nos últimos anos, multiplicaram-se artigos na grande mídia que denunciam o tema da perda do poder familiar, repercutindo causas moralizantes e preconceituosas.

Uma das questões evidenciadas no artigo da jornalista Alice Souza (2022) são os números do Conselho Nacional de Justiça que indicam um aumento de 240% em ações julgadas procedentes em destituição do poder familiar de 2019 a 2020. Como as ações correm em segredo de justiça, não se pode precisar se os fundamentos estão associados à escalada conservadora do período histórico ou à crise propiciada pela pandemia de Covid-19, que alterou significativamente as relações sociais e econômicas no País.

Somente uma parcela mínima de casos de perda do poder familiar é noticiada, mesmo porque eles correm em segredo de justiça. Entretanto, têm sido propagadas reportagens sobre os critérios e as epistemologias aplicadas nessas decisões judiciais. Ainda em 2022, foi noticiada pelo jornal *The Intercept Brasil* a história de uma criança de onze anos que teve suspensão do poder familiar, e, conseqüentemente, institucionalização em abrigo público, para impedir seu acesso a um aborto legal, necessário após uma gestação decorrente de estupro. A divulgação das imagens da audiência realizada entre a juíza, a promotora da infância e a criança geraram amplo debate e questionamentos sobre a aplicação dessa 'Medida de Proteção'⁴ que envolve o recolhimento ao abrigo e a suspensão de poder familiar (Guimarães; Lara; Dias, 2022).

O objetivo deste trabalho⁵ é analisar como o Poder Judiciário vem estabelecendo o veredito em casos como os aqui relatados. Para tanto, foram analisados os processos de perda de poder familiar e sua respectiva adoção em novas famílias de um caso envolvendo quatro crianças em uma Comarca do Conglomerado da Grande Florianópolis. Busquei observar em que condições o Poder Judiciário estabeleceu o veredito⁶, analisando os documentos que sustentam tal decisão e as formas de produção de verdades. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma análise do discurso *foucaultiana* movida pela arqueogenealogia, isto é, compreendendo o saber-poder que trama as peças jurídicas.

Na sequência deste artigo, problematizo a produção de discursos de normalização e a análise de discurso sugerida por Foucault como alternativa metodológica; posteriormente, volto-me à compreensão do dispositivo jurídico, repercutindo suas contradições e legitimidades, assim como oriento o leitor sobre a composição dos processos; por fim, debruço-me no *corpus* proposto à pesquisa. Sustentei o debate nas escritas de autores como Jacques Donzelot (1980), Judith Butler (2019), Giorgio Agamben (2016).

4 A lei 12.010/09 prevê em seu "Art. 3 § 1º - A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei" (Brasil, 2009).

5 Este artigo apresenta parte dos resultados da tese "Fragmentos: um estudo sobre a discursividade da rede de proteção ao Poder Judiciário em casos de perda do poder familiar", defendida pela primeira autora, com orientação da segunda autora, em vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

6 "Dizer verdadeiro".

2 - A ANÁLISE DO DISCURSO COMO ESTRATÉGIA DE COMPREENSÃO

“A arqueologia do saber é simplesmente um modo de abordagem” (Foucault, 2017, p. 248).

O entendimento de como famílias são consideradas “aptas” ou “inaptas” para o exercício do poder familiar perpassa uma série de questões legais, éticas, morais e, conseqüentemente, discursivas. Observa-se nos textos de Michel Foucault constante discussão de como o sujeito é produzido por meio de normas e discursos. Foucault (2017, p. 43) descreve que “é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica”.

A problematização elencada se refere à questão de que, em toda sociedade a episteme de sujeito é por concepções, objetivadas na sociedade; os sujeitos são produzidos em discursos, na cultura, nas relações estabelecidas, como Rago e Veiga-Neto (2009) descrevem. A formação do cidadão – sobretudo a aprendizagem da obediência, da docilidade e da submissão a um jogo de regras – resulta na condição humana em sociedade.

O fato é que a discussão mostra dimensões da realidade em que atributos expressam modos de existência e como somos definidos pela maneira sob a qual existimos. Nessa esteira, Butler (2016) afirma que a capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente da forma de produção dessa vida. O que a autora destaca é que o reconhecimento de uma vida como viva, digna de proteção, é condicionada a ‘enquadramentos’ cujos critérios estão em normas, sob um jogo de regras que estabelecem pontes de reconhecimento aos ideais dominantes. Nessa conjuntura, é aceitável que vidas sejam interrompidas para que outras vidas sejam protegidas. O ‘ser/sobreviver’ depende do externo, dos enquadramentos discursivos que produzem diferenciação entre os sujeitos, e cuja repetição das normas de reconhecimento estabeleça a inteligibilidade de uma vida.

Essa lógica discursiva é operada cotidianamente e justifica os números díspares de violências que assolam os estratos sociais e raciais no Brasil. Segundo Cerqueira (2021), negros representam 77% dos homicídios no Brasil, assim como houve um aumento de 21,6% nos assassinatos de indígenas. O Ipea destaca estudos de violências ao chamado “público mais exposto”, às vidas mais precárias: mulheres, jovens, negros, os que não adentram a heteronormatividade (LGBTQIAPN+), deficientes e indígenas. Aqueles cujas vidas não são consideradas pertinentes são expostos a fome, subempregos, privação de direitos, violências e morte. O que Butler (2016) destaca é que essa precariedade deve ser compreendida em uma condição compartilhada por populações com as mesmas características e não singularizada como evento isolado.

A genealogia do complexo científico-jurídico cujo poder de punir incide de forma diferenciada sobre diferentes populações se apoia, é alimentada por justificativas e regras do aparato “tecnobiodiscursivo” das ciências humanas. Antes de me aprofundar na conceituação desse termo, apresento um breve histórico que pode auxiliar a compreensão desse argumento.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014a) faz uma genealogia do sistema jurídico e localiza como, ao final do século XVII, o absolutismo do rei passou a ser questionado e refutado. Naquele momento, os espetáculos da tortura e do suplício deixaram de ser tolerados e o supliciado foi despertando sentimentos de piedade, enquanto o juiz e o carrasco despertavam a percepção de crueldade. Consequentemente, a justiça buscou não ser mais ligada à violência em seu exercício e o delinquente passou a ser objeto de correção: o direito de punir foi deslocado do entendimento de ‘vingança do soberano’ para o conceito de ‘defesa da sociedade’. Este é o ponto de surgimento das ciências humanas, em que há demanda de construção do conhecimento da infração, do responsável e da lei. O campo de poder cria um campo de saber que sustenta sua resposta e controle da população, um campo de saber que cria o poder que vigia e corrige: o chamado “saber-poder”.

O poder incide sobre a vida, é o biopoder que faz viver e deixa morrer (Foucault, 2010). Atualizado por Mbembe (2018), o biopoder pode ser necropoder, quando produz políticas de extermínio. O que se apresenta nessas definições são políticas de vida e morte aplicadas diferentemente a grupos populacionais, conforme definições de quem importa e quem não importa à sociedade. Como desdobramento das políticas de regência à vida, Butler (2019) evidencia, em suas teorizações, como a esfera pública é constituída pelo que se pode dizer e o que se pode mostrar e, nos limites do que se pode, circunscreve-se o domínio de operação do discurso político, que recai no encapsulamento de atores viáveis.

A vida é um problema econômico e as tecnologias disciplinares que operam sobre o corpo, a forma de controle para produção de corpos dóceis, normalizam indivíduos. A esse universo de práticas de objetificação e disciplinarização dá-se o nome de “tecnobiodiscurso” (Butturi Júnior, 2019). O tecnobiodiscurso objetiva o mundo criando saberes, definindo-o; a ação que o sujeito aplica a si mesmo, ou como age a partir da objetivação, é a subjetivação. Dessa forma, o tecnobiodiscurso produz uma contínua intervenção constitutiva da definição de humanidade e suas questões. O tecnobiodiscurso desenvolve suas próprias regras de evidências, cria o normal e estabelece o anormal, o degenerado, vende a perspectiva imaculada de ‘neutralidade científica’ da busca continuada do encontro da verdade, quando se instala na fronteira entre ciência e política, em que o ‘verdadeiro’ responde a interesses (Caponi, 2012).

O que se pretende com a análise de discurso proposta por Foucault é justamente a compreensão dessa rede de elementos que permitem que certos enunciados existam, entendendo a relação entre os saberes, os poderes e as formas de subjetividades; é o entendimento de como práticas discursivas, institucionais e sociais, a partir das quais essas ciências irrompem, constituem espessura política e crivo de normalidade e exclusão na percepção do outro, inclusive propiciando desumanização, dando sentido de inferioridade (Butler, 2016; Foucault, 1993).

É a compreensão dos campos de verdades que pressupõe tipos de sujeito ou, como proferido pelo próprio Foucault em aula inaugural em 1970: “gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo” (2014, p. 5); isto é, entender como a produção discursiva é controlada, regrada, organizada na função de conjurar poderes, como práticas emergiram regras e atuam na subjetivação dos sujeitos.

Toda essa discussão nos possibilita explicar o que opera na diferença de tratamen-

to do poder público, que ora recolhe uma criança por frequentar uma cerimônia de religião de matriz africana e ora confia na capacidade protetiva de uma família, com poder aquisitivo, cujo filho de oito anos bate às portas do Ministério Público pedindo ajuda pelos maus-tratos sofridos em casa⁷. Tais situações evidenciam que a justiça não é, definitivamente, a mesma para todos/as.

3 - O DISPOSITIVO E O JURÍDICO: DISPOSITIVO JURÍDICO

“O saber como poder exercido ainda permanece” (Borges, 2020, p 36).

A percepção analítica do funcionamento político que relaciona saber/poder exige do/a pesquisador/a uma imersão nas estratégias e técnicas de dominação dos campos de estudo, o que nos leva a explorar um conceito caro aos leitores em Foucault: o de “dispositivo”.

Em entrevista, Foucault (2017, p. 364) foi questionado sobre a definição de “dispositivo”, que ele concebeu como sendo “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas. [...] Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos”. Dessa forma, compreende-se, na leitura *foucaultiana*, que o dispositivo diz respeito às relações de poder, ao simbolismo silencioso das estruturas arquitetônicas das instituições. Indo além, Foucault (2017, p. 364, 365) acrescenta que “o dispositivo tem uma função estratégica dominante” e pode aparecer “[...] como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda”. Dessa forma, o dispositivo é uma estratégia e um conjunto de relações de saberes e poderes que dão condições ao nascimento de um tipo de subjetivação, construída e controlada.

O que Foucault está ponderando refere-se ao fato de que o poder está em toda parte, e nisto evidenciam-se os discursos científicos e culturais que compõem a noção de práticas corretas e incorretas de atuação. Portanto, estabelecem-se normas e práticas sociais que concebem domínios de saber, sendo o dispositivo a ferramenta que norteia a análise dessa trama.

Seguindo a perspectiva *foucaultiana*, Agamben (2016, p. 12) acrescenta que o dispositivo é uma “máquina de governo”, visto que possui “[...] capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões [...]”. Nessa linha de argumentação, tudo pode ser um dispositivo, não por existência, mas pela representatividade de forças que se coordenam na existência humana. Para esse autor, a contemporaneidade é o tempo da proliferação dos dispositivos, constituindo o mundo, mostrando o mundo como o entendemos.

Na mesma esteira, Deleuze (2015, p. 1) afirma que os dispositivos são “máquinas de fazer ver e de fazer falar”. O que o autor explica é que o dispositivo seria uma rede multilinear com campo de visibilidade, enunciação, força, subjetivação, ruptura,

⁷ A referência é ao caso da morte de Bernardo Uglione Boldrini, aos 11 anos, que propiciou a homologação da Lei 13.010/2014 contra maus-tratos a crianças e adolescentes; ele foi assassinado por sua madrasta, após ser negligenciado por seu pai – ambos filhos de família com poder aquisitivo no interior do Rio Grande do Sul (Trindade; Von Hohendorff, 2020).

fissura, elementos que se entrecruzam formando uma máquina enunciativa em seu lapso temporal e que estabelecem visibilidade e invisibilidade, emersão e imersão. O dispositivo define condições de saber e na dimensão de poder produz linhas de subjetivação, uma vez que essas linhas objetivam o objeto, definindo o que ele é. Em suma, o dispositivo produz subjetivação.

Retomando as contribuições de Foucault (2013), torna-se fundamental a compreensão do jogo de poder que propicia que práticas sociais criem os domínios de saber engendrados, cuja produção faz surgir objetos, conceitos, técnicas e sujeitos. A genealogia do sujeito moderno apresenta um jogo de forças, de relações que define quem somos, do que gostamos. Tal fato está localizado no Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990), cujo teor define o “ser criança” como período que compreende desde o nascimento até os doze anos incompletos, e a “adolescência”, o período dos doze aos dezoito anos incompletos. Essa legislação específica de cuidados e proteção, quando descumprida, recai sobre o que Foucault (2013) nomeia como ‘ritual de guerra’ da justiça, composto por dano, vingança, reparação e restauração.

4 - O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E OS PROCESSOS

“As práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitraram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas jurídicas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas” (Foucault, 2013, p. 21).

Pensando nas práticas jurídicas evidenciadas na epígrafe, faz-se necessário revisitar algumas indicações jurídicas e a constituição do Sistema de Garantia de Direitos. O Sistema de Garantia de Direitos é o campo da proteção jurídico-social cuja finalidade é fazer valer a legislação competente na proteção da infância e adolescência. Tal perspectiva está pautada no artigo 221 da Constituição Federal, que indica ser

[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Eis um prelúdio do que viria com o conceito de “proteção integral” presente no Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990), promulgado dois anos depois. O que a lei prevê é que qualquer pessoa que saiba ou presencie violação de direitos a crianças e adolescentes tem o dever de levar à autoridade competente o fato, sendo esta o Con-

selho Tutelar ou agente policial⁸, que o levará ao conhecimento do Ministério Público⁹.

A perspectiva de proteção integral exige ações integradas das políticas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, as quais são ordenadas por diretrizes, entre elas, “mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento” (Brasil, 2017). Todo esse material produzido pela rede pode fazer parte da ação processual, conforme previsto em lei: “serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios [...]” (Brasil, 2018).

Os processos que analisei neste trabalho são de suspensão, perda do poder familiar e adoção. Portanto, todos sempre iniciados pelo Ministério Público¹⁰, que, recebendo denúncia grave, solicita ao Poder Judiciário a suspensão do poder familiar, transferindo a guarda para pessoa idônea¹¹. A lei determina que a inicial seja concomitantemente a determinação de estudo social que subsidie os despachos seguintes do juiz em manter ou não a suspensão de poder familiar. A família interpelada nesse processo tem prazos de resposta e a legislação prevê que a conclusão do procedimento ocorra em até 120 dias¹².

Atualmente, os processos correm em uma plataforma digital feita sob o interesse do Poder Judiciário, cuja diagramação prevê na nomenclatura ‘eventos’ as linhas do processo, isto é, nas diversas etapas de apresentação da causa. Dessa forma, a primeira linha, a inicial, aparece como ‘evento 1’. Cada evento é a inserção de movimento no processo, portanto, pode conter: relatórios, ofícios, imagens digitais como fotos e áudios, vídeos de audiências ou de provas que embasam os argumentos presentes na ação. Com isso, cada ‘evento’ é referenciado no próprio movimento do processo, indicando a referência alcançada na justificativa.

5 - VAMOS AO CASO

“[...] Se faço as análises que faço, não é porque há uma polêmica que gostaria de arbitrar, mas porque estive ligado a certos combates [...]”(Foucault, 2017, p. 246).

Uma destituição, ou seriam quatro? Vamos à história!

Coerentemente com a epígrafe que introduz este item, não buscarei me ater aos fatos ou às condutas metodológicas, pois não pretendo arbitrar uma polêmica, mas entender como a cena de verificação é montada no processo jurídico. O processo em questão possui 211 eventos, correspondentes a 400 páginas, as quais compreendem ofícios, estudo social e laudos psicológicos, além de dois vídeos de audiências gravadas

8 Recurso amplamente utilizado pela população é o Disque Direitos Humanos, chamado Disque 100, cuja função é receber denúncias com preservação do anonimato do denunciante. O Disque 100 gera demanda ao Conselho Tutelar e às delegacias para averiguação da denúncia.

9 Artigo 13, Lei 13.431/2017 (Brasil, 2017).

10 Artigo 155 (Brasil, 1990).

11 Artigo 157 (Brasil, 1990).

12 Artigo 163 (Brasil, 1990).

e executadas em plataformas virtuais¹³. O primeiro evento desse processo é a inicial do Ministério Público que solicita destituição de poder familiar com pedido de liminar para quatro crianças nas idades de: vinte meses, quatro anos, nove anos e em gestação, nascituro. O processo teve início em 23 de fevereiro de 2021 e a sentença de destituição foi peticionada em 16 de junho de 2021, havendo pronunciamento da defesa em 14 de julho de 2021, já fora do prazo e não apreciada pelo juiz, que manteve a sentença. Foram exatos 113 dias entre a inicial e a decisão judicial.

Após uma briga entre os pais, a tia materna solicitou intervenção do Conselho Tutelar pelo fato de o genitor ter batido na genitora gestante e, após curto período de afastamento, ter havido reconciliação dos genitores, o que colocaria as crianças expostas a tempestividade do pai e inércia da mãe. A motivação da demanda foi justificada pelo Ministério Público, responsável por iniciar o processo, pelo fato de que o grupo de irmãos “se encontrava em gravíssima situação de risco e vulnerabilidade, com seus direitos gravemente violados pelos requeridos” (Santa Catarina, 2021a, evento 1).

Em destaque na inicial do processo, o Ministério Público apresenta, *ipsis litteris*, fragmento do documento encaminhado pelo Conselho Tutelar:

[...] Genitora¹⁴ contou que o companheiro humilha as crianças, os chama de mortos de fome, que odeia o filho mais velho, não pode nem olhar para cara dele (Sic). Contou que o genitor tranca filho no quarto e o proíbe de sair, que o agride com chutes e o joga na parede, o infante disse que o pai lhe bate muito. [...] Tia materna disse que genitora recebeu atendimento médico e lhe informaram que o bebê poderá nascer a qualquer momento, mas teme pelo bebê, afirma que genitora e genitor não têm condições de prestarem os cuidados e proteção necessária para o desenvolvimento sadio dos infantes. A genitora informou que as crianças podem estar com Covid, e as crianças estavam com piolhos desde o primeiro atendimento [...] acredita que o nascituro corre riscos, diante do comportamento agressivo do genitor e a inércia da genitora em protegê-lo (Santa Catarina, 2021a).

A família já tinha sido denunciada anteriormente por violência ao filho mais velho, o qual teve a guarda transferida a um familiar em 2015. O Ministério Público, com base no relatório do Conselho Tutelar, solicitou treze itens ao magistrado da Vara, dentre eles: suspensão do poder familiar, manutenção das crianças no abrigo, expedição de mandado de busca e apreensão do nascituro, expedição à rede hospitalar quando do possível de nascimento deste para comunicação e retenção do bebê, acompanhamento do abrigo de 15 em 15 dias, produção de relatórios periciais da psicologia e serviço social, antecedentes civis e criminais dos genitores, designação de audiência, “produção de todas as provas legalmente admitidas, inclusive documentais, periciais e especialmente testemunhais” (Santa Catarina, 2021a, evento 1).

Junto à inicial, a promotoria anexou o relatório do Conselho Tutelar e um Boletim de Ocorrência de sete anos antes, referente à vivência de situação de rua e violência doméstica que propiciou a transferência de guarda do primogênito a um familiar. Fica

13 Lembrando que, na ocasião, havia protocolos sanitários decorrentes da pandemia de Covid-19 exigindo distanciamento social.

14 Os nomes foram ocultados por preceitos éticos e em respeito à legislação de proteção à infância.

evidenciado que a argumentação da promotoria se alicerça na perspectiva, problematizada por Mioto (2010), de que não houve ajustamento dos genitores, mesmo após intervenção do Estado na guarda de um de seus filhos. Indo além, recai sob essa égide a leitura de que os problemas sociais das famílias são responsabilidade das próprias famílias, discussão constantemente debatida pelo serviço social (Mioto, 2010).

Considerando a solicitação da promotoria, o magistrado pontuou: “Verifico que há fortes indícios de que os requeridos não possuem condições de assegurar os direitos mínimos das crianças a que se pretende proteger neste feito” (Santa Catarina, 2021b, evento 3), porém, resguarda-se a ponderação dos passos seguintes, deixando clara a reversibilidade da suspensão de poder familiar acatada em despacho, mas acolhendo a demanda de retenção do nascituro ao Poder Judiciário.

No correr do processo, o nascituro veio ao mundo e, no despacho, o juiz determinou abrigo, proibição de contato com os genitores e, em caso de não ter sido registrado, que o oficial registrasse a criança “[...] escolhendo o seu nome, e observando, **se possível**”, a preferência dos genitores quanto ao prenome” (Santa Catarina, 2021b, evento 25).

A partir do registro feito pelo oficial de justiça, a criança passou a ser referida por um nome em relação ao qual desconheço se houve escolha dos genitores e passou a não ser mais referenciada ao pai, apenas à genitora, em documentos e registros. A sugestão inicial, presente em documentos do hospital, de utilização do sobrenome completo da genitora e do genitor desaparece, ficando evidenciado um descuido com o início da história dessa criança: nem o nome e filiação parecem consistentes. Aqui deparo-me com uma percepção de coisificação dessa vida recém-iniciada, percepção advinda da constatação da perda de sua filiação e ancestralidade, passando a satisfazer o interesse judicial. Sua história, seu nome e sua filiação passaram a um segundo plano, enquanto o poder de apagamento jurídico a atravessava, ignorando-se os possíveis impactos emocionais e sociais.

O processo jurídico segue com nomes de familiares dispostos ao resgate fragmentado do grupo de irmãos do abrigo. Enquanto os familiares dividiam entre si o interesse de recebimento das crianças, o poder público as inseriu no cadastro de acolhimento e adoção; até tal momento, os pais ainda não haviam aparecido nos autos se pronunciando. Nesse ponto, faz-se necessário compreender que os genitores só podem aparecer no processo representados por um advogado e, para isso, há de se considerar questões financeiras atreladas à contratação particular desse serviço, ou lista de espera na defensoria pública. O fato é que não havia defesa ou contraditório até então.

Os relatórios dos abrigos trazem um mapeamento da família nuclear e extensa, indicando: idade, grau de instrução, condições sociais do território de habitação, condições de saúde, convivência comunitária, relacionamento com álcool e drogas, possíveis interessados em assumir os cuidados das crianças. É o exercício de reconhecimento de costumes e condições de suporte familiar que o Estado espera para o suposto bom desenvolvimento da infância, discutido por Donzelot (1980).

A primeira audiência peticionada no processo ocorreu sem a presença da família. Participaram o juiz, a promotoria, conselheiros tutelares e a equipe do abrigo. Foi re-

15 Grifo no original.

latada a denúncia, e a intervenção com a família, feita pelas equipes de vigilância do judiciário, os tecnobiodiscursistas. A conselheira descreve a visita, a suposta agressão que a genitora sofreu e como seus familiares e vizinhos indicando-a como negligente; para a conselheira, as crianças estavam felizes pelo abrigo e desinteressadas pelos genitores. A equipe do abrigo pontua que a família tem interesse no bebê, mas não tem interesse nos demais filhos e que há relatos de violência sexual por dois dos filhos abrigados.

O relatório psicológico é um resumo do processo já lido, indicando cada item peticionado resumidamente e quatro conversas: uma com o pai, duas com a mãe e uma com a tia das crianças. O genitor é descrito pela psicóloga forense como uma pessoa simples que entende a educação e os papéis de gênero de uma forma conservadora: educação com violência física e papéis femininos de comprometimento com a higiene doméstica. A entrevista da psicóloga com a genitora confirma a rigidez com os papéis sociais de gênero e indica que essa foi a fonte da briga do casal. Em sua discussão, a técnica judiciária elenca indícios de violências nas entrevistas, argumenta com literatura técnica alertando para as consequências de um ambiente com violências à infância e finaliza com seu parecer: não reconhecendo os genitores capazes de exercício de guarda nessa família.

A primeira observação à leitura do documento é a fragilidade do acesso à família que subsidiou um parecer com tamanha repercussão às vidas observadas. Cabe considerar que o material foi produzido em contexto de pandemia de Covid-19, cujos decretos postulavam a necessidade de isolamento e distanciamento social. Entretanto, no eixo do relatório que indica o procedimento para realização das conversas, a profissional aponta:

Foram feitas tentativas de chamada de vídeo por meio do WhatsApp ao Senhor genitor. Contudo, ele não recebia as chamadas. Então, ouviu-se esse senhor por ligação telefônica. A Senhora genitora foi ouvida por videochamada em duas ocasiões. Uma ela estava na empresa onde trabalha; no dia seguinte, em casa. O celular dessa senhora apresentava problema de áudio, mas foi possível escutá-la bem porque se pediu para que ela falasse bem perto do aparelho. A Senhora tia materna foi ouvida por videochamada sem apresentar dificuldades (Santa Catarina, 2021a, evento 151)¹⁶.

Excedendo a questão de acessos, métodos de contato e entrevista, a leitura do documento não extrapola o que já foi pontuado em processo, portanto, repete dados já informados, servindo exclusivamente à perspectiva protocolar prevista em lei, ignorando a dimensão funcional de embasamento no resultado da decisão do juiz à ação. Os dados obtidos nesses breves contatos poderiam ter sido manejados tanto em favor quanto em desfavor da destituição, bastaria a escolha da literatura apropriada a cada defesa.

No estudo social, há mais material para análise: esse apresenta seis eixos de tema-

16 Os nomes foram ocultados por preceitos éticos.

tização. No contexto histórico familiar, a técnica explica a infância dos genitores marcada pelo abandono da família, do Estado e da sociedade. A genitora não conheceu a mãe, falecida em seu parto, sofreu violência sexual do padrasto (que a registrou como pai) entre cinco e dez anos, ocasião em que o adoecimento desse senhor o impossibilitou de permanecer com os abusos. O falecimento do pai registral ocorreu quando ela contava com doze anos, mas desde a infância procurou os irmãos em busca de proteção referente às violências, sem obter esse socorro.

No que concerne à vida dos irmãos, alguns entraram para o ofício do tráfico, outros, para a profissionalização do sexo, outros apresentaram problemas sociais devido à dependência química, mas em um ponto convergem todos: hipossuficiência financeira persistente. Entre tantas desventuras prematuramente vivenciadas, o sofrimento a levou à internação no Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina por um tempo, até que ela conheceu o homem com quem teria os filhos que são atenção no processo analisado.

No que tange ao genitor das crianças objeto de destituição, veio de um lar adotivo e sua educação foi descrita como rigorosa, dando-se principalmente por meio da violência física. O genitor, ao adentrar-se sua história de vida, revelou ter descoberto aos treze anos de idade que foi adotado, quando, ao acaso, encontrou a mãe biológica e ela revelou-lhe sua história familiar. A partir desse encontro, o genitor ficou sabendo que a avó materna o rejeitou desde o nascimento, devido ao fato de ter nascido do sexo masculino, restando à vizinha, naquela época, a sua adoção ‘à brasileira’¹⁷ – ele, aos três anos de idade.

Superado o resgate histórico da família de origem do casal, o documento retoma a história recente; quanto ao casal, o relacionamento é descrito como oscilando entre momentos harmoniosos e conflituosos. Num desses conflitos, a genitora saiu de casa e buscou refúgio na casa dos irmãos, cuja acolhida se mostrou ineficiente, motivando a reconciliação com o parceiro, momento em que a assistente social interpela a escrita com “talvez esse tenha sido um dos motivos dos conflitos com os irmãos, que acabaram se cansando de ajudá-la” (Santa Catarina, 2021a, evento 155). Nota-se nesse fragmento que, travestido de saber técnico, a assistente social conduz um tom de julgamento pelas escolhas da genitora, estabelecendo normalização de sua conduta e ignorando uma vida de desamparo já narrada: a genitora expressa não ter, desde a morte da mãe, abrigo e proteção dos irmãos.

Ao retornar à descrição do relato dos genitores, a assistente social descreve que o casal planejou a prole e pretendia ter mais filhos; ressalta: “desconsiderando totalmente o contexto de violências em que esses filhos estavam submetidos aos cuidados deles” (Santa Catarina, 2021a, evento 155). Mais uma vez, a autora do laudo marca a regulamentação da vida e imprime valores pessoais como conhecimento técnico: nesse fragmento, evidencia sua percepção de incompetência ao exercício do poder familiar dessa família.

Seguindo adiante, o documento descreve que o genitor indica superação dos conflitos após o abrigamento da prole. Mais uma vez, a assistente social manifesta valores

17 Nomenclatura usada para a prática ilegal de fraude registral de crianças. No caso em questão, não temos conhecimento quanto a se houve fraude documental, porém a criação sob essa égide de maternidade caracteriza a prática histórica de tomar a si filhos que não são seus juridicamente (TJDFT, 2018).

travestidos de análise técnica ao escrever em seu peticionamento: “Não percebe que, com a alteração da estrutura familiar, houve também uma mudança na dinâmica familiar: menos demanda com os filhos e conseqüentemente com a casa, menos barulho, menos bagunça, menos cansaço” (Santa Catarina, 2021a, evento 155). O que é narrado como fato pelo documento não aparece como questionamento acerca da aparente harmonia manifesta pelo genitor, mais uma vez induzindo a leitura do interlocutor sobre o rol de prioridades da família.

A conclusão do parecer social transforma impressões pessoais em um saber técnico: a assistente social afirma que o usuário é dependente químico de maconha, que a ausência da substância propicia agressividades¹⁸ e conclui que a genitora não possui atributos compatíveis com a maternidade; hierarquiza o vínculo anunciado pela genitora por seus filhos¹⁹ e decide que a família extensa, disposta aos cuidados da prole, não seria benéfica, trazendo como conclusiva a sugestão de encaminhamento à adoção dos cinco filhos.

O que a profissional indica é que as crianças precisam ser salvas desse nicho familiar. Na argumentação que consta no processo, ela entende que a permanência em família extensa propicia contato com a família nuclear. A família irrompe, no discurso da assistente social, com os regulamentos de uma sociedade disciplinar, o que a leva a exigir a intervenção do biopoder para produção de uma população saudável; de seu ponto de vista, as crianças são pequenas, poderiam se recuperar desse contágio se a prole “tivesse a oportunidade de, pela primeira vez, ser cuidado e ter suas necessidades materiais e emocionais atendidas” (Santa Catarina, 2021a, evento 155).

Esses pareceres remetem ao texto de Foucault (2010) que discute sobre a interpretação da história e como são presentes discursos enunciadores de verdades pelos saberes, os quais acabam instituindo verdades institucionalizadas. A leitura até esse ponto do processo me faz crer que a ‘verdade’ está na inicial e os pareceres posteriores são replicações em torno do objetivo de destituição do poder familiar; afinal, como Foucault prenunciou, o que está em jogo é a defesa da sociedade e, para tanto, a governabilidade precisa intervir em populações, sendo a infância uma destas.

O evento 161 corresponde à segunda audiência da rede de proteção com o judiciário; até aí, não há advogados ou os próprios genitores se manifestando, só técnicos falando em nome deles. Nessa audiência, observo como os demais profissionais da rede corroboram o estudo social e psicológico realizado pelas técnicas do judiciário; a equipe do abrigo para crianças manifesta-se favorável ao encaminhamento das crianças à adoção, inclusive relata discussão de caso entre as profissionais com essa finalidade.

Somente no evento 172 tornam-se conhecidos a genitora, o genitor e suas versões da história. A audiência com os genitores, sem o apoio de um advogado que os orientasse no processo, revela-se uma contradição abismal entre mundos disciplinar e factual: é palpável o desamparo da genitora, ela desconhece como sua fala a expõe.

18 Não há explicação de como chegou a essa afirmação.

19 Fato descrito pela assistente social em seu relatório, ao constatar interesse da genitora pela filha mais nova: “[...] justamente a filha que acabara de nascer e com quem, em tese, tem menos vínculo. No imaginário de genitora, um recém-nascido lhe daria menos trabalho do que as crianças maiores [...]” (Santa Catarina, 2021a, evento 155).

A mãe das crianças discursa apresentando uma naturalização²⁰ das violências e uma carência econômica, social e afetiva. Sua versão dessa história descreve que o início dessa tormenta de eventos se deu por uma discussão conjugal pela distribuição de tarefas da casa, vindo ela a sofrer violência física e, ainda assim, sendo prevenida por sua família e culpabilizada.

A genitora manifesta não ter rede de apoio e, mesmo ciente da possibilidade da perda dos filhos, descreve incapacidade de identificar saída que não seja a retomada da relação. Seu depoimento, gravado em audiência, mostra como todas as vezes em que buscou familiares, vizinhos e amigos em busca de ajuda para lidar com as violências vivenciadas por seus filhos foi equivocadamente orientada, ficando exposta à confirmação das alegações que justificaram a perda do poder familiar. Foucault (2014b) dizia que não se podia dizer tudo, que a fala era regulada pelo tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado: a inocência dessa mãe a fez cair na conjuração dos perigos e a vemos, cena a cena da gravação, produzindo provas contra si mesma²¹.

Em dado momento, o promotor descreve um relato das crianças feito à equipe do abrigo que não estava nos autos: que o genitor cometeu abuso sexual contra dois de seus filhos; a mãe admite conhecimento do fato e muito medo de se posicionar sobre isso com seu parceiro, além de ter sido novamente orientada, pela sua rede de apoio social, a manter em família a situação.

A conversa com o genitor não apresenta grandes avanços, ele nega todas as denúncias, com exceção das violências físicas desferidas contra a esposa e os filhos, justificadas sob a égide da correção deles. O casal se mostra interessado em quebrar condutas e mudar perspectivas para retomar o poder familiar, a genitora discursa em lágrimas apontando o sofrimento causado pela ausência dos filhos em sua vida.

As alegações finais do Ministério Público são um recorte do estudo social, assim transcritas: “[...] o feito deve ser julgado procedente para destituir do poder familiar [...]”; “[...] incapacidade dos demandados para exercerem o poder familiar sobre os filhos, bem como a ausência de membros da família extensa interessados e efetivamente aptos ao encargo da guarda [...]” (Santa Catarina, 2021a, evento 177). As 28 páginas são recortes dos relatórios já presentes nos autos.

Os fatos já estavam descritos, por um universo de técnicos, pareceres, laudos, e é nesse foco que o juiz se calça, após quatro meses do início dessa jornada. Determinando no evento 179 a sentença, novamente permeada de citações diretas dos laudos petionados, autoriza a destituição do poder familiar. Fica evidente que, no sistema de justiça, a autoridade do juiz intervém como garantidor da regularidade do procedimento, não afirmador da verdade. O que Foucault (2013) nos mostra é que foi inventada uma determinada forma de saber a verdade: o inquérito. A lei deve representar utilidade à sociedade, sendo o crime um dano, e deve a lei propiciar a reparação ou inviabilizar a repetição. O crime expõe a ruptura com as condições normativas pelas quais os sujeitos são produzidos, sob a égide do ‘dispositivo jurídico’ (Borges, 2020; Butler, 2016).

20 Por naturalização, retomo a perspectiva de eventos sociais assimilados pelos sujeitos como da natureza e não do processo histórico e social (Accorssi; Scarparo; Guareschi, 2012).

21 “*Nemo tenetur se detegere*” (“o direito de não produzir prova contra si mesmo”) constitui-se como um direito mínimo do acusado, fundamental do cidadão, como pactuado na Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), de 1969.

É somente no evento 208, após já ter sido registrada em cada certidão de nascimento a decisão judicial, e após o comunicado da perda do poder familiar aos pais, que vemos a defensoria pública se manifestar²². Nesse momento, pela primeira vez, é reconhecido o *status* da genitora como vítima, conforme segue:

Vítima do comportamento arbitrário, opressor e machista de seu companheiro, que lhe violentava, que lhe proibia de ter acesso ao celular; que castigava imoderadamente seus filhos e que lhe impunha suas vontades pelo medo. Ante o temor reverencial em relação ao ex-companheiro, a apelante sequer constituiu advogado para lhe representar no presente processo (Santa Catarina, 2021a, evento 208).

Não perdendo de vista os rastros dos laudos e pareceres, o defensor não se furta em usá-los a seu favor, manifestando como a violência física, psicológica e sexual perpetrada continuamente em mais de uma década paralisou a genitora; mais que isso, emerge dos autos que a genitora sofria ameaça de morte quando pensava em recorrer ao Estado.

Uma defesa necessária, porém indeferida por sua chegada tardia; assim, vejo a finalização de uma história familiar, um rearranjo promovido por saberes, poderes que em poucos meses definem histórias, subjetividades e qualificações. A leitura das 400 páginas e a observação das duas audiências me levam ao entendimento de como essas vidas foram interpeladas rapidamente por técnicos que definiram sujeitos e competências. Da parte da atuação judicial, resta a compreensão de que os feitos não parecem compreender a presença de seis vidas diretas (quatro crianças e seus pais) e mais um número razoável de vidas indiretas, pensando em familiares que terão suas convivências ceifadas pelo poder público. Nessa reflexão, retorno ao texto de Arendt (2009) que exprime a ideia de que a violência é uma manifestação de poder; e qual poder é mais denso e voraz que o do Estado?

Pensando nessa burocratização da vida, reli o trecho “[...] quanto mais burocratizada a vida pública, maior será a atração exercida pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida, não há como discutir, a quem apresentar reclamações, sobre quem exercer as pressões do poder” (Arendt, 2009, p. 45). Mais que isso, “a burocracia ou o domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável, e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de Ninguém” (Arendt, 2009, p. 20). Fico nessa reflexão... após algumas centenas de páginas, em que ninguém é responsável pelo resultado, os técnicos ponderam o que pensam, o juiz se embasa nos técnicos; ninguém é responsável e todos o são.

Uma adoção, das quatro...

Buscando os rastros dos acontecimentos posteriores à destituição dessas quatro crianças, analisei o processo de adoção de uma delas, o mais velho, na ocasião com oito anos. O processo é composto de 140 eventos, possui 320 páginas, muitas delas mi-gradas do processo inicial de destituição. Iniciou em 6 de julho de 2021, antes mesmo de a defesa dos genitores se manifestar no processo de destituição do poder familiar, e finalizou em 1º de dezembro de 2021.

A inicial da demanda advém de um parecer favorável do juiz da infância em aceitar a sugestão da equipe técnica do abrigo quanto a separar os irmãos na adoção: ficou

22 Também é um direito fundamental previsto no Pacto de Costa Rica.

estipulado que três famílias adotariam os quatro irmãos. Duas famílias ficariam com os irmãos mais velhos, separadamente, e as duas crianças menores seriam adotadas conjuntamente; as três famílias teriam por compromisso manter a convivência entre as crianças.

Dentre as argumentações sobre a questão, elenca-se do relatório da equipe multidisciplinar do abrigo em que as crianças são acompanhadas que a criança mais velha “apresenta algumas demandas que precisarão de cuidado por parte da família que vier a adotá-lo [...] é muito provável que o menino²³ venha a apresentar fases regressivas quando for inserido efetivamente em uma nova família” (Santa Catarina, 2021b, evento 1). A justificativa que embasa tal parecer não é informada, mas é usada na justificativa do magistrado para a separação dos irmãos. A autora do relatório argumenta que há um comportamento sexualizado das crianças maiores que leva ao entendimento de que seria mais prudente a adoção em famílias sem crianças; resta saber se a presunção é devida aos riscos potenciais às demais crianças que possivelmente convivessem com elas ou à preocupação com a dificuldade do adotante em lidar com a questão.

A mesma assistente social que propiciou o estudo social que embasa a desqualificação da família biológica surge na ação de adoção com um texto de informação sobre potenciais adotantes. Nesses documentos, a autora descarta adoções por casais homoafetivos masculinos sob a seguinte justificativa:

[...]considerando que o menino²⁴foi vítima de violência sexual perpetrada pelo genitor, é provável que tenha mais dificuldade de vinculação com a figura paterna, o que torna mais difícil a adoção por apenas um homem ou por casal homoafetivo masculino(Santa Catarina, 2021b, evento 19).

Nessa discussão, o trabalho de Santos (2015) repercute os desafios encontrados por casais homoafetivos para constituição de uma família. O autor elenca que os resultados das entrevistas realizadas com discentes mostram a resistência de psicólogos, advogados e assistentes sociais, em graduação, para adotantes constituídos por casais homossexuais, justificada por preconceitos naturalizados no imaginário popular: repercussões na educação, na constituição sexual da criança ou na socialização da criança. Isto é, com o ideal daquilo que seria ‘melhor para a criança’, permanece no imaginário popular, e dos futuros profissionais, a descrença de capacidade protetiva calcada em orientação sexual.

Seguindo adiante, a assistente social media as informações entre o potencial casal adotante eleito e o judiciário, mostrando que o casal escolhido por ela atende a todas as necessidades que a criança pode vir a ter e já estava informado de toda a história presente no processo de destituição do poder familiar. Os documentos anexados apresentam um questionário objetivo com o perfil de criança pretendido pelo casal (idade, cor, estado de saúde, etc.), confirmando que o menino estava apto a preencher os requisitos, e um informativo cujos passos haviam sido dados pelas técnicas que medeiam a questão, isto é, a psicóloga e a assistente social presentes no caso desde o processo de destituição.

23 Nome ocultado por questão ética.

24 Nome ocultado por questão ética.

A psicóloga e a assistente social do fórum pediram que o casal fizesse um “álbum da família”, com fotos da casa, da família, do quarto que a criança teria, até “colocaram um pequeno frasco com seus perfumes” (Santa Catarina, 2021b, evento 71). Após seis encontros entre o menino e os pretendentes, conclui-se que já pode haver pernoite da criança com os adotantes.

O evento 86 exibe um parecer técnico, produzido pela equipe de assistente social, psicóloga e pedagoga do abrigo, indicando que o menino estaria adaptado à nova família, após passar um feriado em sua guarda, com argumentos como “desejo de estar junto, percebe-se que assimila e deseja o fortalecimento dos vínculos com eles, o que fica nítido pela verbalização de ‘pai’ e ‘mãe’” (Santa Catarina, 2021a, evento 86). Com isso, a equipe sugere o desacolhimento da instituição.

O estudo social, promovido pela mesma assistente social presente em todo encaço dessas famílias, mostra uma rotina de convivência pormenorizada e sem desafios ou entraves; em dado momento, a técnica escreve que os adotantes, ao notarem que o menino estava triste por desconhecer os deveres escolares, “Abraçaram-no e acalmaram-no de maneira bastante adequada” (Santa Catarina, 2021a, evento 87). É informado no mesmo documento que os adotantes estavam a sós com o menino, mas a informação é narrada como que testemunhada pela autora do laudo.

Em outro momento, a criança chora por não conseguir manifestar desagrado com a comida e é descrito pela assistente social como se ele tivesse “feito o movimento de tentar agradar e corresponder às expectativas dos adotantes, como que para ser amado”. A adotante “[...] percebeu o ocorrido e conversou com ele, acolhendo-o carinhosamente [...]”. A adotante explica que o menino pode comer o que quer, e “[...] acredita que, talvez, na família biológica, ele não pudesse manifestar a sua vontade, ou apanhasse caso não aceitasse a comida oferecida” (Santa Catarina, 2021b, evento 87).

Concluindo o rol de narrativa favorável aos adotantes, a técnica expressa: “O casal contou-nos que, depois que deixou o menino²⁵ no Abrigo, precisou de um tempo para se recompor e que foi muito difícil para eles voltar para casa sem a criança” (Santa Catarina, 2021b, evento 87). Com base em toda essa narrativa, a técnica conclui que a melhor sugestão é desacolher a criança e entregá-la definitivamente aos pretendentes à adoção; tal argumentação anexa uma coleção de fotos da interação da criança com o casal.

Com base em recortes dos relatórios da assistente social forense e dos técnicos do abrigo de acolhimento a crianças e adolescentes, o juiz despacha parecer favorável à sugestão de desacolhimento e continuidade da adoção da criança em questão, estabelecendo convivência de 60 dias. Isso é setembro de 2021, ou seja, exatos 198 dias entre a inicial que solicitava destituição do poder familiar ao despacho permitindo adoção.

Passados 60 dias do parecer favorável do juiz, a assistente social forense que acompanhava desde o início essa jornada, comunicou eventos na convivência com os adotantes que exigiam a intervenção de profissional da psicologia. No relatório psicossocial, após 30 dias de convivência, o menino passou a manifestar agressividade e ameaças à vida da adotante, enquanto se mostrava adaptado ao pai adotivo; a mãe chegou a ter um fragmento de fala reproduzido no relatório: “[...] é como se ele es-

25 Nome ocultado por questão ética.

tivesse à procura de um pai para substituir o pai dele. Mas ele não quer uma mãe. É como se ele quisesse só o pai adotante²⁶. Discorre-se sobre o sofrimento dos adotantes e sobre suas percepções acerca do sofrimento do adotado, concluindo: “afirmaram que não conseguem mais vê-lo como filho, que os sentimentos bons que estavam nutrindo se esgotaram. [...] desejam encerrar o estágio de convivência” (Santa Catarina, 2021b, evento 111). O laudo é assinado por psicóloga e assistente social forense, as mesmas de todo processo.

No relato da psicóloga forense, o menino manifestou tristeza com a situação vivenciada e o desejo de retornar à casa dos pais biológicos. Desse ponto em diante, a psicóloga recorta falas da assistente social para sustentar sua argumentação, que conclui haver sofrimento psíquico e automutilação²⁷ como manifestação de imaturidade psíquica para lidar com as memórias não ressignificadas e a necessidade de acompanhamento na abordagem psicanalítica, além do que “[...] não se tem como evitar uma indicação a um psiquiatra, inclusive, para garantia de integridade física. [...] Entretanto, se houver uma diminuição da angústia e o menino²⁸ começar a verbalizar, talvez, não chegue a ser necessário” (Santa Catarina, 2021b, evento 111).

Nesse momento, relembro o texto de Foucault (1993) que problematiza os instrumentos das ciências da saúde mental, registrando que a confissão, a fala, é pressuposto para um ideal de cura. O autor evidencia como as práticas institucionais concretizam o exercício da disciplinarização. Outra questão que não pode fugir à percepção é a de como toda a questão de inadaptação está centrada nas crianças, conseqüentemente, no seu contágio com a família biológica, que a deixou impossibilitada de adaptação, apesar de todo o esforço tecnodiscursivo empreendido em encontrar o casal ideal à demanda.

Na continuidade do processo, mais uma vez as falas da assistente social forense são subsídios para o despacho do juiz em retomar a guarda do menino ao abrigo de origem antes da adoção. Novamente, leio fragmentos de falas que embasam tal decisão e dou-me conta do poder que os documentos inseridos no processo possuem nas vidas interpostas.

Reitero que aqui não estou em busca de veridicção, mas na observância da cena jurídica em seu movimento e de como as discursividades técnicas são desenvolvidas e apresentadas. O que ficou evidenciado até o momento é que impressões e valores morais são afirmados como saberes considerando unicamente o fato de se configurarem como discurso de técnicos especialistas em suas áreas de atuação; do lugar de saber-poder, conduzem afirmações e premonições acerca dos envolvidos que são acatadas sem ressalvas pelo Poder Judiciário. De um lado, a família biológica, desqualificada desde o início do processo e cuja potencialidade não é reconhecida em momento algum; de outro, a perspectiva de um casal adotante que possui um imaginário acerca da demanda de adoção que não se confirma na figura do adotado – este último, alvo de saberes que pressupõem conhecimentos acerca de si, mas cuja escuta atenta não foi realizada.

26 Nome ocultado por questão ética.

27 A criança cutucava o nariz até o sangramento.

28 Nome ocultado por questão ética.

As várias fases do mesmo processo são marcadas por certezas que não se concretizam e ações que contribuem para reiterar práticas históricas de aviltamento de direitos e criminalização da pobreza, desconsiderando as desigualdades sociais, econômicas e culturais que estão na raiz das práticas de violência e silenciamento governamental a que são subjugadas determinadas populações. O caso analisado se traduz, em suma, como uma grande tragédia.

FINALIZANDO...

“Ninguém nega que somos parte da realidade que pesquisamos” (Fonseca, 1999, p. 65).

Quando me debrucei sobre o tema da perda do poder familiar, pretendia desenvolver uma pesquisa que percorresse vários processos. Fui amplamente amparada pela Vara da Infância e pelo Tribunal Judiciário de Santa Catarina, que me deram o suporte de senhas, seleção de processos e acessos necessários para realizar tal feito. O objetivo inicial consistia na leitura de oito processos cujo *corpus* alcançava nascituros, crianças maiores e adolescentes. Em meu aã, imaginava que assim veria diversidade na abordagem e na discursividade.

Entretanto, após ler mais de três mil páginas processuais, dei-me conta de que o padrão não extrapolava, não se alterava. Portanto, o trabalho se estendia, mas não inovava no que diz respeito a uma rotina processual como a aqui analisada. Voltei à leitura dos meus objetivos iniciais e retomei o fato de que minha intenção jamais buscou resultados quantitativos; ao contrário, minha pesquisa documental buscava entender como a cena jurídica que fundamenta o dito verdadeiro é articulada. Dessa forma, o primeiro processo lido preenchia toda a finalidade e decidi focar a análise nos mais de 200 eventos presentes, nas mais de 700 páginas.

Como trabalhado no texto de Fonseca (1999), minha procura me levou a um sistema que vai além do individual. Mostrou que a lei, em sua aplicação, viabiliza que laudos e pareceres frágeis subsidiem resultados que interrompem trajetórias, que subvertem histórias. Seguindo a mesma questão, a legislação é permissiva no sentido de que pais sequer sejam defendidos no processo, enquanto os filhos já estão em abrigos ou na convivência de famílias adotivas.

Obviamente que cada processo contava uma história diferente, uma série de ditos singularizados. No entanto, o ponto de interseção é sustentado por saberes que produzem poderes, por poderes que produzem saberes, por subjetividades produzidas nesse nicho de conhecimento autorizado a um fim: dar combustível a um resultado à demanda judicializada.

Ao final deste trabalho, foi possível reconhecer como opera o Poder Judiciário nos casos de perda de poder familiar e suas adoções. Os instrumentais que conduzem ao veredicto seguem a legislação e pareceres tecnobiodiscursivistas produzidos por assistentes sociais, psicólogos, equipes técnicas de abrigos destinados a crianças e adolescentes. O discurso de assistentes sociais e psicólogos/as sustentou-se em uma epistemologia frágil; nos processos analisados, os argumentos se manifestaram permeados de impressões morais sobre as famílias interditas e sob a égide de uma compreensão subjetiva do autor do laudo para a melhor conduta a ser aplicada às crianças; não se

evidenciaram argumentos fundamentados em problematizações que considerassem as diferentes composições familiares e modos de vida dissonantes em relação aos discursos tradicionais e hegemônicos sobre família.

A desconsideração do que diziam os genitores é outro agravante no processo analisado, tendo sido ouvidos somente em fases adiantadas do processo e sem acompanhamento de advogado. Não são de fato ouvidos, suas condições e possibilidades não são efetivamente consideradas, o que evidencia aviltamento de direitos. Mas isso foge ao olhar do juiz, que reproduz o discurso das profissionais, fazendo-o ecoar em sua decisão e na sentença proferida. Institui-se, assim, outra violência sobre as famílias, desta vez legitimada pelo aparato constituído para salvaguardar o suposto bem-estar de crianças e adolescentes.

A situação de reversão de adoção analisada escancara os equívocos e o próprio descaso para com o destino dos envolvidos. A separação dos irmãos em instituições de sequestro diferentes, os encaminhamentos imediatos do recém-nascido para adoção e do irmão mais velho para uma família que o devolveu ao sistema que hipoteticamente fez o que era melhor para ele possibilitam compreender o modo como saber-poder se articulam para a produção de violências em casos de perda do poder familiar para quem vive em situações consideradas, por esse mesmo aparato, como de vulnerabilidade. Definitivamente, uma tragédia, e que infelizmente não se configura uma exceção.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822012000300007>. Acesso em: 20 out. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & o que é um dispositivo?** Tradução Vinícius Nicastro Honesko. 2. ed. Chapecó: Argos, 2016. p. 21-52. (Grandes Temas).

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 168 p.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2020. 140 p. (Feminismos Plurais).

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2002.

BRASIL. Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 ago. 2009.

BRASIL. Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 abr. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1990.

BRASIL. Lei n. 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 dez. 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288 p.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 192 p.

BUTTURI JÚNIOR, A. O HIV, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 637-657, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8655554>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. v. 1000. 210 p.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. 108 p.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Tradução Ernesto Sampaio. 3. ed. Lisboa: Nova Vega, 2015. p. 80-85. (Coleção Passagens).

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Tradução M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 179 p. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; n. 9).
FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, mar. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 254 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014b. 74 p. (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Eduardo Jardim e Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013. 152 p.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos I**: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado em Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010. 269 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**, Lisboa, n. 19, p. 203-223, 1993. Tradução Antônio Fernando Cascais.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a. 302 p.

GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS, Tatiana. Suportaria ficar mais um pouquinho? Em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. 3. ed. São Paulo: N-1, 2018. 80 p.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010. Palestra.

PIACENTINI, Patricia. Novas regras para adoção: avanço ou retrocesso? **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 69, n. 1, p. 11-12, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100005>. Acesso em: 20 out. 2021.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Apresentação: para uma vida não fascista. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 9-13. (Coleção Estudos Foucaultianos).

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ação de Adoção de Crian-

ças. Medida de Proteção à Creianã e Adolescente. Relator: TJSC. Palhoça, SC de 2021. **Eproc**, Palhoça, 6 jul. 2021a. p. 320. Autos 5009686-15.2021.8.24.0045.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ação de Destituição do Poder Familiar Com Pedido Liminar nº 1. Relator: MPSC. Palhoça, SC de 2021. **Eproc**, Palhoça, 23 fev. 2021b. p. 400. Autos 5002355-79.2021.8.24.0045.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ação de Destituição do Poder Familiar Com Pedido Liminar nº 1. Relator: MPSC. Palhoça, SC de 2020. **Eproc**, Palhoça, 6 jun. 2020. p. 620. Autos 5006790-33.2020.8.24.0045.

SANTOS, Elder C. Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 873-885, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2015.4-06>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOUZA, Alice de. Estas mães que perderam a guarda dos filhos têm algo em comum: religiões afro-brasileiras. **The Intercept Brasil**, São Paulo, p. 1-1,2 maio 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/05/02/maes-religoes-afroguarda-filhos-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 6 maio 2022.

TJDF. “**Adoção à Brasileira**”. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direitofacil/edicao-semanal/adoacao-abrasileira#:~:text=Registrar%20filho%20de%20outra%20pessoa%20em%20seu%20nome%20%C3%A9%20crime.&text=Efetuar%20o%20registro%20do%20filho,segue%20as%20exig%C3%AAs%20da%20lei>. Acesso em: 7 set. 2022.

TJSC. **Juíza explica o papel do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Florianópolis, 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/juiza-explica-o-papel-do-sistema-de-garantidos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 7 maio 2022.

TRINDADE, Adalberto de Araújo; VON HOHENDORFF, Jean. Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 10, p. 1-11, nov. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00193919>. Acesso em: 7 set. 2022.

VILARIM, Lorena Leal Rodrigues Gomes; AMORIM, Débora Alves de. Preconceito, resistência e idealizações da sociedade na adoção de crianças e adolescentes institucionalizados. **Revista Jurídica Facesf**, Belém do São Francisco, v. 1, n. 2, p. 90-105, abr. 2019. Disponível em: <http://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades/article/view/257/50>. Acesso em: 3 jul. 2022.

FRAGMENTS: REFLECTIONS ON THE DISCURSIVNESS OF THE PROTECTION NETWORK IN DESTITUTION OF FAMILY POWER

ABSTRACT: This article presents a discussion about the professional practice of professionals in the protection and care network for children and adolescents. The objective of the research was to understand the effectiveness of the network and the complexity of the work of its professionals in the name of protection that eventually converges in actions of loss of family power. To that purpose, interviews were conducted with different professional backgrounds, including: psychology, social work, pedagogy and law. All the professionals interviewed work in the same municipality located in the southern region of Brazil. The discussions lead to four main axes of analysis involving: working with families, with the judiciary, the meaning attributed to the work of the network and the effects on families. The analyses were conducted using the legislation and authors who problematize the subject, such as Foucault, Donzelot, Arendt and Sawaia, recognizing the knowledge-power employed in the social protection system. As a result, it was evidenced the work overload that makes it impossible to approach more recurrently and regularly with the accompanied families, as well as the suffering triggered in professionals who are spectators of the changes generated in the family nuclei after lawsuits.

Keywords: Childhood; Social Protection Network; Judiciary; Care.

FRAGMENTOS: REFLEXIONES SOBRE LA DISCURSIVIDAD DE LA RED DE PROTECCIÓN EN DESTITUCIÓN DEL PODER FAMILIAR

RESUMEN: El objetivo de la investigación documental descrita en este artículo es analizar cómo el poder judicial ha ido estableciendo el veredicto en los casos de pérdida de poder familiar y sus adopciones. Para ello, se realizó un análisis foucaultiano del discurso sobre un caso de pérdida de poder familiar y su respectiva adopción en una familia no biológica en un distrito de la Gran Florianópolis. La legislación que orienta al magistrado en sus decisiones y las contribuciones de personas investigadoras contemporáneas orientaron los análisis, siendo transversalizados por reflexiones sobre el gobierno y el control social desde las perspectivas de Michel Foucault, Giorgio Agamben y Hannah Arendt. Los resultados permiten comprender cómo la red de saber-poder, en su capitalización de la vigilancia social, opera en la reconfiguración de las familias.

Palabras clave: infancia; prácticas; legislación; red de protección social.

POR QUE APROFUNDAR A RELAÇÃO ENTRE ENERGIA, AMBIENTE E SOCIEDADE – ALGUMAS REFLEXÕES DESDE A AMÉRICA LATINA

Axel Bastián Poque González¹

RESUMO: Se o processo econômico é uma transformação entrópica de recursos naturais, como é que conseguimos manter uma atividade econômica intensiva no uso de recursos naturais sem mudar as condições que propiciam a sobrevivência humana no Planeta? As tentativas para responder isso, geralmente, apontam na direção da relação entre as sociedades e o meio ambiente. No entanto, às vezes é esquecido que as engrenagens do sistema econômico relacionam o meio ambiente e as sociedades via trocas de energia. Este ensaio apresenta um estímulo para entender a importância de aprofundarmos o trinômio sociedade-ambiente-energia, principalmente considerando que vigoram tempos de crises, dentre as quais, a crise socioecológica parece ser a mais determinante. O foco da análise é colocado na América Latina e no Caribe, região crítica para o fornecimento das matérias-primas que alimentam o sistema econômico global.

Palavras-chave: energia; ambiente; sociedade; crise socioecológica; América Latina.

1 - INTRODUÇÃO

O surgimento e a posterior disseminação do vírus SARS-COV-2 ao redor do mundo, a partir de 2020, parece inerente a uma arquitetura socioeconômica global que foi-se configurando ao longo de décadas. Os processos biológicos no meio ambiente não são indiferentes aos processos sociais (Jappe *et al.*, 2020); pelo contrário, as sociedades são parte envolvida no meio ambiente – desde os microespaços até as macroestruturas que constituem balanços biofísicos, e que, até agora, têm propiciado a vida humana no Planeta. No ano de 2023, após o encerramento do alerta global estabelecido pela Covid-19, reafirmamos que o cenário pandêmico apenas evidenciou uma insustentável relação humano-natureza que vem vigorando, pelo menos, desde a Revolução Industrial, e em relação à qual, pelo observado, parece que prontamente não vai haver melhoria.

Recentemente, o Foro Econômico Mundial, a partir da publicação da 18ª edição do Relatório de Riscos Globais, tem trazido a ideia de uma “*policrisis*”, a qual é caracterizada pela escassez de recursos naturais, como alimentos, água, metais e minerais. Assim, estima-se que “a próxima década será caracterizada por crises ambientais e

¹ Candidato a doutor em ambiente e sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em ciências da engenharia pela Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (PUCV). Licenciado em ciências da engenharia e engenheiro civil em eletricidade pela Universidade de Santiago do Chile (USACH). E-mail: axel.poque@usach.cl.

sociais, impulsionadas por tendências geopolíticas e econômicas subjacentes” (World Economic Forum, 2023, p. 7). Possivelmente, o maior dos desafios da nossa era será a confluência das múltiplas crises em concomitância com uma grande crise socioecológica² que vem sendo estimulada por desequilíbrios associados à sobre-exploração – e uso intensivo – de recursos naturais (energia e matéria), destruição de ecossistemas e perturbação dos ciclos da natureza, todos elementos que propiciam a sobrevivência humana no Planeta.

Sendo que a “*policrisis*” traz um componente associado à geopolítica, vale a pena questionar sobre o papel contemporâneo da América Latina e do Caribe na arquitetura global dos tempos de crise e das transições, pois a região é caracterizada pelo suprimento de matérias-primas para o mundo. Como outrora assinalou Eduardo Galeano (1972, p. 269) nas *Veias abertas da América Latina*, o continente exporta “as matérias-primas de que o mercado mundial necessita e de cuja venda depende a economia da região, e certos produtos industriais fabricados, com mão de obra barata, por subsidiárias de empresas multinacionais”. Após cinquenta anos da escrita de Galeano, o cenário parece não mudar. Em 2021, dentre os 10 principais produtos exportados pela região (33,3% das exportações anuais), 7 são matérias-primas de baixo processamento tecnológico – indústria agropecuária, energética e da mineração (Cepal, 2022).

Considerando-se ser a crise socioecológica a grande ameaça dos nossos tempos, um elemento que parece não ser suficientemente estudado no meio das análises que aprofundam sobre a relação entre as sociedades e o meio ambiente é a questão energética. O nosso pressuposto fundamenta-se na ideia de que o desenvolvimento das sociedades contemporâneas tem sido baseado no uso intensivo de recursos energéticos (renováveis e não renováveis), sendo que os resíduos dessa atividade retornam ao próprio meio ambiente. Logo, a intensa atividade humana e os incomensuráveis resíduos despejados no meio ambiente têm resultado em desequilíbrios ecológicos e biofísicos críticos. Como descrito anteriormente, neste ensaio, discutimos, a partir das múltiplas crises evidenciadas na atualidade, a importância de aprofundarmos os estudos sobre a relação entre meio ambiente, sociedade e energia. O foco é colocado na América Latina e no Caribe, dado seu papel fundamental como fornecedores de matérias-primas não renováveis.

2 - APROFUNDANDO O NOSSO PRESSUPOSTO

Para compreendermos a relação entre as sociedades contemporâneas, o sistema econômico, as trocas de energia e o meio ambiente – seguindo as análises de autores como Cavalcanti (2010), Cechin (2010), Leff (1998), Martinez-Alier (2022) e Max-Neef (2010) –, faremos uma analogia baseada na física termodinâmica. Pensemos que a atividade econômica global é uma grande máquina que precisa de combustível para funcionar. Esse combustível são os recursos renováveis e não renováveis. Dentre os renováveis, podemos pensar na água – pois retorna ao seu ciclo após ser empregada –,

² Para Baer (2021), a crise socioecológica se manifesta de várias formas, a saber: crise climática, degradação ambiental (incluindo a poluição do ar e dos mares), aumento da concentração de riqueza e perpetuidade da pobreza, conflitos bélicos, grandes fluxos de refugiados, etc. Lioukakis (2023) estabelece uma estreita relação entre a crise socioecológica e o capitalismo como forma de administrar o sistema econômico.

no ar e no sol. Dentre os não renováveis, podemos pensar naqueles que podem ser empregados apenas uma vez, pois logo se tornarão resíduo – às vezes reciclável, às vezes não –, como, por exemplo, minerais (cobre, prata, ouro, urânio, etc.) e combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás, etc.). Naturalmente, a máquina produz algum benefício para quem a emprega, o trabalho útil.

2.1 - AMBIENTE, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE

Antes de desenvolvermos os principais argumentos deste ensaio, vale a pena refletirmos sobre nosso entendimento de meio ambiente, natureza e sustentabilidade. O meio ambiente é o produto da interação dinâmica de objetos inanimados, elementos físicos e seres vivos presentes em um local, os quais estão sujeitos a diversas influências e eventos potenciais. Há dois aspectos básicos do ambiente, que se influenciam mutuamente, e que frequentemente são separados apenas para fins pedagógicos: os aspectos físicos e biológicos (natureza) – que podem ser divididos em fatores abióticos e bióticos – e os aspectos sociais (criados pelos humanos), como a economia, a política, a tecnologia, a cultura, a história, a moral e a estética (FAO, [ca. 1996]). Desde um olhar focado na biologia, o meio ambiente é composto pelos fenômenos bióticos e abióticos que cercam e interagem potencialmente com um organismo. Veja que, segundo essa definição, a referência do organismo é fundamental (Kearney, 2006).

Já o ecossistema compreende “o biótopo – o meio geofísico – e a biocenose – conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam o biótopo” (Gonçalves, 1990, p. 63). Um assunto que historicamente tem marcado intensas discussões é acerca da separação e/ou integração analítica dos humanos com a natureza (Castree, 2001) – para aprofundar nessa temática, veja Gonçalves (1990). De qualquer forma, há uma crescente aceitação da ideia de que muito do que chamamos de “natural”, pelo menos no que diz respeito à ecologia da superfície do globo e de sua atmosfera, foi significativamente modificado pela ação humana e a atividade econômica (Castree, 2010; Harvey, 1993). Logo, para Leonardo Boff (2017), sustentabilidade é

[...] o conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

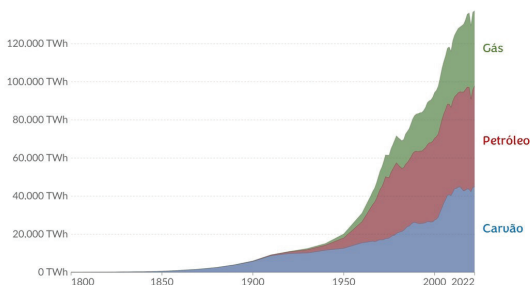
Segundo Enrique Leff (1998), a sustentabilidade deve ser entendida como a internalização das condições ecológicas que sustentam o processo econômico. Pontualmente, na teoria, como assinala Cavalcanti (2012), poderia existir um desenvolvimento ambientalmente sustentável se considerado o “desenvolvimento” como mudança, evolução ou progresso; não como crescimento, aumento ou expansão. No entanto, se o desenvolvimento sustentável é apenas um estratagema retórico do capital expansivo baseado em meras soluções tecnológicas para continuar crescendo, então, o desrespeito pelos limites biofísicos da Terra se perpetua, pois desmaterializar a economia não é possível ainda (Leff, 1998; Riechmann, 2016).

2.2 - A SEGUNDA LEI DA TERMODINÂMICA E A RELAÇÃO DAS SOCIEDADES COM A NATUREZA

Relembremos a Segunda Lei da Termodinâmica na formulação de Kelvin (*apud* Oliveira e Dechoum, 2003, p. 359): “não há nenhum processo no qual calor é extraído de uma fonte e convertido inteiramente em trabalho útil, sem nenhuma outra consequência para o resto do universo”. Então, aquela máquina do nosso exemplo terá um diferencial energético (*perdas*) entre a energia que entra no processo e o trabalho útil desenvolvido. Pensemos que os recursos empregados pela máquina foram transformados em bem-estar para as distintas sociedades ao redor do globo – se distribuídos de forma igualitária ou não, é matéria que aqui apenas consideramos de forma tangencial, devendo ser aprofundada em outras análises. Logo, existe uma diferença energética que não se tornou trabalho útil e que foi retornada para o meio ambiente. É dizer que, se a máquina funciona de forma continuada, inexoravelmente, ela verterá resíduos de forma continuada também.

O nosso pressuposto é o de que a máquina tem sido operada de forma intensiva ao longo da história recente. A partir da Revolução Industrial, ela tem empregado quantidades cada vez maiores de energia vinda de fontes não renováveis (veja o consumo global de combustíveis fósseis na figura 1) e, conseqüentemente, tem gerado um acúmulo de resíduos no meio ambiente, estimulando desbalanços nos ecossistemas, nos ciclos da natureza e ativando crises múltiplas – dentre as quais, a crise socioecológica e a climática são as mais visíveis hoje.

Figura 1: Consumo global primário de combustíveis fósseis em TWh



Fonte: Adaptado para o português desde Ritchie, Rosado e Roser (2023).

Uma interessante forma de entender a problemática foi estudada por Cechin (2010), a partir da relação entre a entropia e o sistema econômico, sendo que a hipótese fundamental dessa ideia foi concebida por Nicholas Georgescu-Roegen

viabiliza aquilo. A natureza assimila os resíduos do processo, que também estão em forma de energia e matérias. Como é que temos empregado essa locomotiva ao longo da história? De onde vem a energia de que a locomotiva precisa? E para onde vão os resíduos? Quem foi se beneficiando pelo trabalho útil?

3 - CRISE

Neste capítulo, queremos entender como vem sendo gerada a crise socioecológica, a partir de múltiplas outras crises. Aprofundamo-nos na caracterização das crises contemporâneas, principalmente aquelas evidenciadas com a pandemia da Covid-19, elemento histórico marcante no estabelecimento de desequilíbrios. Mantemos uma particular atenção na América Latina e no Caribe como fornecedores de recursos naturais para o sistema econômico global.

3.1 - NO ÂMBITO SOCIOECONÔMICO: CADÊ O MINOTAURO?

É possível que na hora de o vírus SARS-COV-2 disseminar-se, a arquitetura socioeconômica global marcada pela hegemonia neoliberal – veja *A hegemonia neoliberal, 1970-2000*, em Harvey (2005) – estivesse em uma fase de claro-escuro. O tal capitalismo neoliberal financeirizado³ que vinha dominando o palco global não ostentava uma vida sadia, tampouco contribuía na articulação de estruturas sociais ou econômicas sinergicamente confortáveis; pelo contrário, fragilizava a vida humana e a natureza, e fragilizava-se (Chesney, 2020). Aliás, aquele modelo já tinha recebido sérias feridas ao estourar a *Crise do Subprime* em 2007-2008. Posteriormente, o seu andar errático recebeu mais um forte golpe em 2020 ao irromper a pandemia. No entanto, diferentemente da *Crise do Subprime*, dessa vez, a origem das incertezas esteve fundada no freio da atividade econômica global decorrente das tentativas para deter a disseminação do vírus SARS-COV-2, o qual se propagava rapidamente e sem controle. Foi assim que a versão contemporânea do capitalismo neoliberal entrou na sua própria quarentena (Jappe *et al.*, 2020).

Um dos elementos que evidenciam o impacto da Covid-19 nas economias nacionais é a dívida pública e privada, a qual tem chegado em níveis globais nunca vistos em 2020, atingindo 257% do produto interno bruto (PIB) global (Gaspar; Medas; Perrelli, 2022). Logo após o início, o decorrer e fim da pandemia, muitas economias avançadas conseguiram reverter a tendência de aumento da dívida pública; no entanto, economias de mercados emergentes menores e mais arriscadas continuam a enfrentar propensões de piora no avanço da dívida, sendo que muitas já enfrentam tensões e desafios de financiamento (IMF, 2023). O

³ Em *O Minotauro Global*, o economista Yanis Varoufakis dá forma ao processo de surgimento e consolidação do *capitalismo financeirizado*, como ordem global, fazendo uma didática analogia com a lenda grega do Minotauro (Varoufakis, 2016a). Note-se que o *capitalismo financeirizado* emerge na década de 1980 e, diferentemente das fases prévias do capitalismo, esse sistema libera todo tipo de controle sobre as instituições financeiras. Assim, elas criam e dominam aparelhos e estruturas “tóxicas” que enfraquecem as relações econômicas e sociais, estabelecendo desbalanços irremediáveis e permanentes no capital global (Chesney, 2020; Varoufakis, 2016b).

secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, recentemente denunciou o fracasso de um sistema financeiro internacional que permite que 3,3 bilhões de pessoas vivam em países nos quais os governos gastam mais em pagamentos de juros da dívida externa do que em educação ou saúde (Semana, 2023).

Em dezembro de 2022, a dívida pública média de 16 países da América Latina e do Caribe alcançou 51,5% do próprio PIB (Cepal, 2023). As condições socioeconômicas da população pioraram. Apesar de a pobreza se manter ao redor de 33% entre 2008 e 2020, a pobreza extrema foi de 9,1% para 12,9% no mesmo período (Cepal, 2022). Para o Foro Econômico Mundial, a crise do custo da vida é uma ameaça contemporânea real, inclusive anterior à Covid-19. O aumento do preço das necessidades básicas – itens não descartáveis, como comida e moradia – não tem sido devidamente equilibrado com os salários (World Economic Forum, 2023).

Como traz Martínez-Alier (2022), a partir do início do uso intensivo de recursos naturais – principalmente não renováveis –, a atividade econômica chegou a ser cada vez mais entrópica. Se fizermos o comparativo com o exemplo da locomotiva, o sistema econômico tem empregado insumos energéticos (e materiais) primários de forma incomensurável e, conseqüentemente, os resíduos têm sido incomensuravelmente despejados no meio ambiente, para além da capacidade de suporte do Planeta. A desistência do Tratado de Bretton Woods⁴, a desregulação dos mercados globais e a financeirização têm composto o cenário ótimo para desconectar o andamento do sistema econômico capitalista neoliberal de uma administração responsável dos recursos naturais.

3.2 - NO ÂMBITO POLÍTICO: REIMAGINANDO A FIGURA DOS ESTADOS MODERNOS

É possível que a pandemia de Covid-19 marque uma mudança na relação dos Estados modernos com os serviços sociais. Quando a crise social e sanitária estourou, no início de 2020, aos poucos, e com inúmeras nuances, diferentes lideranças políticas ao redor do mundo tentaram assumir o controle da situação. Salienta-se que, em um primeiro momento e diante da ausência de vacina, três foram as principais reações dos governantes: 1) identificação das cadeias de contaminação e isolamento seletivo dos portadores do coronavírus; 2) confinamento indiferenciado da maioria da população, o que implicava a redução das atividades econômicas ao mínimo possível; 3) imunidade coletiva ou de rebanho, o que assumia, de forma insólita, a perda de muitas vidas humanas. A segunda opção foi a mais implementada ao redor do globo; no entanto, a depender dos chefes de Estado e das coalisões políticas no poder, as outras opções também foram consideradas (Jappe *et al.*, 2020). Aqui aparece a nuance que marca uma nova forma de entender o modo de agir dos governantes: já não é apenas a antiga “esquerda” *versus* a “direita”; agora é também a forma de entender a relação do Estado com os cidadãos, a mídia, os meios de comunicação, o desenvolvimento, o uso da tec-

4 Para aprofundar sobre a temática de Bretton Woods pode ver Braga *et al.*, (2017).

nologia na vigilância e a difusão de informação, por exemplo. A China, algumas nações da União Europeia e o Brasil são amostras das três formas de atuar dos governantes, que tomaram os três distintos rumos – antes descritos – na pandemia.

De qualquer forma, as liberdades humanas, o controle social, assim como também o enfrentamento da própria crise sanitária, estiveram nas mãos dos Estados, que outrora tinham sido afastados de algumas áreas críticas da sociedade, no final do século XX – um exemplo foram as matérias discutidas no Consenso de Washington⁵, em 1989. Na pandemia, os Estados se tornaram – propositalmente ou não – administradores da crise, dando, também, suporte econômico às famílias, empreendimentos e até resgatando empresas que de outra forma teriam caído no penhasco. Mas essas medidas não foram gratuitas, pois significaram o endividamento – público e privado – e o recuo nos planos de desenvolvimento econômico e social comprometidos anteriormente (Jappe *et al.*, 2020). É possível que o papel dos Estados modernos seja repensado e metamorfoseado diante das múltiplas crises contemporâneas.

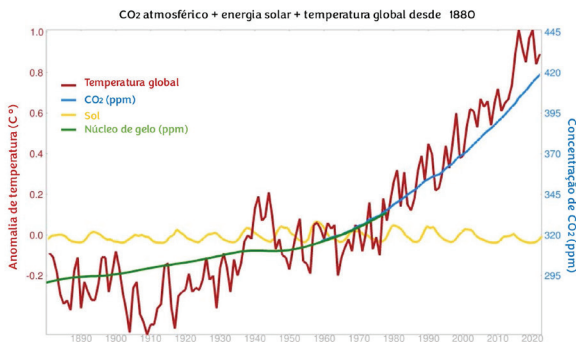
3.3 - A CRISE CLIMÁTICA E A SUA ORIGEM ANTRÓPICA

Como foi analisado, o meio ambiente tem sentido a recepção desproporcional de resíduos, produtos de uma atividade econômica intensiva ao longo do tempo. Um dos tipos de resíduos que mais tem gerado repercussão nas sociedades contemporâneas são os gases de efeito estufa (GEE), dada a estreita relação entre sua concentração na atmosfera e o aquecimento global (Matthews *et al.*, 2020). Apesar de as emissões globais de GEE terem diminuído em decorrência da quarentena da economia em 2020, evidencia-se uma tendência de crescimento desde 2021 (UN, 2022).

A concentração de CO₂ na atmosfera se mantém em uma tendência crescente ano após ano, desde o início das medições, no meio do século XX, atingindo 424 ppm⁶ em maio de 2023. Logo, o perigo do aquecimento global continua intensificando-se também. Como exemplo, setembro de 2023 foi o setembro mais quente desde 1880; a temperatura média global da superfície terrestre foi 1,72° C acima da média do período de comparação pré-industrial de 1880 a 1920 (CO2 Earth, 2023; United States, 2023). Sabemos que 1,5° C é o limite ao qual a ciência tem convergido como patamar que poderia estimular mudanças irreversíveis em termos climáticos globais (Armstrong McKay *et al.*, 2022). A figura 3 mostra a temperatura média global e níveis de CO₂ atmosférico históricos, evidenciando uma correlação entre as duas.

5 Para aprofundar sobre o Consenso de Washington pode ver Batista (1994).

6 Reduzir o CO₂ atmosférico para menos de 350 ppm poderia limitar a temperatura global próxima à faixa do Holoceno (World Energy Data, 2023).

Figura 3: Temperatura média global e níveis de CO₂ atmosférico históricos

Fonte: adaptado para o português desde Bernd Herd (*apud* CO2 Earth, 2023).

Mas não apenas as emissões surgem como resíduos críticos da intensiva atividade econômica global; inúmeros poluentes sólidos, orgânicos e inorgânicos também resultam do frenesi antrópico, podendo permanecer por longos períodos na natureza, além de poderem ser transportados por longas distâncias. Poluentes minerais são um exemplo frequentemente considerado nessa matéria, sendo que representam alto potencial de risco para o bem-estar humano e para as comunidades biológicas expostas a eles (Siegel, 2002). Existe uma dimensão colonial associada a quem obtém os principais benefícios da economia industrial e, por outro lado, aqueles territórios que devem assimilar os resíduos daquela atividade. Isso hoje opõe Norte e Sul Global como aquelas sociedades que têm obtido o máximo aproveitamento do sistema econômico *versus* aqueles territórios e comunidades que têm de assimilar o excesso de resíduos, e também devem abastecer com altas quantidades de insumos críticos o mundo desenvolvido (Hickel; Hallegatte, 2022).

3.4 - NO ÂMBITO ENERGÉTICO

Estima-se que o setor energético seja responsável por mais de dois terços do total de emissões de GEE no mundo inteiro (IEA, 2021). Logo, similarmente à concentração das atividades econômicas, o consumo de energia e a consequente liberação de emissões também são concentrados geograficamente. Em 2020, a China e os Estados Unidos – juntos – foram responsáveis por 45% das emissões globais vindas da queima de combustível, seguidos por União Europeia, Índia, Federação Russa e Japão (IEA, 2023). Segundo estimativas da Organização Latino-Americana de Energia (Olade, 2023), em 2021, 4,5% das emissões globais vindas do setor energético tiveram

origem na América Latina e no Caribe.

O recuo da atividade econômica global decorrente da pandemia de Covid-19, a partir de 2020, estimulou uma redução da demanda por energia. Consequentemente, as emissões globais de CO₂ vindas da queima de combustíveis fósseis decresceram quase 6%, atingindo 32.252 MtCO_{2eq}⁷. No mesmo ano, os combustíveis fósseis ainda representavam 80% do fornecimento total de energia global – 29% do petróleo, 27% do carvão e 24% do gás natural (IEA, 2023).

A transição energética para a sustentabilidade visa à redução de emissões vindas do setor, sendo que, entre as múltiplas tarefas que estão sendo levadas adiante, há a ideia de substituir combustíveis fósseis por formas de energia renováveis. A eletricidade é um articulador-chave, já que, para substituir combustíveis fósseis, a demanda deve mudar para a eletrificação. Segundo a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, 2023), em 2020, apenas 28% da eletricidade vieram de fontes renováveis, enquanto 62% vieram de combustíveis fósseis – os 10% restantes foram nucleares. No entanto, para atingir a meta de não ultrapassar o aquecimento médio de 1,5° C, é preciso atingir a geração de 91% da eletricidade via fontes renováveis em 2050 (Irena, 2023).

Deve-se compreender que não apenas são emissões os resíduos que a atividade energética pode liberar no meio ambiente. Apesar de a transição poder reduzir os GEE vindos do setor, as atividades vinculadas à produção de tecnologia para a geração energética de baixas emissões podem também produzir resíduos minerais nocivos para o meio ambiente e as comunidades expostas a eles. É, consequentemente, imperioso achar soluções integrais dentro da transição energética.

3.5 - A ARENA GEOPOLÍTICA RETOMANDO PRESENÇA

As análises geopolíticas críticas contemporâneas deixaram de observar puramente os Estados; vão atrás das análises do poder empregado por distintos tipos de atores, e a sua relação com o espaço a partir de disputas por recursos – materiais ou não (Costa, 2020). Hoje o mundo é multipolar e, assim como existem numerosos vetores de poder agindo ao mesmo tempo, existe também convergência de nações, corporações e atores envolvidos em distintos conflitos ao redor do globo. Alguns atores até são envolvidos em mais de um conflito. Talvez o que caracterize os tempos atuais seja o dinamismo das relações geopolíticas, dado o intenso desenvolvimento dos processos tecnológicos, da divulgação e do fluxo de informação estratégica.

A disputa tecnológica hoje está fortemente associada ao controle por recursos minerais críticos e cadeias de valor, que permitem dar curso às transições para a sustentabilidade. A emergência da República Popular da China como um dos principais consumidores de minerais críticos e fabricantes de tecnologia, vinculada a uma economia de baixas emissões, gera reações e resistências permanentes por parte dos outrora líderes do sistema econômico global após Bretton Woods – particularmente dos Estados Unidos. Da mesma forma, novas relações têm emergido entre a China e a América Latina e o Caribe – esta, região estratégica dentro da geopolítica que articula

⁷ Em 2010, foi de 31.157,1 MtCO_{2eq}; 23.748,8 MtCO_{2eq} em 2000; 21.002,9 MtCO_{2eq} em 1990; 18.111,5 MtCO_{2eq} em 1980; 14.283,8 MtCO_{2eq} em 1971 (IEA, 2023).

os planos dos novos grandes atores que disputam a hegemonia global (Dussel Peters, 2022; Poque González, 2022; Poque González; Silva; Macia, 2022).

Dentre os múltiplos papéis assumidos pela China, destaca-se o de liderança político-econômica. O BRICS – composto pela República Federativa do Brasil, a Federação Russa, a República da Índia, a República Popular da China e a República da África do Sul – representa economias emergentes, e tem adquirido um lugar de contrapeso dentro do cenário global, marcando uma alternativa não apenas pelos próprios atributos econômicos e geográficos, mas também pelas próprias tradições, idiosincrasias, culturas, valores e preferências políticas. Assim, o potencial do BRICS em gerar mudanças globais é incomensurável dado o tamanho das economias que lhe compõem (Thakur, 2014). Tendo dito o anterior, o BRICS pode ser um grupo determinante no que tem a ver com o estabelecimento de novas relações do sistema econômico com o meio ambiente e as sociedades. Sendo que o grupo é caracterizado pelo dinamismo econômico e pelo seu controle sob recursos naturais críticos, será que a sua emergência poderá significar rumos mais sustentáveis para o globo? Ou não?

Por fim, há que se pontuar que a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia é provavelmente o maior conflito bélico das últimas décadas, dadas as repercussões que tem trazido para todos os cantos do mundo. O conflito é, ao mesmo tempo, uma amostra de como a globalização da economia e das finanças tem trazido vulnerabilidades à estabilidade planetária e uma evidência do complexo e, por vezes, indecifrável arranjo de relações multipolares. Mesmo sem terminar a pandemia, a guerra trouxe novas incertezas para a região latino-americana, dadas as oscilações e volatilidades estabelecidas nos mercados de matérias-primas (Bordera *et al.*, 2022).

4 - PALAVRAS FINAIS: CRISES E SAÍDAS NA AMÉRICA LATINA

Considerando-se a nossa analogia, a pandemia de Covid-19 significou uma desaceleração da locomotiva: a atividade do sistema econômico global. No entanto, alertas foram acesos novamente, inclusive antes do fim da pandemia. A crise socioecológica adverte sobre os riscos de ultrapassar os limites biofísicos do Planeta, enquanto novos vetores de poder emergem acima das disputas por recursos naturais e dos controles político e econômico associados. A guerra da Rússia com a Ucrânia evidencia como, em um mundo globalizado e multipolar, riscos e fragilidades geopolíticas e econômicas são reproduzidos de forma dinâmica e complexa.

4.1 - POR QUE ESTUDAR ENERGIA, NATUREZA E SOCIEDADE DE FORMA INTEGRADA?

Compreendemos que deter muitos dos estragos de uma atividade econômica industrializada desenfreada e baseada no consumo intensivo de recursos naturais passa por harmonizar a relação entre as sociedades e a natureza. No entanto, um elemento frequentemente esquecido é o de que a relação das sociedades com a natureza passa também por relações energéticas. Dessa forma, parece imperioso que a busca

por novas relações sustentáveis considere também formas harmoniosas de se relacionar com a energia. Logo, gerar, gerenciar, administrar e consumir energia de forma mais sustentável são aspectos que passam também por achar respostas integradoras entre natureza, sociedades, sistema econômico e energético.

Salienta-se que, em um mundo como o contemporâneo, não há trivialidades, nem certezas. Consequentemente, as análises se tornam complexas e instáveis, sendo que os fluxos energéticos, como os do nosso modelo (ambiente-sociedade), estão fortemente determinados por numerosos atores e estruturas de poder ao redor do globo, estabelecendo relações dinâmicas e variáveis. Tudo isso, em um cenário de múltiplas crises. A pandemia evidenciou a não dispensação da figura dos Estados, mas, ao mesmo tempo, que eles mudam permanentemente.

O fluxo energético não é apenas uma relação física. Hoje, em um mundo multipolar e complexo, ir atrás dos rastros da economia implica compreender fenômenos sociais, políticos, assim como também a dinâmica da geopolítica global. A América Latina e o Caribe são exemplos de região que assume o papel de provedora de matérias-primas, e que, na busca por atingir um melhor patamar nos níveis de desenvolvimento humano, poderia ter intensificado relações insustentáveis com o meio ambiente. Na contramão, os patamares do desenvolvimento humano parecem não ter melhorado como outrora foi esperado. Como assinala Lander (2023), a região latino-americana evidencia que as crises contemporâneas, além da conexão com um sistema econômico dirigido segundo os preceitos neoliberais, tem uma dimensão patriarcal, colonial, de raça e de negação das diversidades, o que ignora e invisibiliza a riqueza da pluralidade da experiência histórica e cultural da humanidade.

4.2 - TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

A importância de descarbonizar a economia tem estimulado agendas globais para a sustentabilidade, o que é imperioso e urgente, mas, para garantir uma harmoniosa relação entre natureza e sociedade, deve-se observar a integridade das mudanças que ocorrem no meio desses processos. As transições para a sustentabilidade – como frequentemente são chamadas na literatura corporativa e institucional (Bertinat; Chemes, 2022; Irena, 2023) – devem sair da retórica que perpetua um crescimento econômico irracional e assumir a sustentabilidade de forma holística, como aponta Boff (2017). Atualmente, as atividades econômicas associadas às transições para a sustentabilidade – dentre as quais a energética é um exemplo – não necessariamente garantem uma absoluta relação de harmonia entre o meio ambiente e as sociedades.

Soluções que sejam focadas apenas na descarbonização para visar perpetuar o crescimento econômico esquecem os limites biofísicos do Planeta, assim como também esquecem a segunda lei da termodinâmica. É claro que a substituição das fontes energéticas fósseis por renováveis é fundamental, mas, se aquilo visar manter os níveis e as tendências de consumo atuais, permaneceremos na dinâmica de uma locomotiva incomensuravelmente poluidora no meio de um planeta com limites.

Os cenários associados ao Acordo de Paris projetam que a demanda de alguns minerais críticos para uso em tecnologia de baixas emissões – como veículos elétricos, sistemas de armazenamento elétrico, placas solares fotovoltaicas, etc. – possa

crescer consideravelmente, até 90%, até 2040 (IEA, 2022). Por exemplo, a demanda global de cobre aumentará de 26,9 para 33,5 milhões de toneladas entre 2020 e 2030 (Jones; Acuña; Rodríguez, 2021); será isso sustentável?

Já conhecemos os impactos sociais e ambientais das instalações de projetos de energia renovável, as implicações da exploração dos minerais críticos que visam à transição energética (Poque González, 2022) e as inequidades – raciais, coloniais, de gênero, etc. – reproduzidas em muitos desses processos produtivos (McGowan; Antadze, 2023); é por isso que respostas sustentáveis precisam ser integradas. Compreender desde um olhar crítico a dimensão dos estragos causados por modos de vida insustentáveis – para refletir sobre aquilo, vale a pena ler a Brand e Wissen (2020) –, associados às estruturas econômicas intensivas no uso de energia e matéria, é tarefa primordial para enxergar novas saídas às crises do nosso tempo.

4.3 - LIMITAÇÕES DA ANÁLISE

É necessário reconhecer que o modelo a partir do qual interpretamos a relação entre ambiente, sociedade, energia e sistema econômico tem limitações. Dentre elas, possivelmente a maior é a impossibilidade de compreender o detalhe da termodinâmica no interior de uma economia financeira. O que sustentamos neste trabalho é que, em uma economia industrializada, os insumos da atividade econômica vêm da natureza e vão à sociedade, enquanto os resíduos retornam ao meio ambiente. No entanto, diante das dinâmicas associadas à especulação financeira e à geração de valor e riqueza nos mercados acionários, podemos nos extraviar. Apesar disso, o nosso pressuposto ainda vigora, posto que a atividade humana precisa da atividade econômica industrial – baseada em insumos naturais renováveis e não renováveis – enquanto a desmaterialização da economia não é possível ainda.

O presente ensaio não buscou esgotar os temas abordados; pelo contrário, apenas busca estimular o debate integral e interdisciplinar sobre a relação entre sociedade, meio ambiente e energia, principalmente desde a periferia do sistema econômico global.

4.4 - NA BUSCA POR NOVAS SAÍDAS

Em uma perspectiva humanista, Zygmunt Bauman (2022) aponta que a crise contemporânea – associada fortemente às inseguranças – vem, em grande medida, sendo impulsionada pelo abandono da condição humana do coletivismo e da solidariedade, substituída pela individualização e pela competição. Para inícios do século XX, Piotr Kropotkin (2009) propôs a ajuda mútua como um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento humano pré-capitalista. Retomar os arranjos comunitários e solidários, associados a uma transformação socioecológica que vise a uma relação humano-natureza mais sustentável, é uma opção que vem ganhando força nos últimos tempos, principalmente na periferia da economia global (Azkarraga Etxagibel *et al.*, 2012; Carmona; Biskupovic; Ibarra, 2022; García Parra *et al.*, 2023).

Como assinalado por Lander (2023), na América Latina e no Caribe, compreende-se que as transições para a sustentabilidade devem considerar primeiramente

Por que aprofundar a relação entre energia, ambiente e sociedade – algumas reflexões desde a América Latina a harmonia entre sociedades e natureza; logo, devem também ser justas, democráticas, descentralizadas e multiculturais. Svampa (2023) aponta a uma transição ecossocial que articule justiça social e ambiental, considerando práticas econômicas e produtivas baseadas na reciprocidade, na complementaridade e no cuidado.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG MCKAY, D. I. *et al.* Exceeding 1.5°C global warming could trigger multiple climate tipping points. **Science**, Washington, v. 377, n. 6611, p. eabn7950, 9 set. 2022.

AZKARRAGA ETXAGIBEL, J. *et al.* Eco-localismos y resiliencia comunitaria frente a la crisis civilizatoria: Las Iniciativas de Transición. **Polis**, Santiago, v. 11, n. 33, p. 15-40, dez. 2012.

BAER, H. A. Responses to the socio-ecological crisis: Planetary health, climate change and covid-19. **The Journal of Australian Political Economy**, Sydney, n. 88, p. 148-158, dez. 2021.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. [S.l.]: Pedex, 1994.

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BERTINAT, P.; CHEMES, J. Transición energética y disputa de sentidos. *In*: INFORME Ambiental 2022. Abordar una transición socioecológica integral: el desafío de nuestro tiempo. Argentina: [s.n.], 2022.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Brasil: Vozes, 2017.

BORDERA, J. *et al.* **El efecto dominó**. Guerra en Ucrania y extractivismos en América Latina. Cochabamba: Lalibre Proyecto Editorial, 2022.

BRAGA, J. C. *et al.* For a political economy of financialization: theory and evidence. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. spe, p. 829-856, dez. 2017.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial**: sobre la explotación del hombre y de la naturaleza en el capitalismo global. Ciudad de México: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

CARMONA, R.; BISKUPOVIC, C.; IBARRA, J. T. **Respuestas locales para una crisis global**: Pueblos indígenas, sociedad civil y transdisciplina para enfrentar el Cambio Climático. Santiago: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022.

CASTREE, N. Neoliberalism and the Biophysical Environment 1: What ‘Neolibera-

lism' is, and What Difference Nature Makes to it. **Geography Compass**, United Kingdom, v. 4, n. 12, p. 1725-1733, dez. 2010.

CASTREE, N. **Socializing Nature: Theory, Practice, and Politics**. Manchester: Basil Blackwell, 2001.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia**. A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2022**. Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean, 2022. Santiago, 2022.

CEPAL. **Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe, 2023**. Santiago de Chile, 2023.

CHESNEY, M. **A crise permanente**. O poder crescente da oligarquia financeira e o fracasso da democracia. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2020.

CO2 EARTH. **Earth's CO2 Home Page**. Disponível em: <https://www.co2.earth/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COSTA, W. M. DA. **Geografía política e geopolítica**. 2. ed. Sao Paulo: Edusp, 2020.

DUSSEL PETERS, E. Capitalismo con características chinas. Conceptos y desarrollo en la tercera década del siglo XXI. **El Trimestre Económico**, México, v. 89, n. 354, p. 467-489, 1 abr. 2022.

FAO. **Nociones ambientales básicas para profesores rurales y extensionistas**. Disponível em: <https://www.fao.org/3/W1309S/w1309s09.htm>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. 66. ed. Argentina: Siglo XXI, 1972.

GARCÍA PARRA, G. *et al.* **Transiciones justas**. Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Oxfam, 2023.

GASPAR, V.; MEDAS, P.; PERRELLI, R. **Los altibajos de la deuda en el mundo**. Fon-

Por que aprofundar a relação entre energia, ambiente e sociedade – algumas reflexões desde a América Latina do Monetário Internacional, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/es/Blogs/Articles/2022/12/12/riding-the-global-debt-rollercoaster>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. The nature of environment: The dialectics of social and environmental change. **Socialist register**, London, v. 29, 1993.

HICKEL, J.; HALLEGATTE, S. Can we live within environmental limits and still reduce poverty? Degrowth or decoupling? **Development Policy Review**, United Kingdom, v. 40, n. 1, jan. 2022.

IEA. **Greenhouse Gas Emissions from Energy Data Explorer** – Data Tools. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer>. Acesso em: 4 jul. 2023.

IEA. **Net Zero by 2050** - A Roadmap for the Global Energy Sector. France: International Energy Agency, maio 2021. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/4482cac7-edd6-4c03-b6a2-8e79792d16d9/NetZeroBy2050-ARoadmapfortheGlobalEnergySector.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

IEA. **The role of critical minerals in clean energy transitions**. [S.l.]: International Energy Agency, mar. 2022.

IMF. **Global Financial Stability Report: Safeguarding Financial Stability amid High Inflation and Geopolitical Risks**. Washington: International Monetary Fund, 2023.

IRENA. **World Energy Transitions Outlook 2023: 1.5°C Pathway**. Abu Dhabi: International Renewable Energy Agency, 2023. v. 1.

JAPPE, A. *et al.* **Capitalismo em quarentena**. Notas sobre a crise global. São Paulo: Elefante, 2020.

JONES, B.; ACUÑA, F.; RODRÍGUEZ, V. **Cambios en la demanda de minerales: análisis de los mercados del cobre y el litio, y sus implicaciones para los países de la región andina**. Santiago: Cepal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/adbb16fd-48d0-4ba6-aab4-59561bfa0578/content>. Acesso em: 1 jul. 2023.

KEARNEY, M. Habitat, environment and niche: what are we modelling? **Oikos**, United Kingdom, v. 115, n. 1, p. 186-191, 2006.

KROPOTKIN, P. **La ayuda mutua**. Caracas: [s.n.], 2009.

LANDER, E. La transición energética corporativa colonial. *In*: TRANSICIONES Justas. Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Oxfam, 2023. p. 13-34.

LEFF, E. **Saber Ambiental-Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. Mexico: Siglo XXI, 1998.

LIODAKIS, G. Transcending Socio-Ecological Crisis by Means of the State or Revolution? **Capitalism Nature Socialism**, United Kingdom, p. 1-20, 31 jan. 2023.

MARTINEZ-ALIER, J. Circularity, entropy, ecological conflicts and LFFU. **Local Environment**, United Kingdom, v. 27, n. 10/11, p. 1182-1207, 2 nov. 2022.

MATTHEWS, H. D. *et al.* Opportunities and challenges in using remaining carbon budgets to guide climate policy. **Nature Geoscience**, United Kingdom, v. 13, n. 12, p. 769-779, dez. 2020.

MAX-NEEF, M. The World on a Collision Course and the Need for a New Economy: Contribution to the 2009 Royal Colloquium. **AMBIO**, Netherlands, v. 39, n. 3, p. 200-210, maio 2010.

MCGOWAN, K.; ANTADZE, N. Recognizing the dark side of sustainability transitions. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, United States, v. 13, n. 2, p. 344-349, jun. 2023.

OLADE. **Boletín Organización Latinoamericana de Energía - Junio 2023**. [S.l.], jun. 2023.

OLIVEIRA, P. M. C. D.; DECHOUM, K. Facilitando a compreensão da segunda lei da termodinâmica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 359-363, dez. 2003.

POQUE GONZÁLEZ, A. B. Quem paga o preço? Controvérsias socioecológicas associadas à transição energética na América do Sul. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 72-120, 29 dez. 2022.

POQUE GONZÁLEZ, A. B.; SILVA, B. D. J.; MACIA, Y. M. Transición energética en América Latina y el Caribe: diálogos inter y transdisciplinarios en tiempos de pandemia por Covid-19. **Lider**, Chile, v. 39, p. 33-61, 15 mar. 2022.

RIECHMANN, J. **¿Derrotó el “smartphone” al movimiento ecologista?** Para una crítica del mesianismo tecnológico...: pensando en alternativas. Madrid: Catarata, 2016.

RITCHIE, H.; ROSADO, P.; ROSER, M. **Fossil Fuels Our World in Data**, Online, 6 out. 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/fossil-fuels>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SEMANA. **El sistema financiero internacional es un “fracaso”, denuncia Antonio Guterres, secretario general de la ONU**. Disponível em: <https://www.semana.com/economia/macroeconomia/articulo/el-sistema-financiero-internacional-es-un-fracaso-denuncia-antonio-guterres-secretario-general-de-la-onu/202334/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SIEGEL, F. R. **Environmental Geochemistry of Potentially Toxic Metals**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2002.

SVAMPA, M. Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina. *In: TRANSICIONES Justas. Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso, Oxfam, 2023. p. 35-88.

THAKUR, R. How representative are BRICS? **Third World Quarterly**, United Kingdom, v. 35, n. 10, p. 1791-1808, 26 nov. 2014.

UN. **The Closing Window Climate crisis calls for rapid transformation of societies**. Emissions Gap Report 2022. Nairobi: United Nations, 2022.

UNITED STATES. US Department of Commerce. **Global Monitoring Laboratory - Carbon Cycle Greenhouse Gases**. Disponível em: <https://gml.noaa.gov/ccgg/trends/mlo.html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

VAROUFAKIS, Y. **Economía sin Corbata**. México: Crítica, 2016b.

VAROUFAKIS, Y. **O minotauro global**. A verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. Tradução Marcela Wernek. São Paulo: Autonomia Literária, 2016a.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Risks Report 2023**. Switzerland: World Economic Forum, 2023.

WORLD ENERGY DATA. **350 ppm**. Disponível em: <https://www.worldenergydata.org/350ppm/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

¿POR QUÉ PROFUNDIZAR EN LA RELACIÓN ENTRE ENERGÍA, MEDIO AMBIENTE Y SOCIEDAD? –ALGUNAS REFLEXIONES DESDE LA AMÉRICA LATINA

RESUMEN: Si el proceso económico es una transformación entrópica de los recursos naturales, ¿cómo mantener una actividad económica intensiva en el uso de recursos naturales sin modificar las condiciones que favorecen la supervivencia humana en el planeta? Los intentos por responder a esto suelen apuntar a la relación entre las sociedades y el medio ambiente. Sin embargo, a veces se olvida que los engranajes del sistema económico vinculan el medio ambiente y las sociedades a través de intercambios energéticos. Este ensayo presenta un estímulo para comprender la importancia de profundizar en el trinomio sociedad-medio ambiente-energía, sobre todo teniendo en cuenta que vivimos tiempos de crisis, de entre las cuales la socioecológica parece ser la más decisiva. El análisis se centra en América Latina y el Caribe, como región crítica para el suministro de las materias primas que alimentan el sistema económico mundial.

Palabras clave: energía; ambiente; sociedad; crisis socio-ecológica; América Latina.

WHY DEEPEN THE RELATIONSHIP BETWEEN ENERGY, ENVIRONMENT AND SOCIETY? SOME REFLECTIONS FROM LATIN AMERICA

ABSTRACT: If the economic process is an entropic transformation of natural resources, how can we maintain an intensive economic activity in using natural resources without changing the conditions that favor human survival on the planet? Attempts to answer this usually indicate the relationship between societies and the environment. However, it is sometimes forgotten that the gears of the economic system link the environment and societies via energy exchanges. This essay presents a stimulus to understand the importance of delving deeper into the society-environment-energy trinomial, especially considering that we live in times of crisis, among which the socio-ecological crisis seems to be the most decisive. The analysis focuses on Latin America and the Caribbean as critical regions for supplying the raw materials that feed the global economic system.

Keywords: Energy; Environment; Society; Socio-ecological Crisis; Latin America.

AMORES INCONDICIONAIS E CORAÇÕES PARTIDOS EM SITA SINGS THE BLUES

Rogério P. Severo¹

Resumo: O filme de animação *Sita Sings the Blues* recria alguns dos episódios mais marcantes do *Ramayana*, a epopeia hindu sobre a trajetória heroica de Rama e o amor incondicional de sua esposa, Sita. No filme, no entanto, é Sita, e não Rama, a personagem central. A história é apresentada sob quatro perspectivas, gerando no espectador distanciamento do contexto histórico da narrativa e proximidade psicológica e pessoal com padrões universais de comportamento e sentimentos que são imediatamente reconhecidos. Desse modo, o filme revela o poder dos mitos e das histórias clássicas, mas o faz de modo leve e criativo, sem defender nenhuma tese ou filosofia. É um louvor às complexidades humanas, ao amor incondicional, à força da virtude e àquilo que talvez mereça ser chamado de “nossa divina humanidade”.

Palavras-chave: amor incondicional; corações partidos; virtude; *Ramayana*; Nina Paley.

1 - INTRODUÇÃO

Nina namora Dave, que vai para a Índia a trabalho. Nina o ama, e segue-o. Dave, no entanto, não a quer mais e termina o namoro num *e-mail* gélido. Dessa dor nasceu esse filme, pelas mãos e mente da animadora e cartunista norte-americana Nina Paley. *Sita Sings the Blues* (Paley, 2008) foi seu primeiro longa-metragem, seguido por *Seder-Masochism* (Paley, 2018). Ambos são filmes de animação dirigidos, produzidos, desenhados e criados integralmente por ela. Reapresentam histórias antigas de tradições religiosas sob uma ótica leve, bem-humorada, criativa e contemporânea. São obras de domínio público, distribuídas na internet e livres de quaisquer restrições de *copyright*: podem ser exibidas, copiadas, editadas, modificadas e até vendidas sem necessidade de autorização. Nina Paley defende a abolição das leis de *copyright*, que, em sua opinião, limitam em excesso a produção cultural – assunto sobre o qual já se manifestou diversas vezes e costuma escrever com frequência em seu *blog*.

Sita Sings the Blues baseia-se no *Ramayana*, poema épico hindu sobre as aventuras de Rama e sua esposa, Sita. Nascido em Ayodhya, no norte da Índia, Rama foi o sétimo

¹ PhD em Filosofia pela University of Illinois at Chicago. Professor adjunto no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail*: rogerio.severo@ufrgs.br. Agradeço a Lavinia Fávero, Leticia Bueno, Mariana Vasconcellos, Jônadas Techio e Flavio Williges por seus valiosos comentários, críticas e sugestões a versões anteriores deste trabalho.

avatar do deus Vishnu. Na cosmologia hindu, Bhrama, Vishnu e Shiva são os aspectos da divindade responsáveis, respectivamente, pela criação, preservação e destruição do mundo. Em períodos de turbulência ou decadência, quando a humanidade se vê ameaçada, Vishnu encarna para restabelecer a virtude e a ética, ou *dharma*. Vishnu encarnou como Rama há mais de três mil anos, com a missão sagrada de promover o *dharma* e derrotar os demônios que assolavam a humanidade naquele período. Outro avatar bem conhecido de Vishnu é Krishna, personagem central de outro clássico hindu, o *Bhagavad-Gita*. Por sua vez, Sita, a esposa de Rama, é uma encarnação do amor incondicional. Filha da mãe-Terra, veio ao mundo para mostrar à humanidade o que significa o amor total, coisa que faz dedicando a vida ao seu amado, Rama, mesmo nas piores circunstâncias. Assim como Rama, Sita é a personificação de um aspecto da divindade.

Os sete livros que compõem o *Ramayana* contêm uma enormidade de detalhes e sutilezas, que costumam ser resumidos em versões cinematográficas. No filme de Nina Paley, Rama e Sita aparecem como polos opostos, representantes arquetípicos de qualidades masculinas e femininas, respectivamente. A dinâmica que se estabelece entre os dois é também arquetípica, apresenta um padrão de relacionamento entre casais que se manifesta em todos os tempos, inclusive hoje. Rama é o homem que vive de forma honrada, cumpre sua palavra, é exemplar no desempenho de suas funções públicas de guerreiro e governante. Sita é a mulher que vive o seu amor de maneira integral, abdica de si, transformando a própria vida em uma total devoção ao amado. Ambos têm plena consciência de seus sentimentos e de suas opções, bem como das consequências do que dizem e fazem. Essa não é uma tragédia grega, em que o herói virtuoso é tragado por um destino que desconhece e não tem como prever; não é a história de indivíduos destinados à tragédia apesar de suas virtudes. Ao contrário, na história de Sita e Rama, nada escapa ao olhar e à consciência das personagens, que optam pelo cumprimento de suas missões divinas mesmo sabendo do sofrimento que isso pode gerar para si mesmos e para as pessoas que mais amam. As consequências trágicas das ações não são ignoradas: são abraçadas de forma deliberada e consciente. A história não retrata a inevitável ignorância que caracteriza a condição humana, mas as pesadas implicações que todos temos de aceitar no exercício das virtudes éticas ou amorosas. O amor incondicional é irmão gêmeo do coração partido, e a ética pública é irmã gêmea dos sacrifícios pessoais. No filme, a condição humana é apresentada como complexa e difícil, não apenas em razão de nossa ignorância, como nas tragédias gregas, mas mesmo na ausência dela. Essa temática profunda, no entanto, não é abordada de forma direta. Ao contrário, o espectador é induzido a refletir sobre ela pela contraposição dinâmica de perspectivas complementares.

2 - QUATRO PERSPECTIVAS

Diferentemente de *Rashomon*, de Akira Kurosawa (1950), em que as personagens narram versões incompatíveis de um mesmo evento, de tal modo que o espectador não tem como saber o que ocorreu de fato, *Sita Sings the Blues* apresenta perspectivas complementares. Visões diferentes do mesmo evento desvelam camadas distintas de significado que podem ser atribuídas à história de Sita.

A primeira dessas perspectivas é a da própria criadora do filme, Nina, que namora Dave, com quem mora na cidade de São Francisco, na Califórnia. Dave recebe uma proposta de emprego na Índia, onde vai viver. Pouco depois, Nina também se muda para lá, querendo ficar com seu amado, mas logo descobre que Dave não a quer mais. O homem é frio com a namorada e se aproveita: quando Nina viaja a Nova Iorque, ele rompe o namoro com um *e-mail* curto e seco, pedindo que a garota não volte mais à Índia. De coração partido, Nina passa um bom tempo deprimida, mas, nesse processo, acaba criando para si uma ordália de fogo simbólica e cinematográfica, que é parte desse filme. A história da cineasta, nesse sentido, é paralela à de Sita, e isso mostra ao espectador que assiste-se a um padrão psicológico e existencial ao mesmo tempo, antigo e contemporâneo, ou universal.

Imagem 1: Nina vai ao encontro de Dave na Índia



Fonte: <https://www.sitasingstheblues.com/press.html#stills>.

A segunda perspectiva apresentada no filme é a da história original do *Ramayana*, o desenrolar das aventuras de Rama e Sita tal como descritas por seu autor, Valmiki, recriadas em forma de animação. Rama é o príncipe-herdeiro do trono de Ayodhya. Em razão de intrigas palacianas, é forçado a um exílio de catorze anos. Sua esposa, Sita, pede para acompanhá-lo; Rama inicialmente se opõe, alegando que a floresta é perigosa demais, cheia de demônios, mas acaba cedendo. Como Sita é a encarnação do amor incondicional, as circunstâncias pouco importam para ela. Embora seja uma deusa, filha da mãe-Terra, oculta sua divindade para deixar apenas seu amor por Rama em evidência. É isso, e apenas isso, o que quer viver. O sacrifício pessoal e a submissão a Rama não são, portanto, problemas para a deusa; nenhum obstáculo é grande ao ponto de anular o seu amor. Durante o exílio de catorze anos, Rama derrota diversos demônios e, assim, vai cumprindo sua missão divina, de reinstaurar o *dharma* sobre a Terra. O principal desses demônios vive bem longe, na ilha de Sri Lanka: Ravana, que tem dez cabeças e vinte braços, rapta Sita lançando mão de um ardil, ao enviar um súdito magicamente transformado em uma linda gazela dourada ao local onde a

deusa está. Sita pede que Rama capture a gazela para ela. O deus hesita, suspeito de uma armadilha. Mas Sita é insistente, e ele cede. Enquanto Rama está ausente, caçando a gazela, Ravana sequestra Sita e leva-a para seu castelo, onde a mantém presa e tenta seduzi-la, sem sucesso. Rama inicia, então, uma grande jornada até o Sri Lanka para salvar Sita. No caminho, recebe a ajuda de Hanuman, o deus-macaco, que vai da Índia ao Sri Lanka num pulo só, encontra Sita e pede que a deusa volte com ele escondida. Sita, no entanto, exige que Rama venha buscá-la pessoalmente. Rama e Hanuman reúnem um grande exército, constroem uma ponte que liga a Índia ao Sri Lanka e lideram a epopeia que resulta na destruição de Ravana e seu reino. Tendo sido libertada, no entanto, Sita é recebida com frieza por Rama. Embora o deus a ame, diz que não pode mais estar com ela, pois Sita esteve na casa de outro homem (Ravana). Sita, então, se joga numa pira. No filme, é Rama quem a joga no fogo, que não a queima, provando sua pureza e dissipando a frieza de Rama. Mais uma vez, Rama acolhe a esposa e leva-a de volta a Ayodhya, já que os catorze anos de exílio terminaram. Rama torna-se rei, é adorado por todos e engravida Sita. Certo dia, porém, ele escuta um homem comum, dono de uma lavanderia, batendo na esposa porque ela teria dormido na casa de outro; enquanto bate na mulher, o homem diz que “não é como Rama, que tolera que a esposa durma na casa de outro”. Essas palavras chocam Rama, que julga-se obrigado a restabelecer o respeito de seus súditos pelo exemplo pessoal. Pede que o irmão leve Sita à floresta e abandone-a lá, mesmo sabendo que a esposa estava grávida. Arrasada, a deusa parte mais uma vez para o exílio, onde dá à luz dois gêmeos. O sábio Valmiki a acolhe na floresta e ajuda a criá-los. Os gêmeos crescem cantando hinos de louvor a Rama. Sita continua amando o marido e, por isso, sua dor é enorme e constante. Anos mais tarde, Rama passeia pela floresta e escuta seus próprios filhos, que até então desconhecia, cantando em seu louvor; decide levá-los de volta ao palácio, mas hesita em levar Sita, sugerindo que a deusa teria de passar por nova ordália para provar sua pureza. Sita declara que, se for mesmo pura, quer que a mãe-Terra a leve de volta ao ventre, o que de fato acontece.

Imagem 2: Sita volta ao ventre da mãe-Terra



Fonte: <https://www.sitasingstheblues.com/press.html#stills>.

A terceira perspectiva apresentada no filme é a de três personagens indianas que mesclam uma representação visual com dublagem contemporânea e conversam sobre o *Ramayana* como se estivessem contando a história, de maneira informal, a alguém que não a conhece (nós, os espectadores ocidentais). Seus comentários são descontraídos e, por vezes, jocosos. Descrevem a história do ponto de vista do senso comum, como nós, brasileiros comuns, descreveríamos as histórias de nossas religiões – a história de Jesus, por exemplo – a um indiano que, porventura, nos visitasse e nada soubesse a respeito. Há elementos claramente autorreflexivos nessa perspectiva. Fica claro que estão recontando a história desde a perspectiva contemporânea. Há um certo ceticismo que permeia os comentários dessas três personagens, marcando um distanciamento histórico com o contexto da obra. As atitudes de Rama para com Sita lhes parecem inaceitáveis ou, ao menos, difíceis de entender. Tem-se a impressão de que Rama maltrata Sita com a sua frieza, que foi injusto ao enviá-la grávida ao exílio, tendo-o feito apenas para não manchar a própria reputação. Sua sugestão de que a esposa estaria impura parece mesmo absurda, dado o grau de devoção amorosa que exhibe, sem cessar. Sita, por sua vez, parece-nos submissa em excesso e boba, às vezes. Nessa perspectiva, fica evidente que o contexto histórico e moral do *Ramayana* é bem diferente do nosso. As atitudes de Rama parecem-nos machistas e injustas, e as atitudes de Sita parecem-nos ingênuas e submissas em demasia. Essa é uma percepção inicial bastante frequente da sequência de eventos narrados. Pode-se dizer que essa é uma perspectiva de senso comum, de nossa moral espontânea e irrefletida.

Imagem 3: Discussão sobre a ordália de Sita



Fonte: <https://www.sitasingstheblues.com/press.html#stills>.

A quarta perspectiva é a de Annette Hanshaw, cantora de *blues* norte-americana que fez sucesso nas décadas de 1920 e 1930; e é apresentada apenas por meio de canções, que aparecem inteiras no filme, sem cortes ou edições. Annette Hanshaw dá voz ao amor e aos sofrimentos de Sita em *blues* de devoção amorosa e corações partidos.

A sugestão aqui é clara: a história de Sita não é apenas uma narrativa ficcional de milênios atrás, mas pode ser a de todos os que experimentam amores incondicionais e sofrem por ter o coração partido. É a história de Nina, de Annette Hanshaw e de boa parte de nós, espectadores do filme. Essa perspectiva, portanto, é um contraponto à perspectiva externa dos narradores indianos. Eles refletem sobre a inadequação moral dos atos de Rama no nosso contexto atual e põem em relevo nosso distanciamento histórico daquela realidade: não temos mais aquela moralidade, não agiríamos como os deuses agiram. A perspectiva de Annette Hanshaw, por outro lado, sugere proximidade e até intimidade com as personagens, sobretudo com Sita. Sugere que há verdades psicológicas universais ou quase universais que ainda são vividas hoje, que não apenas entendemos, mas experimentamos – como Nina experimentou em sua história com Dave. O *Ramayana* é apresentado como um clássico, isto é, uma obra ao mesmo tempo distante, como atestam os comentários externos dos narradores indianos, mas também próxima, conhecida e pessoal, como atestam as perspectivas de Annette Hanshaw e Nina.

Imagem 4: O sofrimento de Sita



Fonte: <https://www.sitasingstheblues.com/press.html#stills>.

Essas quatro perspectivas dialogam no filme de forma lúdica. Cada uma é apresentada com um estilo diferente de animação. A brincadeira e o humor talvez sejam as tonalidades mais marcantes. Esse não é um filme sério ou dogmático: os temas são profundos, mas a abordagem é leve e aberta. Não são defendidas teses filosóficas abstratas, críticas sociais, denúncias, nem verdades históricas documentadas. O que temos aqui é o mundo criativo das possibilidades reflexivas e sentidas, a exibição de como, em cada um de nós, há diversas perspectivas, que nos puxam em direções diferentes. O julgamento moral e o distanciamento histórico nos levam numa direção, mas a identificação com as personagens nos leva noutra. Temos, então, o reconhecimento consciente das diversas perspectivas segundo as quais todos podemos viver, e de fato vivemos, com o que pode haver de divino, elevado e humano, mas também frio, sofrido e injusto. A contraposição de perspectivas sugere que o sofrimento é inevitável em nossas vidas e que o amor incondicional não é vivido apenas por deusas, mas uma

realidade palpável para indivíduos admiráveis. Essa contraposição sugere que virtudes éticas e heroicas de pessoas honradas têm dinâmicas complicadas e consequências indesejáveis no âmbito pessoal, que podem se estabelecer de forma espontânea, mesmo quando somos virtuosos ao máximo. A moral da história, portanto, parece ser a de que, quando nos colocamos em determinados papéis, certas dinâmicas complexas com consequências divinas e sofridas se estabelecem de maneira inevitável.

Não se pode dizer que qualquer das perspectivas apresentadas no filme seja a correta. Todas são reais. A complexidade não é produto daquele contexto histórico particular, mas algo presente em nós mesmos. É assim que somos. Há padrões de comportamento que se estabelecem de forma natural, caímos em dinâmicas sociais e psicológicas por mais divinos que sejamos em relação a nossos amores ou virtudes. Então, além da religião e da moral, temos esse substrato humano e psicológico que podemos reconhecer em nós vendo o filme, que funciona como um espelho para aquilo que, no cotidiano, é invisível. As ordálias que Rama parece impor a Sita são ao mesmo tempo realidades de um mundo antigo que já não existe mais *e também* realidades ainda vivas em todos, como atestam os *blues* de Annette Hanshaw e a história pessoal de Nina.

3 - CAMADAS DE SIGNIFICADO

Superficialmente, a moral da história do *Ramayana* é simples. Temos, de um lado, o herói, Rama, e personificações do mal de outro, a exemplo de Ravana. Rama não apenas é bem-sucedido em sua jornada épica: é também amado e glorificado, sobretudo por Sita. Rama e Sita, ambos virtuosos, formam um segundo par de contrapontos: ele é o homem de ação; ela, a mulher afetiva e submissa. Esses contrapontos são visíveis na história e chamam a atenção. Entretanto, logo abaixo dessa superfície de papéis bem definidos, a história é complexa e ambígua. Embora Rama seja uma personificação da virtude, sobretudo das virtudes públicas, o filme acentua a sua frieza em relação a Sita e os sofrimentos que suas palavras e ações produzem nela. Ao submetê-la três vezes a provações extremas, o deus dá a impressão de se importar mais com a própria reputação e função pública do que com a esposa. Desse ângulo, suas virtudes heroicas e sua correção moral são maculadas. Sita, por sua vez, embora seja uma personificação do amor incondicional, é muito ativa e influente nos eventos principais da trama. Não é a mulher submissa que faz tudo o que o marido quer; ao contrário, é uma deusa que tem agência e produz as situações-chave que levam ao desfecho da narrativa. É Sita quem dobra a vontade de Rama, o qual, de início, não queria levá-la consigo para o exílio que duraria catorze anos. É ela quem pede que Rama capture a gazela dourada, apesar de ter recebido a advertência de que poderia ser uma armadilha – o que de fato cria as circunstâncias para o seu sequestro por Ravana e obriga Rama a enfrentar o demônio. É Sita quem se nega a escapar escondida do castelo de Ravana nas costas de Hanuman e induz a batalha de Rama contra o demônio. Em outras palavras, a deusa poderia ter evitado as três ocasiões em que foi submetida a provações: poderia ter optado por não ir ao exílio, poderia não ter sido raptada por Ravana e poderia ter escapado do cativeiro. Como estamos falando de uma deusa, não é razoável supor que ela não soubesse o que estava fazendo. Como a própria Sita diz no filme, poderia fulminar Ravana com o

mero brilho de seu olhar, se quisesse. Mas não quer fazer isso sem que Rama ordene; quer glorificar o homem que ama. Não foi manipulada nem enganada, fez exatamente o que quis, de forma consciente.

Nessa trama complexa e dinâmica, os destinos das personagens se entrelaçam, e as oposições que chamam a atenção à primeira vista são relativas. Rama, que veio ao mundo para reinstaurar o *dharma*, é ativamente auxiliado por Sita, que não apenas o ama, louva e glorifica, mas o induz à realização de sua missão principal: derrotar Ravana. Sita opta por ir ao exílio com Rama e deixa-se raptar justo por aquele que o marido mais precisava enfrentar. Ao se recusar a fugir do cativeiro com Hanuman, força a batalha de Rama com Ravana. Sua devoção a Rama é amorosa e não passiva. Sacrifica-se para que o marido cumpra sua missão divina. Sita também tinha uma missão divina: reviver a virtude do amor incondicional e puro na Terra. Ela anula seus poderes, capazes de aniquilar demônios, para evidenciar não sua força, mas seu amor. Ao tomar essa posição, induz Rama à ação. O deus, por sua vez, tem de optar entre o seu sentimento por Sita e a ação virtuosa pública. Apesar de amar Sita e saber que suas ações produzirão nela (e nele também) sofrimentos extremos, segue o *dharma* e faz o que precisa ser feito. Ao agir assim, mostra que seu compromisso com o *dharma* é absoluto; sacrifica seu sentimento por Sita para que o compromisso com o *dharma* se efetive. De outro lado, ao obrigar Sita a passar por provações, induz a esposa a mostrar que seu amor é incondicional.

A dinâmica profunda que há entre os dois, portanto, não é a de um homem ativo e uma mulher passiva, mas a de um homem e uma mulher que se complementam e se ajudam a realizar suas respectivas missões divinas. Se dissermos que Rama foi injusto e frio, precisamos reconhecer que Sita foi uma mulher sonsa; essas leituras, no entanto, não seriam “caridosas”, no sentido em que o termo é utilizado em filosofia, de não desconsiderar *a priori* o que está sendo dito. Tais leituras desvalorizam o que há de mais bonito e atraente na história, que é justamente a dinâmica complexa e complementar vivida por duas pessoas virtuosas em um sentido divino – justamente aquilo que se manifesta na leitura que Nina faz do *Ramayana* e nas canções de Annette Hanshaw apresentadas no filme.

O ponto culminante dessa dinâmica é a cena final, na qual Sita declara que, se for mesmo pura, quer voltar para o ventre de mãe-Terra. É aí que ela manifesta plenamente sua origem divina e rompe com o padrão de comportamento que tinha até então. Na primeira de suas provações, a ordália de fogo, prova sua pureza para poder voltar aos braços de Rama. Depois, quando é enviada grávida ao exílio, chora de amor por Rama, e seus filhos são educados cantando hinos de louvor ao marido – mais indicações de que quer voltar para Rama. Mas, quando ele exige uma terceira provação, no final do filme, Sita opta por não mais voltar a Rama, embora ainda o ame. É ela quem afirma a ação correta, o *dharma*, de modo absoluto; opta pela coerência fria, afastando-se de Rama e dos próprios filhos. Em outras palavras, age com a mesma firmeza que Rama lhe dirigiu no passado. Rama, por sua vez, ao ver sua amada Sita voltando ao ventre da mãe-Terra, chora de tristeza. Agora é o deus quem sofre por não poder estar na companhia da esposa; é ele quem ama e chora de forma passiva. Ambos, portanto, incorporaram aspectos um do outro: Rama se tornou mais amoroso; Sita, mais rígida. Isso se confirma na sequência seguinte, no início dos créditos finais. No início do filme, vemos Sita ajoelhada, massageando os pés de Rama; agora, ao final, vemos Rama

ajoelhado, massageando os pés de Sita, que dá uma piscadela para o espectador. As posições se inverteram. Ambos amam e são amados por igual, como se um círculo se fechasse e os dois não apenas se complementassem, mas cada um fosse uma parte autônoma de uma totalidade complexa.

O desfecho do filme tem esse aspecto catártico e indizível. Sofremos e nos identificamos com Sita, lembramo-nos de nossos próprios corações partidos e dos corações que partimos com nossas friezas. Mas, ao final, é como se os opostos se reconcilhassem na imagem circular de Sita no ventre da mãe-Terra e na imagem feliz de Nina acariciando seu gato e criando esse filme.

Imagem 5: Rama venera Sita



Fonte: <https://www.sitasingstheblues.com/press.html#stills>.

No filme, essa dinâmica complexa, complementar e profunda entre Sita e Rama é justamente o que é posto em relevo pelas perspectivas de Nina e Annette Hanshaw. Ambas são mulheres que amam de maneira incondicional e têm os seus corações partidos por seus amados; são humanas, mas amam de forma divina, como Sita. Nem o amor nem o sofrimento são por elas rejeitados, ao contrário, são vividos integral e conscientemente. Ambas aceitam as posições em que se colocaram. Sabem que amam, querem que assim seja e produzem, de modo consciente, as próprias ordálias de fogo. Nina produz a ordália de fogo cinematográfica, na qual se joga e pela qual se purifica e se liberta. Ao ser queimado, o coração partido não produz amargura, mas criação, abrindo uma nova etapa na vida da cineasta. Annette Hanshaw, do mesmo modo, jamais é vítima de seus amados, mas glorifica-os e deseja-os, mesmo sabendo que são imperfeitos e que sofrerá por causa deles; canta o amor e suas consequências, não a amargura. A dor do *blues* não é a da raiva nem a da depressão, mas a do anseio pela volta do amado. É o amor divinamente humano louvado em forma musical.

4 - ARTE, RELIGIÃO, FILOSOFIA

A animação de Nina Paley mostra como a dinâmica do amor entre Rama e Sita também é típica de muitos casais, em diversas épocas. O *Ramayana* não é apresentado como uma ficção irrealista, mas como uma narrativa simbólica, de padrões humanos profundos e universais. É comum pessoas que se dedicam às virtudes públicas, ao trabalho ou à política, por exemplo, preterirem aqueles que as amam, forçando-os a provar, pelo sofrimento, a incondicionalidade de seu amor – empresários que não têm tempo para suas famílias, operários que passam a vida fora de casa provendo o sustento doméstico, militantes políticos que vivem para seus ideais e abandonam os familiares, independentemente do gênero. Também é a história de pessoas que elegem o amor como valor superior e decidem vivê-lo de modo deliberado e consciente, mesmo sabendo dos sacrifícios pessoais que essa escolha implica. A dinâmica, nesses casos, é parecida com a de Sita e Rama, embora as ordálias contemporâneas costumem ser mais psicológicas do que físicas.

Ao recriar de modo lúdico a história de Sita e Rama, Nina Paley optou por apresentar tanto a complexidade das perspectivas possíveis *sobre* a história quanto as complexidades *da* própria narrativa. O filme não veicula julgamentos, nada diz sobre o certo ou errado, não afirma que estamos hoje em situação melhor ou pior; apenas deixa a criatividade livre para apresentar múltiplos aspectos daquilo que somos e daquilo que a história contém. Trata-se, nesse aspecto, de uma reflexão sentida e de uma educação sentimental para quem o assiste. Além disso, o filme indica aspectos de uma espiritualidade bem viva ainda hoje. Afinal, não são o trabalho, a comida ou os prazeres que mais importam nas vidas de pessoas como nós, os que assistiram ao filme, embora possamos esquecer disso e passar anos sem amar alguém de modo incondicional ou nos apequenarmos diante dos desafios por vezes heroicos que o mundo nos coloca. Ainda assim, nos momentos de quietude e clareza, não é difícil ver que somos muito mais mobilizados pelo amor, pela beleza e pelas virtudes do que por quaisquer de seus substitutos materiais. Do ponto de vista psicológico, isso é o que aparece como valor máximo, tratado como sagrado. O mero vislumbre dessa experiência ou vivência divina, sagrada gera a disposição para os maiores sacrifícios. É o que dá o sentimento de que a vida vale a pena, por mais sofrida que seja. É o anseio íntimo, ainda que nem sempre possa ser traduzido em palavras.

Ao resgatar esses aspectos da espiritualidade humana de modo criativo e valorizar a dimensão feminina da divindade como complementar e não oposta à divindade masculina e heroica de Rama, o filme não apenas renova a sabedoria e a profundidade psicológica do hinduísmo, mas pisca o olho para todos os espectadores que, cúmplices, sabem no íntimo que o *dharma* e o amor incondicional são dois lados da mesma moeda.

REFERÊNCIAS

RASHOMON. Direção de Akira Kurosawa. Japão: Amblin Television, 1950. (88 min.), p&b.

SEDER-MASOCHISM. Produção de Nina Paley. United States, 2018. (78 min.), color. Disponível em: <https://sedermasochism.com/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SITA Sings the Blues. Produção de Nina Paley. United States, 2008. (82 min.), color. Disponível em: <https://www.sitasingstheblues.com/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

TECHIO, Jônadas; WILLIGES, Flavio (org.). **Filosofia e cinema**: uma antologia. Pelotas: UFPel, 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2020/07/FC-final-1.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2023.

VALMIKI. **Ramayana**. Translated by Arshia Sttar. London: Penguin, 2000.

UNCONDITIONAL LOVE AND BROKEN HEARTS IN *SITA SINGS THE BLUES*

ABSTRACT: The animation movie *Sita Sings the Blues* recreates some of the most striking episodes of the *Ramayana*, the Hindu epic poem on Rama's heroic journey and the unconditional love of his wife Sita. In the movie, however, it is Sita and not Rama who is the main character. The story is presented in four different perspectives, which brings about in the viewers both a feeling of distance from the historical context of the narrative and a feeling of psychological and personal proximity to universal patterns of behavior and sentiment which are immediately recognizable. The movie thus reveals the power of myths and of classic stories, but does so in a way that is creative and unburdened, without putting forth any thesis or philosophy. It praises human complexities, unconditional love, the power of virtue, and that which we might want to call our divine humanity.

Keywords: Unconditional love; Broken hearts; Virtue; *Ramayana*; Nina Paley.

AMORES INCONDICIONALES Y CORAZONES ROTOS EN *SITA SINGS THE BLUES*

RESUMEN: La película de animación *Sita Sings the Blues* recrea algunos de los episodios más llamativos del *Ramayana*, la epopeya hindú sobre la trayectoria heroica de Rama y el amor incondicional de su esposa Sita. Sin embargo, en la película es Sita y no Rama el personaje central. La historia se presenta desde cuatro perspectivas diferentes, generando distanciamiento en el espectador del contexto histórico de la narración y proximidad psicológica y personal a patrones universales de comportamiento y sentimientos que son inmediatamente reconocidos. De esta forma, la película revela el poder de mitos y historias clásicas, pero lo hace de forma ligera y creativa, sin defender ninguna tesis o filosofía. Es un elogio de las complejidades humanas, del amor incondicional, de la fuerza de la virtud y de lo que quizás merezca llamarse nuestra divina humanidad.

Palabras clave: amor incondicional; corazones rotos; virtud; *Ramayana*; Nina Paley.